

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL**

ANNA REGINA DA SILVA RIBEIRO

**O PAPEL DAS BIBLIOTECAS NOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO
SINAES: A PERCEPÇÃO DE COORDENADORES DE CURSOS E
GESTORES DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFPB.**

João Pessoa

2018

ANNA REGINA DA SILVA RIBEIRO

O PAPEL DAS BIBLIOTECAS NOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO SINAES: A PERCEPÇÃO DE COORDENADORES DE CURSOS E GESTORES DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFPB.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como um dos requisitos para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

João Pessoa

2018

R484p Ribeiro, Anna Regina da Silva Ribeiro.
O papel das bibliotecas nos resultados da avaliação do Sinaes: a percepção de coordenadores de cursos e gestores do sistema de bibliotecas da UFPB / Anna Regina da Silva Ribeiro.
- João Pessoa, 2018.
129f. : il.
Orientador: Luiz de Sousa Junior.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE/MPPGAV

1. Avaliação do ensino superior. 2. Sinaes
3. Reuni. 4. Biblioteca Universitária. I. Sousa Junior, Luiz. II.
Título

UFPB/BC

CDU: 378:027.7(043)

ANNA REGINA DA SILVA RIBEIRO


O PAPEL DAS BIBLIOTECAS NOS RESULTADOS DA
AVALIAÇÃO DO SINAES: A PERCEPÇÃO DE
COORDENADORES DE CURSOS E GESTORES DO SISTEMA
DE BIBLIOTECAS DA UFPB.

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós – Graduação em
Políticas Públicas, Gestão e
Avaliação da Educação Superior, do
Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba,
como um dos requisitos para
obtenção do título de mestre.


Área de concentração: Avaliação e
Financiamento da Educação
Superior.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luiz de Sousa Junior
Orientador (MPPGAV)



Prof. Dra. Uyguciara Veloso Castelo Branco
Titular Interno (MPPGAV)



Prof. Dra. Emeide Nóbrega Duarte

Titular Externo (PPGCI)

A Deus primeiramente, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia espiritual, socorro presente na hora da angústia;

Aos meus pais, Ana e Marcus;

Ao meu esposo Fabiano.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder a vida, pelo amparo nos momentos de desânimo e angústia, e por me fazer perseverar durante toda trajetória do Mestrado, seu cuidado e amor me fizeram chegar até o final com a fé cada vez mais fortalecida em ti;

Aos meus pais, Marcus e Ana, os primeiros educadores de minha vida, pelo amor, carinho, dedicação e confiança que sempre me foi concedida, e por me educarem num ambiente acolhedor e amoroso;

A metade mais doce do meu limão, meu esposo Fabiano, que foi compreensivo e generoso, durante o processo inteiro para concretização do mestrado, eu não fiquei muito “normal” [risos] e ele foi extremamente paciente e cuidadoso comigo, o melhor companheiro de aventuras que alguém pode desejar;

As minhas irmãs, Anna Raquel e Anna Roberta, que sempre torceram e acreditaram no meu sucesso;

A toda minha família que mesmo sem entender muito sobre minha pesquisa sempre torceram pela concretização desse projeto;

Ana Cláudia, por toda ajuda durante o processo de seleção do mestrado e apoio até o final da pesquisa;

A Socorrinho e Beth, por terem compartilhado comigo de momentos importantes em minha vida, me mostrando o verdadeiro sentido da amizade;

Ao professor Luiz de Sousa Junior, pela orientação e elucidações pertinentes durante a execução desse trabalho;

A professora Uyguciara Veloso Castelo Branco, pela exímia contribuição durante as aulas do mestrado e posteriormente na participação das bancas de qualificação e defesa, foi um privilégio desfrutar desses momentos ricos de aprendizados, e “beber” da sua fonte inesgotável de sabedoria e generosidade;

A professora Graça Vieira e Emeide Duarte, pelas valorosas colaborações nas bancas de qualificação e defesa respectivamente;

A direção da Biblioteca Central da UFPB, nas pessoas de Fátima Santos e Fernando Augusto, por todo apoio, incentivo e compreensão durante a realização desse trabalho e pela amizade que se estendem além dos muros da instituição;

Aos colegas de trabalho e amigos da vida, Ana Karla Pereira, Viviane Lima, Fernando Antonio, Ruston Sammerville, Jaqueline Rimá, Walkeline Araújo, Rosilene Machado, e demais colegas do SISTEMOTECA da UFPB;

Aos colegas Josélia Silva, Lourdes Teixeira e Clébson Leandro, pelo auxílio durante a elaboração dessa pesquisa, vocês foram almas iluminadas e colocadas em meu caminho por Deus;

A Nice, pelos lanchinhos organizados com alegria e carinho no período das aulas do mestrado;

Aos meus colegas do Mestrado, pelos bons momentos que passamos juntos;

Aos cinco presentes que Deus generosamente me ofertou nesse Mestrado, sem o apoio deles eu não chegaria até aqui:

Maria José Paiva, um ser iluminado, dona do “abraço casa” mais acolhedor que eu já recebi. Uma amiga generosa, amorosa e extremamente cuidadosa com todos que desfrutam de sua companhia, uma profissional dedicada e exemplar por quem tenho genuína admiração e carinho sincero;

André Domingos, o meu “grilo falante” (minha consciência) nos momentos de colocar ordem nos estudos, minha alma gêmea de pensamentos loucos e meu anjo da guarda nos momentos de aflição. Meu amigo a melhor coisa da vida foi nossos

rádios terem sintonizado na mesma estação, já o admirava profissionalmente e agora o trago dentro do coração;

Vanicleide Jovito, a moça do “grafiquinho”, nossa flor rara que nos contempla sempre com palavras de sabedoria, e nos faz refletir sobre perseverança, fé e generosidade. Sou muito feliz pela oportunidade de desfrutar de sua amizade, carinho e da paz que me transmite;

Rodrigo Pereira (Peruca), a pessoa mais engraçada do mestrado, o amigo mais otimista que já tive na minha vida. Sua alegria é contagiante sempre trouxe leveza nos momentos que a “cruz” pesava, sua positividade nos faz acreditar que tudo irá acabar bem e assim seguimos felizes e confiantes, até o fim dessa trajetória de estudos, que nossa amizade seja sempre essa festa, e um prazer imenso rir com você;

Katiane Souza, nossa “bebê”, de todos nós, a mais ingênua, mas não boba. Sua forma inocente de ver a vida me encanta sempre esquecida das coisas e sem malícia me faz acreditar que uma vida sem tantos julgamentos e rancor, faz com que sejamos mais leves e generosos com quem está ao nosso redor, agradeço ao mestrado que nos aproximou, e por você me ensinar a ver o mundo por outros ângulos, sua amizade é gratificante;

A todos, muito obrigada!!!

“As Universidades serão o que são suas bibliotecas”

(GELFAND, 1968)

RESUMO

Neste estudo, explorou-se, especificamente, o campo de pesquisa das políticas públicas de educação voltadas para avaliação de qualidade do Ensino Superior, tendo como instrumento de pesquisa o Sinaes, e centralizando o eixo da pesquisa no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba (SISTEMOTECA-UEPB). Para isso, utilizou-se o recorte de tempo o período do Reuni (2008 – 2012), tendo em vista que houveram consideráveis investimentos direcionados para as universidades públicas. Partiu-se do pressuposto de que, com o aumento desses investimentos, as bibliotecas universitárias também tenham sido beneficiadas com esse plano de expansão do Ensino Superior público. Ademais, verificou-se que a Biblioteca Universitária (BU) está integrada como um dos requisitos para qualidade referente ao processo de avaliação das IES. A avaliação pode servir a vários interesses, desde o fornecimento de informações aos grupos interessados acreditação, ranqueamento, *accountability*, bem como garantir o controle e a melhoria da qualidade das instituições de Ensino Superior. A pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso, e teve por objetivo investigar a percepção de coordenadores de cursos e gestores de bibliotecas acerca dos resultados do Sinaes, com relação à avaliação dos cursos de graduação criados a partir do Programa Reuni, e em que medida poderia contribuir para mudar a concepção da gestão universitária acerca do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba. O Instrumento utilizado para coleta dos dados foi o questionário, aplicado com os sujeitos da pesquisa, a técnica utilizada para tratamento dos dados coletados foi à estatística descritiva, onde foi realizada a descrição dos resultados e comparadas as respostas dos coordenadores de cursos e gestores de bibliotecas. Como resultados percebeu-se que os participantes da pesquisa entendem a importância da biblioteca para a avaliação dos cursos de graduação, mas divergem em alguns pontos relacionados à utilização desses resultados no âmbito da Gestão Superior. Constatamos ainda, certo desconhecimento por parte dos respondentes, de políticas direcionadas para o desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas da UFPB. Sugerimos maior envolvimento do SISTEMOTECA nas tomadas de decisão no que se refere à biblioteca, a criação de um planejamento estratégico, e firmar parceria com os outros agentes envolvidos nesse processo de avaliação, visando a obtenção da excelência nos resultados.

Palavras-Chaves: Avaliação do ensino superior. Sinaes. Reuni. Biblioteca Universitária.

ABSTRACT

In this study, we explored, specifically, the field of research of the public policies of education directed to evaluation of quality of Higher Education, having as a research instrument the Sinaes, and centralizing the axis of the research in the System of Libraries of the Federal University of Paraíba (SISTEMOTECA-UFPB). For that, the time cut was used for the period of the Reuni (2008 - 2012), considering that there were considerable investments directed to public universities. It was assumed that, with the increase of these investments, the university libraries also benefited from this public higher education expansion plan. In addition, it was verified that the University Library (BU) is integrated as one of the requirements for quality related to the evaluation process of HEI. The evaluation can serve various interests, from providing information to interested groups accreditation, ranking, accountability, as well as ensuring control and improvement of the quality of higher education institutions. The research was characterized as a case study and aimed to investigate the perception of course coordinators and library managers about the results of Sinaes, in relation to the evaluation of undergraduate courses created from the Reuni Program, and in which could contribute to change the conception of university management about the Library System of the Federal University of Paraíba. The instrument used to collect the data was the questionnaire, applied with the subjects of the research, the technique used to treat the data collected was the descriptive statistics, where the description of the results was performed and the responses of the coordinators of courses and library managers . As a result, it was noticed that the research participants understand the importance of the library for the evaluation of undergraduate courses, but differ in some points related to the use of these results in the scope of Superior Management. We also note, some lack of knowledge on the part of the respondents, of policies directed towards the development of the UFPB Library System. We suggest a greater involvement of SISTEMOTECA in decision-making regarding the library, the creation of a strategic plan, and a partnership with the other agents involved in this evaluation process, with a view to achieving excellence in results.

Keywords: Evaluation of higher education. Sinaes. Reuni. University Library.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ingresso de Servidores na UFPB (2003 – 2013).....	66
Gráfico 2 – Faixa etária.....	80
Gráfico 3 – Sexo.....	81
Gráfico 4 – Titulação.....	82
Gráfico 5 – Tempo em Exercício.....	83
Gráfico 6 – Centros que possuem Biblioteca Setorial.....	85
Gráfico 7 - Grau de relevância da biblioteca setorial / central para a avaliação de desempenho do curso.....	86
Gráfico 8 – Atendimento às necessidades do curso pela Biblioteca setorial / central.....	87
Gráfico 9 - Bibliografia básica do curso avaliado.....	88
Gráfico 10 - Bibliografia complementar do curso avaliado.....	89
Gráfico 11 - Presença de periódicos nacionais e/ou estrangeiros.....	90
Gráfico 12 - Informatização do acervo.....	91
Gráfico 13 - Sistema de consulta e de empréstimo.....	92
Gráfico 14 - Formas de acesso online a biblioteca.....	92
Gráfico 15 - Cooperação de serviços e informação especializada (Ex: Programa de Comutação Bibliográfica).....	93
Gráfico 16 - Política de aquisição de materiais informacionais (desenvolvimento de coleções).....	94
Gráfico 17 - Corpo técnico da biblioteca.....	95
Gráfico 18 - Equipamentos (Mobiliário, mesas e cabines de estudo, computadores de consulta do acervo, internet etc.).....	96
Gráfico 19 - Horário de funcionamento.....	96
Gráfico 20 – Infraestrutura predial.....	97
Gráfico 21 – Acessibilidade.....	98
Gráfico 22 - Importância da biblioteca no desempenho dos cursos oferecidos pela instituição.....	100
Gráfico 23 – Conhecimento sobre política, programa, projeto, plano e/ou atividades desenvolvidas pela instituição visando atender o Sistema de Bibliotecas da UFPB.....	101
Gráfico 24 – Relevância dos resultados apresentados no Sinaes, referente ao componente biblioteca para o curso.....	102
Gráfico 25 - Contribuição dos resultados da avaliação do Sinaes relacionados ao componente Biblioteca, na tomada de decisão, no âmbito da administração superior da UFPB.....	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de Políticas Públicas.....	41
Quadro 2 - Breve Histórico de Programas de Avaliação da Educação Superior no Brasil.....	46
Quadro 3 - Instrumentos de avaliação que compõem o Sinaes.....	51
Quadro 4 - Sistema de Biblioteca da UFPB – Área de atuação.....	62
Quadro 5 – Bibliotecas Setoriais – Autoavaliação Institucional (Dimensão 7).....	70
Quadro 6 – Biblioteca Central – Autoavaliação Institucional (Dimensão 7).....	71
Quadro 7– Avaliação dos cursos no Componente Biblioteca – Sinaes.....	73
Quadro 8 – Bibliografia Básica.....	75
Quadro 9 - Bibliografia Complementar.....	75
Quadro 10 - Periódico Especializado.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANDIFES** - Associação das instituições Federais do Ensino Superior
- BC** – Biblioteca Central
- BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BU** – Biblioteca Universitária
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCA** – Centro de Ciências Agrárias
- CCHLA** – Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes
- CCHSA** - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias.
- CI** – Centro de Informática.
- CCS** – Centro de Ciências da Saúde
- CCSA** – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
- CCTA** – Centro de Comunicação, Turismo e Artes
- CE** – Centro de Educação
- CEAR** – Centro Energias Alternativas e Renováveis
- CNRES** - Grupo Gestor da Reforma do Ensino Superior
- CPA** – Comissão Permanente de Avaliação
- CT** – Centro de Tecnologia
- CTDR** – Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regimento
- ENADE** – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
- ENC** - Exame Nacional de Cursos
- GERES** - Grupo Executivo d a Reforma da Educação Superior
- IES** – Instituições de Ensino Superior
- IGC** – Índice Geral de Cursos
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- ITA** - Instituto de Tecnologia de Aeronáutica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado

MEC – Ministério da Educação

REUNI – Programa de Restruturação e Expansão das Universidades Federais

SISTEMOTECA - Sistema de Bibliotecas

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SLA - Special Libraries Association

PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras pela

PARU - Programa de Avaliação para Reforma Universitária

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PPP - Parceria Público-Privada

PROUNI – Programa Universidade para Todos

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Problematização	24
1.2 Objetivos	25
1.2.1 Objetivo Geral	25
1.2.2 Objetivos específicos:	25
1.3 Caracterização da Pesquisa	26
1.4 Campo de Pesquisa	28
1.5 Universo da Pesquisa	28
1.6 Procedimentos Utilizados para a Coleta e a Análise dos Dados	28
2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	31
2.1 Estado e Políticas Públicas do Ensino Superior	31
2.1.1 Estado	31
2.1.2 Reforma do Estado	37
2.2 Gestão do Ensino Superior	39
2.2.1 Surgimento e Evolução do Ensino Superior e de suas Políticas Públicas no Brasil	41
2.3 Avaliação do Ensino Superior	45
2.3.1 Exame Nacional de Cursos (ENC)	47
2.3.2 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)	49
3 O SISTEMA DE BIBLIOTECAS NO CONTEXTO UFPB	54
3.1 Breve Histórico sobre a Origem das Bibliotecas	54
3.2 O papel da Biblioteca Universitária	56
3.3 O Sistema de Bibliotecas da UFPB	60
3.4 Reuni no Contexto da UFPB	64
3.5 A relação do Sistema de Bibliotecas da UFPB com os Resultados do Sinaes referentes aos Cursos criados no Reuni	67
4 A PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DE CURSO E GESTORES DE BIBLIOTECAS ACERCA DOS INDICADORES DOS SINAES NO COMPONENTE BIBLIOTECA	78
4.1 Apresentação dos Dados	79
4.2 Sistematização dos Dados	79
4.3 Caracterização dos Sujeitos	80
4.4 Análise dos Questionários	84

4.4.1 – Atendimento	84
4.4.2 – Acervo	87
4.4.3 – Infraestrutura	95
4.4.4 – Percepção dos Sujeitos da Pesquisa.	99
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE A	117
APÊNDICE B	120
ANEXO A – RELATÓRIO DO COMITÉ DE ÉTICA.	123

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira, e particularmente o ensino superior, vivenciou profundas transformações nas últimas décadas seja do ponto de vista quantitativo, com aumento de matrículas a partir de programas como o Prouni no âmbito da rede privada, e o Reuni, voltado para a rede de universidades federais quanto do ponto de vista de sua organização e avaliação, a exemplo da instituição do Sinaes. Em que pese tais alterações na dinâmica do ensino superior brasileiro, o fato é que este ainda se encontra longe de atingir a demanda desejável, bem como uma performance qualitativa em patamares adequados aos padrões internacionais.

As políticas públicas, enquanto ações desenvolvidas pelo poder público, atendem a fins diversos. Do ponto de vista mais global, as políticas públicas, no contexto da sociedade capitalista, podem servir tanto aos interesses das classes trabalhadoras como podem propiciar benesses para o ganho de capital e, conseqüentemente para as classes dominantes e/ou dirigentes.

Ampliando para o âmbito internacional, especificamente América Latina, o Relatório 2006 do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), intitulado de “A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina”, exemplifica essa problemática da seguinte forma:

[...] políticas produzidas por um dado sistema promovem o bem-estar geral e se assemelham a bens públicos (isto é, consideram o interesse público) ou tendem a direcionar os benefícios privados para determinados indivíduos, facções ou regiões sob a forma de projetos com benefícios concentrados, subsídios ou brechas fiscais (isto é, consideram o interesse privado). Esta dimensão está estreitamente ligada à desigualdade, em particular porque aqueles favorecidos por políticas de interesse privado tendem a ser os membros da elite, que têm influência econômica e política para direcionar as decisões políticas a seu favor. (BID, 2007, p.136).

A análise do BID evidencia como as políticas públicas podem ter direções dicotômicas, dependendo dos interesses de quem a conduz, mostrando assim, suas contradições: na primeira, têm-se as políticas que promovem o bem-estar social geral, ou seja, devem assegurar o bem público a toda sociedade; enquanto que na segunda, a condução é escamotear o interesse público do bem comum, em virtude

do bem particular, do privado, garantindo privilégios a uma minoria. Este tipo de política provoca ou aprofunda a desigualdade social.

Para reduzir esses contrastes, faz-se necessário que o Estado promova ações que possibilitem garantir direitos frente aos riscos de desintegração social, ao mesmo tempo construir uma sociedade que reconhece seus membros como cidadãos, que possuem direitos, e que busque ampliar as possibilidades de crescimento desses indivíduos. Essas características estão em consonância com o modelo *Welfare State*, chamado no Brasil de Estado de Bem-Estar social, que é exemplificado de uma forma objetiva por Fiori (2013, p. 1) como: “a forma moderna mais avançada de exercício público da proteção social”. Foi desenvolvido para buscar garantias em torno das relações do indivíduo (cidadão) dentro do universo (sociedade) em que o mesmo está inserido, e que, com isso o governo passe a exercer seu papel de agente de promoção social (OLIVEIRA, 1988). A Constituição Federal de 1988, em sua versão original, incorporou em seu *corpus* este espírito de ampliação da cidadania e respeito aos direitos sociais, incluindo a educação.

Neste cenário de atuações, estão inseridas as políticas públicas sociais que, nesta pesquisa teve direcionamento para as políticas públicas educacionais, mais precisamente no que concerne à Educação Superior. Em se tratando das políticas educacionais, no entendimento de Sofia Lerche Vieira (2007, p. 56),

Elas expressam a variedade e a diversidade da política educacional, implementada em um período histórico particular. Portanto, elas intervêm em áreas específicas, o que resulta em políticas peculiares como para a educação infantil, educação básica, educação superior”. Mas cada uma dessas subáreas de atuação política educacional podem se desdobrar em outras.

Percebe-se que a implantação de determinadas políticas educacionais interfere diretamente no rendimento – e não necessariamente na qualidade – do ensino das instituições que as promovem, designando o papel de regulamentar, avaliar e implementar tais políticas ao Estado.

No final dos anos 1960, começou a surgir uma maior preocupação e direcionamento nas políticas voltadas para a educação de uma forma geral, o que incluiu a educação superior, através da Lei 5.540/68, conhecida como Lei da Reforma Universitária. Convergia-se em expandir a oferta de vagas no ensino por todo país por meio de uma reforma que alterou a estrutura das universidades como

a criação de departamentos, o fim das cátedras docentes, a instituição do sistema de créditos etc. Mas, só no início dos 1980, a avaliação passa a ser mais discutida, e começa a ficar evidenciada com algumas ações implantadas pelo Ministério da Educação (MEC), com financiamento do Banco Mundial (Pestana, 2007).

Pestana (2007, p. 55) justifica esse olhar diferenciado para a avaliação naquele momento da seguinte forma:

As razões que explicam a eclosão de investimentos e propostas na área de avaliação são variadas, porém de caráter confluyente: a) Ênfase na qualidade – a ênfase que começa a ser dada à questão da qualidade do ensino, tanto por organismos internacionais quanto por diversos governos nacionais, provocou uma forte pressão por insumos que permitissem entender as causas da baixa qualidade para que fosse diagramadas alternativas de superação [...] b) políticas de descentralização – estão em andamento, em diversos países, reformas educacionais que promovem, de uma forma ou de outra, a descentralização dos sistemas educacionais [...] c) pressão social – diversas formas de pressão política e social têm levado à estruturação de um conjunto de mobilidades de avaliação, todas destinadas a levantar e tornar pública informações sobre o desempenho dos sistemas escolares, contribuindo, desta forma, para melhoria da qualidade e a excelência das instituições escolares[...].

Nesse diapasão, a avaliação pode servir a vários interesses, desde o fornecimento de informações aos grupos interessados (a acreditação¹, ranqueamento², *accountability*³), bem como garantir o controle e a melhoria da qualidade das instituições de Ensino Superior.

O objetivo primordial da política de avaliação educacional é aprimorar a qualidade do ensino e direcionar a ampliação da oferta na educação superior, mediante mecanismos específicos de avaliação a diferentes categorias de ensino. O efeito das avaliações, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), reflete na propositura de ações que contribuam para o melhor desempenho na qualificação docente, o que resultaria na eficiência do ensino (BERNHARDT, 2015).

A partir dos anos 1990, tornou-se claro que a proposta neoliberal, que tem seu cerne ideológico na ideia do Estado menos financiador de políticas sociais, ou

¹ Acreditação refere-se à credibilidade e desempenho da qualidade das instituições de ensino superior.

² Ranqueamento é o termo utilizado para estabelecer posições das instituições de ensino superior de acordo com critérios estabelecidos pelos órgãos representantes da educação brasileira.

³ O termo não apresenta tradução exata para a língua portuguesa e refere-se ao termo inglês *Account*, muito utilizado na administração pública para explicar: o que anda a fazer, como faz, por qual motivo faz, quanto gasta e o que futuramente pretende fazer, ou seja, uma prestação de contas.

seja proposições políticas e econômicas de que o Estado não interfira nas decisões econômicas, dando total autonomia mercadológica, trazendo a expansão do comércio internacional, investimento direto estrangeiro, o que seria uma maneira de transferir tecnologia e conhecimento entre países, iria alterar significativamente a gestão do ensino superior. Essa corrente de pensamento perseguiria, pelo menos em tese, a ideia de um Estado mais eficiente, visando assegurar o aumento da economia e o progresso social de uma nação, como é assim conceituado por Toledo (1997, p.82): “Estado Neoliberal pode significar Estado menos proprietário e interventor na economia e na previdência social, mas não necessariamente Estado politicamente fraco”.

Esta premissa é uma construção para reduzir a autonomia do Estado ao mínimo, não correspondendo com as perspectivas de amplas parcelas da sociedade, nem tampouco atendendo aos seus anseios. A partir desse momento, começa-se a discutir a proposta de reestruturação do Estado, que abordaria tanto a redução do seu papel em termos econômicos, quanto o estabelecimento de limites no que diz respeito à sua finalidade para promoção de bens e serviços. Teria ainda uma nova função, desta feita regulatória, ao estabelecer um conjunto de mecanismos disciplinadores e promover a fiscalização das ações, agora desenvolvidas no âmbito do setor privado ou mesmo por meio de parcerias público-privadas.

Portanto, a reforma do Estado, concretizada em parte sob a regência do ex-ministro Bresser Pereira, abrange a reestruturação organizacional do Poder Público, que envolve muitos aspectos, que vão de políticos, passando pelos econômicos, até os administrativos. (PEREIRA; 2006). No documento do Projeto de Reforma do Estado, apresentado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), a reforma é apresentada da seguinte forma:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (BRASIL, 1995, p. 12).

Essa Reforma do Estado tem como um dos seus objetivos aumentar a capacidade de administrar, de procurar corresponder à demanda de uma sociedade

civil muito mais consciente das obrigações do Estado, através de maior interação com o setor privado seja de forma direta ou por uso de seus modelos gerenciais.

O Estado deve ser público, as organizações não - estatais e sem fins lucrativos (ou organizações não – governamentais) devem ser públicas. Bens estritamente públicos, como meio ambiente protegido, devem ser públicos [...] entendido no sentido amplo, seja público; que seja de todos e para todos, e não objeto de *rent-seeking*, algo privatizado por grupos de interesse. (PEREIRA, 2006, p.25).

Uma das consequências e/ou estratégias da reforma do Estado no âmbito do Ensino Superior, é a construção de programas voltados para avaliação. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/96, a avaliação destacou-se como política pública, tendo sido colocada como competência e obrigação do Estado para com a qualidade da educação.

Ainda nos anos 1990, tem-se uma nova onda de expansão no Ensino Superior, gerada por vários interesses políticos, econômicos e sociais, bem como por motivação trazida pelo movimento da globalização em todo o mundo, como exemplifica Dias Sobrinho (2010, p.197):

Foi notável a recente expansão do sistema de educação superior brasileiro. Alguns poucos números o demonstram. Em 1996, havia 922 IES; em 2004, eram 2013 e, em 2007, somavam 2.281. De modo proporcional, cresceu o número de matrículas: 1.868.529, em 1996; 4.163.733, em 2004, e 4.880.381, em 2007. Muitos fatores explicam essa expansão, dentre os quais, de modo interconectado, se incluem o forte movimento de modernização e globalização, o notável aumento do contingente de jovens formados nas etapas escolares anteriores, os fenômenos de urbanização e de globalização, a ascensão das mulheres na sociedade, as crescentes exigências de maior escolaridade e qualificação profissional por parte do mundo do trabalho e as mudanças culturais em grande parte impulsionadas pelos sistemas de informação.[...] Com efeito, no Brasil, essa grande e contínua expansão se deu notadamente por via da privatização, tendo como polo privilegiado o ensino de graduação. Em 1996, havia 211 IES públicas e 711 privadas. Em 2004, eram 224 as públicas e 1.789 as privadas. Segundo o Censo divulgado pelo INEP, em 2007 o Brasil contabilizava 2.281 IES, sendo privadas 89% do total; dos 4.880.381 estudantes, 73% estavam matriculados em IES privadas, sendo 2.644.187 em Universidades (54%), 680.930 nos Centros Universitários (14%) e 1.555.256 em Faculdades isoladas (32%), geralmente de pequeno porte. Para o crescimento do sistema nos anos mais recentes, colabora a ênfase que vêm recebendo por parte do MEC o ensino tecnológico e a educação a distância. (DIAS SOBRINHO, 2010, p.197).

Observa-se que, à época, retoma-se a compreensão quanto ao reconhecimento do papel estratégico da educação superior e da ciência e tecnologia no desenvolvimento econômico e social da sociedade. Em um panorama geral, é possível dizer que implantar um ensino de qualidade é fundamental e prioritário para o desenvolvimento do país.

Ressalta-se que, com a inflexão da política social do governo Lula da Silva, em parte desprezando a modelagem de Estado mínimo, no processo do desenvolvimento da educação superior pública, surge, em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que vem assegurar a expansão de vagas na rede federal de ensino superior.

Desse modo, o Reuni tem como principal objetivo proporcionar o acesso e a permanência no Ensino Superior, tendo o programa possibilitado à expansão do Ensino Superior, ampliando o ingresso às instituições públicas federais, conforme expresso no Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. (BRASIL, 2007).

Mas anteriormente aos programas de expansão, e buscando contribuir na melhoria do Ensino Superior e servir como mecanismo de avaliação do ensino – aprendizagem nas Instituições de Ensino Superior (IES), foram desenvolvidos programas com a finalidade de mensurar sua qualidade.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) traz uma abordagem a respeito da temática em questão no livro “Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para próxima década - 2011-2020” ao afirmar que:

Nos anos recentes, países de todo o mundo vêm debatendo a possibilidade de promover alterações em seus sistemas de educação e de investigação da ES, no sentido de estimular e gerar novas formas de aprendizagem e de produção, gestão e aplicação do conhecimento. Nesse contexto, têm sido colocados em xeque a contribuição e o papel dos sistemas e das instituições de ES, em sua

tarefa de transmitir, produzir e disseminar conhecimento com compromisso e responsabilidade social, mostrando atenção aos desafios globais e de construção de sociedades mais justas e igualitárias. Essa discussão tem revelado a necessidade de gerar mudanças para construir sistemas e instituições que promovam a equidade e a ampliação dos mecanismos de inclusão social, ao mesmo tempo em que mantenham a qualidade da formação. (UNESCO, 2012, p. 15).

No Brasil, destacaram-se os seguintes programas com medidas de avaliação da educação superior: Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), desenvolvido e consolidado pela CAPES; o Programa de Avaliação para Reforma Universitária (PARU); Exame Nacional de Cursos (ENC), este último conhecido como Provão (DIAS SOBRINHO, 1997).

Portanto, no cenário atual, podemos afirmar que a melhoria da qualidade do Ensino Superior é um dos maiores desafios a ser enfrentado. Esta nova expectativa de formação tem estimulado o governo a abordar novos formatos e traçar metas que buscam a produção intelectual de qualidade, a qualificação profissional e a disseminação e socialização do conhecimento, tendo como perspectiva uma educação mais participativa e inclusiva.

Buscando contribuir na melhoria do Ensino Superior e servir como mecanismo de avaliação do ensino – aprendizagem nas Instituições de Ensino Superior (IES), foi criado em 14 de abril de 2004, por intermédio da Lei nº 10.861, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Com o objetivo de avaliar as instituições de ensino, o Sinaes apresenta-se como um sistema regulatório que demarca indicadores de qualidade do Ensino Superior no Brasil, trabalhando em consonância com as universidades, procurando dar mais autonomia às IES, integrando a autoavaliação, juntamente com a parceria com os Estados no desenvolvimento de suas políticas públicas, respeitando a individualidade e peculiaridades de cada universo acadêmico.

Em meio a esse cenário, está a Biblioteca Universitária (BU), considerada como instrumento de mensuração no processo de avaliação, visto que, seguindo os princípios estabelecidos na LDB e fundamentando-se, também, na Constituição Federal (1988), a Biblioteca Universitária (BU), está integrada como um dos requisitos para qualidade referente ao processo de avaliação do Ministério da Educação (MEC) das IES.

Além das bibliotecas, o sistema de avaliação do MEC inclui também a avaliação dos alunos, esta através do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), corpo docente, estrutura, corpo de técnicos administrativos, entre outros pontos. As Bibliotecas Universitárias são um dos setores avaliados em duas, das três modalidades do Sinaes, a saber: Avaliação Institucional e na Avaliação dos Cursos de Graduação, presenciais e à distância.

Para este estudo, explora-se, especificamente, o campo de pesquisa das políticas públicas de educação voltadas para avaliação de qualidade do Ensino Superior, tendo como instrumento de pesquisa o Sinaes, e centralizando o eixo da pesquisa no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba (SISTEMOTECA-UFPB). Para isso, utiliza-se o recorte de tempo referente ao período do Reuni (2008 – 2012), tendo em vista que houve consideráveis investimentos direcionados para as universidades públicas, logo é de se esperar que com o aumento desses investimentos as bibliotecas universitárias também tenham sido beneficiadas com esse plano de expansão do Ensino Superior público.

O interesse em estudar esta temática surgiu em decorrência das vivências pessoais e profissionais na Biblioteca Central (BC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e consistiu em buscar compreender a dinâmica e percepção com relação aos resultados da avaliação do Ministério da Educação (MEC) nas bibliotecas, por trabalhar em uma biblioteca universitária, e observar por diversas vezes a mobilização de coordenadores de cursos e de toda equipe da biblioteca quando são marcadas as avaliações dos cursos de graduação do MEC. Imersa na observação participante questionei-me como a biblioteca universitária, na maioria das vezes, só é acionada nesse processo no momento apenas de receber os avaliadores do MEC, e não antes, durante todo o planejamento que antecede a visita; de como a biblioteca e seus representantes precisam estar mais envolvidos nos processos de tomadas de decisão e no que consiste em desempenhar o seu papel dentro da instituição na qual está inserida, e, por fim, de como a mesma poderia utilizar-se desses resultados da avaliação para estar preparada não só para atender e ter bons conceitos na visão dos avaliadores, mas também com a visão de otimizar os recursos e serviços oferecidos pela mesma.

Considerando dados da representatividade que a Biblioteca Universitária tem no processo de avaliação estabelecido pelo MEC por meio do Sinaes, surgiram

inquietações com relação aos indicadores mensurados no Sinaes, a influência que os resultados dessa avaliação exercem dentro do Sistema de Bibliotecas, e de que forma os mesmos podem auxiliá-lo na melhoria dos serviços oferecidos à comunidade acadêmica.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Mesmo sendo parte do processo de avaliação, a Biblioteca Universitária, no contexto da UFPB, necessita fazer-se presente e importante dentro do processo da gestão da universidade, pois não tem participação nos espaços de tomadas de decisão existentes dentro da instituição, os quais repercutem significativamente em suas atividades, a exemplo das reuniões dos Conselhos de Centro, na Comissão Própria de Avaliação (CPA), entre outros.

Acredita-se que o Sistema de Bibliotecas ainda não tem a visibilidade que merece, acreditando-se, pois, que seja necessário que a mesma seja articulada com os outros espaços decisórios, e não tão somente ser acionada nos períodos de avaliação, pois, dessa forma, a mesma fica percebida pelo prisma de mera formalidade. Partindo desta premissa, nos deparamos com o imperativo de entender a percepção de coordenadores de cursos e gestores do Sistema de Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba (SISTEMOTECA-UFPB) acerca do papel das bibliotecas nos resultados da avaliação dos Sinaes.

Para auxiliar na investigação desta problemática, surgiram alguns questionamentos que balizam o estudo, tais como: Qual a percepção dos coordenadores e gestores de bibliotecas sobre o Sistema de Bibliotecas da UFPB e qual o uso que eles fazem dos resultados do Sinaes, no componente biblioteca na avaliação dos Cursos de Graduação? Qual a relevância desses resultados para avaliação dos Cursos de Graduação?

Diante das discussões e destes questionamentos, emerge outra questão: Como os resultados da avaliação do Sinaes podem influenciar no processo de decisão dentro do Sistema de Bibliotecas da UFPB?

Hipoteticamente, espera-se que os resultados obtidos com as respostas dos questionários de coordenadores de cursos e gestores de bibliotecas setoriais

justifiquem os resultados apresentados pelas avaliações do Sinaes, dos cursos selecionados para esta pesquisa.

Para responder à principal questão de pesquisa, definiram-se os objetivos, postos a seguir.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar e compreender a percepção de coordenadores de cursos e gestores do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba (SISTEMOTECA-UFPB) acerca do papel das bibliotecas nos resultados da avaliação do Sinaes.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) analisar se as mudanças decorrentes da reforma do Estado e avaliação estandarizada interferem no processo de consolidação das bibliotecas universitárias;
- b) descrever os instrumentos e critérios utilizados para avaliação do Sinaes, no componente curso de graduação, nas Bibliotecas Universitárias;
- c) identificar como o Sistema de Bibliotecas da UFPB participa e/ou colabora nesse processo de avaliação do Sinaes;
- d) averiguar como os resultados da avaliação do Sinaes podem provocar mudanças no Sistema de Bibliotecas, no sentido de proporcionar-lhe visibilidade, e otimização de recursos.

Nesta seção, descreve-se o desenvolvimento de cada etapa da metodologia, como: a natureza da pesquisa, características, procedimentos, abordagem, coleta de dados e análise dos dados.

A metodologia tem sua utilidade fundamental no campo da pesquisa científica, no que concerne ao delineamento, à apresentação do roteiro ou desenho do trajeto que esta pesquisa deve seguir para encontrar respostas para o objeto em estudo.

O conceito de metodologia origina-se da palavra método, conforme Richardson (2009, p.22) apresenta:

metodologia, deriva do grego *métodos* (caminho para chegar para a um objetivo) + *logo* (conhecimento). [...]. A metodologia são regras estabelecidas para o método científico, por exemplo: a necessidade de observar, a necessidade de formular hipóteses, a elaboração de instrumentos e etc. (RICHARDSON, 2009, p.22).

Corroborando com esse pensamento, Prodanov e Freitas (2013, p.14) conceituam metodologia como sendo “a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade.”

Partindo desses conceito, compreendemos a metodologia como o caminho traçado para atingir os objetivos propostos, cujos passos contribuem para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, instiga o pesquisador a ter um olhar investigativo, criativo e crítico, auxiliando-o a refletir e estimular uma nova visão sobre novos conhecimentos.

1.3 Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa é de natureza descritiva, que segundo Richardson (2009, p.29): “Os estudos de natureza descritiva propõe-se a [...] a descobrir as características de um fenômeno como tal [...], possibilitando também a ordenação e classificação deste [...] procuram investigar a correlação entre variáveis.”

A abordagem é qualitativa, cujas investigações que se voltam para esse tipo de análise têm como objeto situações abstrusas ou estritamente específicas (RICHARDSON, 2009). Ainda sobre a abordagem qualitativa, Minayo (2012, p. 21) explica da seguinte forma:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e

interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Entendemos que a abordagem contribui para alcançar resultados confiáveis, e que nos auxilia a compreender de forma mais profunda, determinadas situações, de como e porque os sujeitos apresentam certos comportamentos diante de suas realidades habituais dentro da sociedade na qual estão inseridos.

Em relação ao tipo de procedimento, caracterizou-se como o monográfico ou estudo de caso, que de acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 90),

[...] consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. A investigação deve examinar o tema escolhido observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 90).

Partindo desse pressuposto, a pesquisa se distingue como um estudo de caso, tendo em vista que se propõe a estudar o Sistema de Bibliotecas da UFPB, de acordo com os resultados de avaliações do Sinaes, obtidos por alguns cursos de graduação criados a partir do Reuni.

O estudo de caso consiste em: “[...] coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, [...] É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 60).

Com relação aos procedimentos técnicos a pesquisa constitui-se como pesquisa bibliográfica e documental, pois abrange tipos de materiais informacionais, como livros, teses e artigos científicos, e também documentos institucionais, jurídicos, estatístico, entre outros.

Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 79) apresentam um conceito sobre pesquisa bibliográfica que diz:

A pesquisa bibliográfica tem como objetivo encontrar respostas aos problemas formulados, e o recurso utilizado para isso é a consulta dos documentos bibliográficos. Para encontrar o material que interessa a pesquisa, é necessário saber como estão organizados os textos, as bibliotecas e os bancos de dados, bem como suas formas de melhor utilização. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 79).

Já Fachin (2006, p.122) entende por levantamento bibliográfico: “Todas as obras escritas, bem como a matéria constituída por dados primários ou secundários que possam ser utilizados pelo pesquisador ou simplesmente pelo leitor. [...]”

Para isso foi realizada na pesquisa uma revisão de literatura a partir de fontes de informações que tratam de assuntos referentes aos instrumentos de avaliação do Sinaes, Bibliotecas Universitárias, documentos e pesquisas realizadas sobre Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e legislação específica acerca da temática em estudo.

O processo de revisão bibliográfica foi realizado através de um levantamento, utilizando o acervo documental das bibliotecas do SISTEMOTECA-UFPB, como livros, dissertações e periódicos. Utilizaremos as palavras-chave “Biblioteca Universitária, Avaliação do Ensino Superior, Sinaes, Reuni” correlacionando os termos entre si e priorizando os resultados que recuperem com mais especificidade a temática abordada nesta pesquisa.

1.4 Campo de Pesquisa

O campo de pesquisa foi a Universidade Federal da Paraíba, compreendendo, especificamente, o Sistema de Bibliotecas (SISTEMOTECA-UFPB), formado pela Biblioteca Central e Bibliotecas Setoriais dos Campi de João Pessoa, Areia, Bananeiras, Rio Tinto / Mamanguape.

1.5 Universo da Pesquisa

A pesquisa teve como universo 29 gestores (coordenadores) dos cursos criados na UFPB no período do Reuni (2008-2012), e também 11 gestores das bibliotecas pertencentes ao SISTEMOTECA UFPB que atendem aos referidos cursos.

1.6 Procedimentos Utilizados para a Coleta e a Análise dos Dados

Os dados foram coletados por meio de questionário com questões fechadas, que segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 184) “é um instrumento de coleta de

dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.”.

Foram verificados através do resultado da avaliação do Sinaes desses cursos: a) os indicadores que competem à Biblioteca, buscando fazer uma análise desses indicadores (Biblioteca) no que concerne à sua influência no resultado geral de desempenho dos cursos, e b) as formas como são trabalhados esses resultados no que compete ao SISTEMOTECA-UEPB, observando a percepção dos dois gestores (de biblioteca e coordenador de curso) com relação aos referidos indicadores do Sinaes.

Dessa forma busca-se com o questionário informações e detalhes específicos para auxiliar as análises e desenvolver as considerações para esse estudo. Os dados coletados com a aplicação dos questionários foram avaliados por meio de estatísticas descritivas, com médias, medianas e porcentagens.

Com relação aos dados secundários, foram estudados a documentação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UEPB referente aos cursos criados no período do Reuni; os relatórios de avaliação do Sinaes desses mesmos cursos; o regimento do SISTEMOTECA-UEPB; o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UEPB (2007 – 2014) e (2014 – 2018); além de outros documentos que serviram de fontes informacionais que auxiliaram na pesquisa.

A partir dos relatórios da CPA, foram elaborados quadros com os resultados dos itens referentes ao componente Biblioteca, de forma a subsidiar a análise dos resultados obtidos com as respostas dos questionários.

Para responder aos questionamentos elencados anteriormente e, ainda, atender aos objetivos traçados, esta dissertação foi ordenada da seguinte forma: O capítulo um correspondeu à introdução do assunto e, foram expostas: a problematização da pesquisa, as justificativas pessoais, profissionais e institucionais, que compõem essa pesquisa científica, bem como a metodologia trabalhada para a realização da mesma. No segundo capítulo, foram expostos conceitos sobre: O Estado e Políticas Públicas, Estado Avaliador, a problematização: da Reforma do Estado, a Gestão do Ensino Superior no Brasil, e as Políticas Públicas desenvolvidas no País para esse segmento. Já no capítulo três discutimos sobre o Sistema de Bibliotecas da UEPB e, para contextualizar apresentamos: breve histórico da origem das Bibliotecas; o papel das Bibliotecas Universitárias e a

participação do Sistema de Bibliotecas da UFPB com relação à avaliação dos Sinaes. Na sequência tratamos no quarto capítulo da análise dos dados de nossa pesquisa, onde expomos a caracterização, sistematização e análise dos dados coletados através dos questionários e dos relatórios da CPA. Já no capítulo cinco trazemos nossas considerações e contribuições acerca do trabalho desenvolvido.

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Neste capítulo: pretende-se apresentar um panorama da avaliação do ensino superior relacionando com o modelo de Estado e as políticas públicas do Brasil, pois entende-se que esse procedimento analítico é importante para compreensão das políticas de avaliação em curso.

Pretendemos discutir, inicialmente, a concepção de Estado, isto é, sua origem, aspectos gerais e transformações pelas quais passou ao longo do tempo. O texto avança para compreender o sentido de Estado-avaliador e a Reforma do Estado realizada no Brasil nos anos de 1990, com conseqüentes modificações nas políticas educacionais implementadas nesse período. Realizaremos uma breve retrospectiva histórica acerca do ensino superior brasileiro, juntamente com o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para educação superior no Brasil, desde sua concepção ainda como colônia de Portugal, até os dias atuais, e por fim abordar as políticas voltadas para avaliação do ensino superior brasileiro. Apresentaremos ainda um relato sobre os principais programas voltados para avaliação do ensino superior e daremos ênfases às mudanças nas políticas de avaliação, ocorridas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva.

2.1 Estado e Políticas Públicas do Ensino Superior

2.1.1 Estado

O termo Estado vem do latim *status*, que em sua origem quer dizer: modo de estar, situação, condição. Historicamente, o início do Estado deu-se na Grécia e Roma, aonde futuramente os que viriam a ser considerados como estados eram chamados de “polis” pelos gregos e de “res pública”, pelos romanos, que representavam a ideia de Estado, sobretudo pelo aspecto de relação social de formação política e de cidadania (BOBBIO, 1987).

Maquiavel em sua obra “o Príncipe” foi pioneiro ao utilizar o termo “Estado” no sentido contemporâneo da palavra ao dizer que “Todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm império sobre os homens, são repúblicas ou

principados” (MAQUIAVEL, 1996, p.21), passando a dar a este termo uma nova conotação e significado que seria a de uso permanente e exclusivamente de uma extensão territorial e de controle sobre os que nele habitam, ou seja, uma instituição organizada política, social e juridicamente, que controla determinado território demarcado, tendo um sistema de leis, que, em sua maioria formam Constituições escritas que efetivam suas políticas, fazendo do mesmo uma autoridade social, tendo soberania para nortear as relações entre todos os membros da sociedade (GIDDENS, 2012).

O Estado é o fenômeno do poder político, é no principal objeto de estudo da ciência política, pois, ele pode ser estudado sob dois aspectos, o jurídico e o sociológico. Do ponto de vista jurídico (institucional), tem como características, o foco sobre o ordenamento jurídico válido (legal) e a concepção do Estado como órgão de produção jurídico. E do ponto de vista sociológico o Estado é definido como uma complexa organização social, sendo direito apenas um dos elementos que o constitui (BOBBIO, 1987).

Para compreender a maneira de construção do Estado, no contexto moderno, é fundamental conceituarmos o termo sociedade, que segundo Ferreira (2010, p. 1952), define-se como:

Corpo orgânico estruturado em todos os níveis da vida social, com base na reunião de indivíduos que vivem sob determinado sistema econômico de produção, distribuição e consumo, sob um dado regime político, e obediente a normas, leis e instituições necessárias à reprodução da sociedade como um todo; coletividade. (FERREIRA, 2010, p. 1952).

Desta forma, a sociedade inter-relaciona-se com Estado, fazendo parte da sua formação e permanente evolução em várias esferas, como: econômica, política entre outros. Outrossim, no contexto político atual, a sociedade civil inclui-se na divisão da sociedade civil/Estado. Para determinar a definição de sociedade civil, deve-se estabelecer o mesmo com relação ao Estado.

A sociedade civil seria o local onde se formam as discussões e ordens econômicas, sociais, religiosas e de ideologias, tendo como elementos atuantes nessas discussões as classes sociais, grupos, movimentos representantes das mesmas. E cabe ao Estado o papel de solucionar essas adversidades mediando através de acordos, regras ou em alguns casos fazendo uso da força quando assim

for necessário, visando controlar e solucionar esses conflitos de forma racional (BOBBIO, 1987).

Sendo assim, percebe-se que Estado Moderno é comprometido com critérios impessoais, legítimos (conforme a lei) e constituídos, racionalizando o uso do poder político. O Estado em sua teoria deveria ser o ambiente de domínio público, de todos e para todos.

Para assegurar os direitos individuais e sociais dentro da complexidade das sociedades capitalistas é indispensável elaborar um sistema do Estado de dimensões respeitáveis, sistema esse que não possua somente uma propriedade estática, mas também manipule uma ampla dimensão de recursos. Uma das ações fundamentais para desenvolver e garantir que o Estado fosse efetivamente público, e voltado para o atendimento dos cidadãos, foi tentar expandir e consolidar mundialmente a democracia.

Corroborando com o exposto, Pereira (1995, p.2) traz uma rápida retrospectiva histórica sobre os avanços da democracia nessas últimas décadas e a evolução da mesma no que diz respeito à coisa pública:

O avanço da democracia é a história da desprivatização do Estado. Este avanço foi extraordinário nestes três últimos séculos. Acompanhou a consolidação do capitalismo, ocorrendo em três etapas. Em cada uma delas um novo direito fundamental foi explicitado e sua defesa, institucionalizada. No século dezoito, os direitos individuais protegendo os cidadãos contra o poder abusivo do Estado e da aristocracia que o dominava foram afirmados pelos filósofos iluministas e por duas revoluções: a americana e a francesa. No século dezenove eles foram implantados em todas as constituições. Nesse mesmo século, os socialistas democráticos afirmaram os direitos sociais dos pobres e dos trabalhadores, que, no século vinte, encontraram guarida em todas as constituições e políticas governamentais. Para afirmar os direitos individuais foi preciso também afirmar a propriedade privada, e garanti-la através do Estado Liberal. Para garantir os direitos sociais, foi necessário reservar um espaço maior para a propriedade pública através do Estado Social. Resultou daí o histórico conflito entre a burguesia, para quem a propriedade privada é essencial e o Estado Liberal aparentemente suficiente, e os trabalhadores, que necessitam do Estado Social para verem seus direitos sociais garantidos. (PEREIRA, 1995, p.2).

Observa-se, assim, como a constituição do Estado enquanto “coisa pública” vai se dando a partir de conflitos de lutas de classes, da implantação de

constituições que assegurassem direitos sociais, e o crescente papel da democracia nas sociedades atuais.

A partir de concepções associadas a contextos históricos tratados acima, abordaremos o Estado e suas relações com a educação, com ênfase no contexto contemporâneo. Assim discorreremos sobre Estado do ponto de vista do que veio a se denominar Estado-avaliador. Segundo Neave,

o Estado Avaliador consistiria numa racionalização e uma redistribuição geral das funções (e dos poderes) entre o centro e a periferia, de maneira tal que o centro conservaria o controle estratégico global através de mecanismos políticos menores em número, porém mais precisos, constituídos pela definição de metas para o sistema e o estabelecimento de critérios e processos de controle de qualidade do produto. Poucas áreas do de atuação do Estado escapam ao controle exercido pelo Estado Avaliador, pois o resultado da avaliação é utilizado para distribuir os recursos humanos e financeiros entre as instituições que oferecem um serviço (educacional, de saúde, etc.). (NEAVE, 1988 apud YANNOULAS; SOUZA; ASSIS, 2009, p.59).

Sendo o conhecimento considerado como um dos maiores bens do Estado e também como fator de extrema relevância para o desenvolvimento econômico de uma nação, as avaliações no âmbito das políticas educacionais, onde estão dispostos os recursos humanos e financeiros, podem nortear as práticas desenvolvidas pelas instituições que oferecem esses serviços à sociedade surgindo, assim, um mercado competitivo, onde o Estado se torna o regulador através do desempenho institucional, e as instituições educacionais, com base em políticas educacionais de avaliação, estejam sempre buscando reconhecimento.

Almerindo Janela Afonso (2013), faz um breve resumo de como se formou essa concepção de Estado – Avaliador e sua evolução no mundialmente e especificamente aqui no Brasil da seguinte forma:

A emergência da última grande vaga avaliadora – que ocorreu, inicialmente, em países capitalistas centrais (como os EUA e a Inglaterra) e estendeu-se, ao longo dos anos de 1980, para uma grande parte de outros países situados em lugares distintos do sistema mundial – tem sido compreendida, na minha perspectiva, como parte de mudanças sociais, políticas e culturais mais amplas, desencadeadas nesse período histórico, nomeadamente, pela viragem neoconservadora e neoliberal (Afonso, 1998, 1999). Todavia, o que se apresenta como relativamente consensual é o fato de a avaliação constituir, a partir desse momento, um dos eixos

estruturantes das reformas da administração pública e de formas de governo reinventadas (ver, a este propósito, Al Gore, 1994; Osborne; Gaebler, 1992) – razão pela qual a expressão Estado-avaliador, inicialmente proposta para chamar a atenção para as mudanças no ensino superior (Neave, 1988), passou a ser usada e convocada tendo em mente muitos outros domínios das políticas públicas e educativas. (AFONSO, 2013, p.271).

Seria a implementação do Estado-Avaliador, que segundo o autor divide-se em três fases. A primeira estaria ligada a uma ideologia, neoliberal às políticas de avaliação, prestação de contas e ao desenvolvimento de procedimentos de avaliação a nível nacional; a segunda, pela adesão dos países a modelos de avaliação internacional; e, a terceira, a fase atual, pelos processos de transnacionalizar as práticas avaliativas, ou seja, ultrapassar as fronteiras nacionais e englobar vários países (AFONSO, 2013).

O mesmo ainda traz uma reflexão relacionada aos aspectos deste Estado-Avaliador com relação à mercantilização da educação, à gestão privada que começa a chegar à educação pública, à promoção do ranqueamento entre as instituições de ensino gerando competição entre as mesmas, à meritocracia, à educação como mercadoria de consumo, tendo como justificativa propiciar a eficiência e eficácia do Estado e de melhora da qualidade da educação.

De acordo com Afonso (2009), o efeito das políticas de avaliação na educação superior poderá ser entendido das seguintes formas: arranjo de sistema avaliativo efetivo, prático e seguro com relação aos resultados; estabelecimento de mecanismos de monitoramento de resultados e regulação; e ajustes periódicos destes sistemas avaliativos.

Nessa concepção, o Estado adquire o papel de ser não apenas avaliador, mas também passa a ter a atribuição de regular, tendo em vista que a regulação é percebida como monitoramento dos resultados, buscando manter a estabilidade do Sistema. Observa-se ainda a influência do caráter meritocrático no ensino, por trás da ideia da livre mercado e as várias opções oferecidas por este. A avaliação adotada pelo 'Estado-Avaliador' em sua maioria causa um enfraquecimento do caráter formativo da educação. Com isso, evidencia-se a realização de controle e a competitividade entre as IES, porém, reduz o caráter solidário e a cooperação entre as mesmas.

Quando se fala em ensino de qualidade como um direito à cidadania, direito de uma sociedade que financia o Estado, estamos assegurando que o saber produzido na sociedade é um direito universal; quando privatizamos esse tipo de serviço passamos a ser clientes dos serviços educacionais que nos são oferecidos pela rede privada, e estas, por sua vez, estão sempre buscando e disputando reconhecimento no mercado educacional (AFONSO, 2013).

No Brasil, muitas dessas medidas com relação à expansão da privatização e mercantilização do ensino superior foram mais intensificadas a partir da Reforma do Estado. No final do século XX, o país passou a seguir medidas reformistas, que objetivavam alterar a compreensão de Estado e os modelos de sua ação no campo econômico, político, social, cultural e educacional, tais medidas apoiavam-se nas propostas neoliberais.

No campo da educação tais medidas propunham uma reforma gerencial do sistema de educação no País, sob a perspectiva de inserir mecanismos que regulassem a eficiência, eficácia e produção dos serviços educacionais sob a justificativa de melhorar a qualidade dos mesmos. O método utilizado pelo modelo neoliberalista consistia em transferir a educação do campo político para a esfera de mercado, utilizando-se da visão mercadológica para as tomadas de decisão nas criações de políticas educacionais e utilizando a avaliação como mensurador da qualidade das instituições.

A adoção deste modelo gerencial, por meio de um novo modelo de regulação e de avaliação possibilitaria a composição, no setor educacional, de uma cultura do desempenho, desenvolvendo desta forma um espécie de ranqueamento entre as instituições de ensino do país, no qual as instituições de ensino superior são avaliadas por meio de indicadores, como forma de mensurar a qualidade do ensino, ou seja, a mercantilização e mercadorização do ensino superior visando a produtividade, a serviço do capital de predominância financeira (GENTILI, 1996). (GENTILI, 1996).

Libâneo e Oliveira (1998, p. 606) afirmam que:

As transformações gerais da sociedade atual apontam a inevitabilidade de compreender o país no contexto da globalização, da revolução tecnológica e da ideologia do livre mercado. (neoliberalismo). A globalização é uma tendência internacional do capitalismo que, juntamente com o projeto neoliberal, impõe aos

países periféricos a economia de mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social.

Essa globalização começa a interferir nos moldes da educação brasileira e principalmente na educação superior. O modelo neoliberal de privatização do ensino superior um grande mercado competitivo, inclusive para disputas de investidores estrangeiros, uma preparação para atender às necessidades do mercado de trabalho, em uma visão meramente capitalista.

2.1.2 Reforma do Estado

Nos anos 1990, a empreitada política foi a reforma ou a reconstrução do Estado. Por muitas décadas, entre os anos 1930 e os anos 1960, o Estado foi um fator de crescimento econômico e social. Nesse período, observou-se amplo desenvolvimento econômico e ascensão dos padrões de vida nunca vistos anteriormente. A partir dos anos 1970, porém, face ao seu crescimento distorcido e frente às imposições que a globalização estabeleceu, o Estado entrou em colapso e se tornou o principal motivo da diminuição das taxas de crescimento econômico, do aumento das taxas de desemprego e da elevação da taxa de inflação que, desde então, incidiram em todo o mundo (PEREIRA, 2006).

Nos anos 1990, constatou-se ser inviável o projeto conservador de Estado mínimo, surgindo com isso à necessidade de fazer uma reforma do Estado para garantir sobrevivência capitalista das nações, para que este pudesse concretizar não apenas suas atividades clássicas de garantia da propriedade e dos contratos, mas também seu papel de assegurar os direitos sociais, bem como o de fomentador da competitividade do seu país (CARDOSO, 2006).

Assim, em 1995 iniciou-se a Reforma do Estado no Brasil, ocorrida no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a criação do Ministério da Reforma do Estado (MARE), e a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, tendo como Ministro, Bresser Pereira, que via na reforma do Estado ou Reforma Gerencial, uma forma de suplantiar, por intermédio da elaboração do modelo gerencial, o modelo burocrático. (SILVA, 2001)

Corroborando com o exposto, Pereira afirma que:

A Reforma Gerencial nasceu da pressão por maior eficiência ou menores custos que se seguiu à transformação do Estado Democrático Liberal em Estado Democrático Social. Por outro lado, ao significar, do ponto de vista administrativo, a transição do Estado Burocrático para o Estado Gerencial, revelou-se um instrumento fundamental das sociedades modernas para neutralizar a ideologia neoliberal que buscava diminuir o tamanho do Estado na medida em que, ao tornar mais eficiente (embora jamais tão eficiente quanto gostaríamos) a provisão dos serviços sociais públicos ou coletivos, legitima o próprio Estado Social, e garante seu aprofundamento futuro. (PEREIRA, 2010, p.116).

A proposta de reforma do Estado brasileiro apoiava-se na implementação da administração gerencial, bem como implantação mais efetiva de políticas sociais (educação, saúde, assistência social, segurança e etc.), políticas essas criadas com o objetivo de assegurar determinados direitos a vários grupos que não consegue alcançar por conta própria, os requisitos mínimos para sua subsistência e seu desenvolvimento enquanto cidadão.

O modelo proposto pela reforma do Estado, cujos objetivos, sobretudo seria o de promover o foco no resultado e o foco no cidadão, teve muitas críticas com relação a ter atingindo de fato aquilo que propôs. Para alguns autores, os resultados não foram positivos, eles afirmam que o objetivo do neoliberalismo nunca foi o foco no cidadão, e que sua finalidade realmente seria a redução do Estado, deixando o mercado o mais livre possível para jogar segundo suas próprias regras e lógicas. O Estado só entraria para socializar os prejuízos, caso houvesse. Oliveira (2011, p.144) aponta alguns fatores que corroboram com as críticas ao modelo de reforma:

O programa reformista implementado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso baseou-se em uma escolha pelo projeto neoliberal, primou pela privatização dos bens públicos e redução do papel do Estado. Os funcionários públicos foram escolhidos como vilões da pátria e a reforma administrativa pública como solução para os problemas e imperfeições históricas do Estado brasileiro. O plano Diretor da Reforma do Estado fomentou a depreciação do setor público e superdimensionou o mercado financeiro.

Outra crítica à reforma gerencial é com relação do retorno ao Estado Mínimo, acreditando que ao diminuí-lo o tornaria mais eficiente. Alguns autores apontam que ocorreram vários cortes de serviços do Estado, sem que isso tenha se refletido em

uma melhoria de sua eficiência, o aumento da carga tributária, as privatizações de grandes estatais, são exemplos disso. “O cidadão deixa de compartilhar direitos iguais e universais, enquanto isso, o mérito e a disponibilidade financeira determinam o *direito* de ter acesso aos bens de consumo coletivo” (SILVA, 2011, p.7). Com isso, no que diz respeito à educação, as universidades públicas foram prejudicadas, os professores, a saúde pública (hospitais universitários), os servidores públicos, e nada disso gerou o resultado ambicionado.

Essas contradições e modificações trazidas pela Reforma do Estado refletem de forma direta nas políticas públicas voltadas para o Ensino Superior no Brasil, a ser abordada no nosso próximo item.

2.2 Gestão do Ensino Superior

Ao longo dos anos, as políticas públicas no Brasil sofreram diversas alterações, inclusive novas políticas, com outros direcionamentos foram desenvolvidas a partir da reforma do Estado, implantada no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Para tratarmos de políticas públicas do Ensino Superior faremos um breve histórico do que são políticas públicas, o papel que as mesmas exercem dentro da sociedade e, então, adentraremos nas políticas educacionais e mais especificamente nas de Ensino Superior.

Vimos anteriormente que as políticas sociais são desenvolvidas com a intenção de subsidiar direitos civis e sociais, previstos em constituição, a determinadas segmentos sociais, que por algum motivo não conseguem obter os requisitos mínimos para sua sobrevivência dentro da sociedade. Em consonância com o explanado, Höfling afirma que:

Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (HÖFLING, 2001, p.31).

Já Lowi apud Rezende explica a política pública como:

Uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas e negativas. (LOWI *Apud* REZENDE, 2004, p. 13).

As definições sobre política pública são muitas e os limites de sua atuação também. Para Teixeira as políticas públicas:

São diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Já Secchi conceitua da seguinte forma:

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos essa definição em detalhe: uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. (SECCHI, 2010, p.2).

Ou seja, as políticas públicas também englobam as políticas sociais, mas têm amplitude muito maior, podemos então entender como sendo intervenções planejadas pelo poder público, através de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de figuras públicas ou privadas de várias categorias da sociedade. Com o objetivo de assegurar direitos e/ou promover algum tipo de impacto social, político ou econômico, as mesmas atingem todos os segmentos sociais independente de sexo, raça, crença ou camada social.

As políticas públicas podem apresentar objetivos diversos e características e formatos diferentes de atuação. Theodore Lowi (1964, 1972 *Apud* HOLCHMAN;

ARRETCHE; MARQUES, 2007), desenvolveu uma das mais conhecidas tipologias sobre políticas públicas. Abaixo, traremos um quadro com os tipos elencados por ele e suas principais características.

Quadro 1 - Tipos de Políticas Públicas

TIPO	CARACTERÍSTICAS
Políticas Distributivas	Decisões tomadas pelo governo desconsiderando a questão de limitação de recursos que tem impactos de benefícios individuais do que universais. Privilegia alguns grupos sociais em detrimentos de outros.
Políticas Regulatórias	Mais visível ao público, essas políticas definem regras e procedimentos para atender interesses gerais da sociedade, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse; Não visam conceder benefícios imediatos para qualquer grupo.
Políticas Redistributivas	Redistribuição em forma de recursos e/ou de financiamento e recursos públicos entre as categorias sociais, com perdas concretas e a curto prazo para alguns grupos sociais e ganhos incertos para outros.
Políticas Constitutivas	Lidam com procedimentos.

Fonte: Dados Sistematizados pela autora a partir de Theodore Lowi apud Holchman; Arretche; Marques (2007).

Assim, as políticas públicas elaboradas podem se enquadrar em um desses quatro tipos de políticas citadas no quadro acima, tendo em vista que a atuação do Estado nos seus programas pode possuir relação com mais um tipo de política pública, já que vai depender dos objetivos que se almeja atingir.

2.2.1 Surgimento e Evolução do Ensino Superior e de suas Políticas Públicas no Brasil

O surgimento do primeiro estabelecimento de Ensino Superior do Brasil é datado por volta de 1550 na Bahia, quando Jesuítas criaram colégios com cursos como Arte e Teologia, tendo como finalidade formar para o sacerdócio, mas acabaram não progredindo, pois não era interesse de Portugal criar instituições de formação intelectual em suas colônias. Só em 1808 com a mudança da sede da coroa para o Brasil, é que houve a retomada do Ensino Superior no país, já em outros moldes diferentes da época de colônia, mas ainda assim aquém das universidades nos moldes europeus. Criaram-se no Brasil unidades isoladas de Ensino Superior para formação profissional, que deram origem posteriormente às

academias e faculdades, a exemplo das de Medicina no Rio de Janeiro e Bahia, a de Engenharia Civil em Ouro Preto - MG e as Jurídicas em São Paulo e Olinda – PE (CUNHA, 2007).

Maria de Lourdes Fávero traz um comentário que exemplifica bem esse período, dizendo:

Da Colônia à República, houve grande resistência às ideias de criação de instituições universitárias. Durante o período monárquico mais de duas dezenas de projetos de criação de universidades foram apresentados e não lograram êxito. (FÁVERO, 2000, p.22).

A universidade brasileira é uma formação recente, concretizando-se de fato em 1920 com a criação da Universidade do Rio de Janeiro.

O presidente Epitácio Pessoa, em 07 de setembro 1920, por meio de Decreto nº 14.343, criou a Universidade do Rio de Janeiro, de um agregado de faculdades federais isoladas (Escola Politécnica, Faculdade de Direito e Faculdade de Medicina) concretizando o Decreto de nº11.530 de 18 de março de 1915 apresentado por Carlos Maximiliano. Essas instituições constituíram a Universidade do Brasil. (VIEIRA, 200-, p.5).

A partir de 1930, no governo Vargas, começam a se formar às primeiras universidades públicas.

Vargas criou o Ministério de Educação e Saúde Pública, confiado a Francisco Campos que tratou de implantar uma organização e estrutura da educação superior através do Decreto de 11 de abril de 1931, que foi o primeiro Estatuto da universidade brasileira. Exigia-se, assim uma estrutura mínima para a criação de uma universidade. Nascia assim universidade brasileira. (VIEIRA, 200-, p. 6).

Com o Estatuto instituiu-se critérios como a formação do corpo docente, a escolha da administração geral, bem como a designação do reitor e do conselho universitário. Ainda na era Vargas houve dois modelos de políticas educacionais no país: uma autoritária e outra liberal. A primeira estabelecida pelo governo federal e a segunda pelo Estado de São Paulo e pelo Distrito Federal. Mas, apesar do avanço e da expansão do Ensino Superior na década de 30, houve várias críticas ao modelo autoritário estabelecido pelo governo da época, principalmente por parte dos estudantes que defendiam uma universidade aberta a todos (CUNHA, 2007).

De 1945 a 1964 verifica-se um aumento significativo no número de instituições de Ensino Superior. A criação em 1947 do Instituto de Tecnologia de Aeronáutica (ITA) é um exemplo da preocupação com a inovação e a pesquisa dentro do Ensino Superior do país, pois trazia um avanço e modernização para dentro das instituições de educação superior. Nesse período, o governo federal apoiou a expansão do Ensino Superior através da política de federalização e políticas educacionais voltadas para um Ensino Superior moderno e tecnológico, com o objetivo de desenvolver economia no país, mas só nos anos 1960 é que de fato o modelo de universidade voltada para pesquisa científica e tecnológica foi realmente implantado no Brasil (CUNHA, 2007).

Com o golpe militar em 1964 o governo brasileiro, através do Ministério da Educação, firmou um acordo com os Estados Unidos, copiando seu modelo de educação superior, com a intenção de estabelecer uma reforma universitária, tendo como objetivo a implantação de um ensino voltado para atender as exigências de empresas e a produtividade. O interesse era em qualificar a mão-de-obra para atender a demanda de mercado. É nesse período, também, que se inicia o processo de expansão do Ensino Superior privado. Dourado (2011) resume bem a complexidade da reforma do Ensino Superior no período do regime militar:

Em seu percurso histórico, é no período militar, após o golpe de estado, em 1964, que se consolidarão as condições objetivas para a intensificação da presença do ensino superior privado e, paradoxalmente, para a institucionalização da pós-graduação nas universidades públicas e a criação de novas universidades sob o regime fundacional no setor público federal. É o legado histórico da complexa reforma de ensino superior, efetivada no país pela lei n. 5540/68 – que preconizava o ideário universitário – e pela edição de atos institucionais e políticas educacionais pelo governo militar. (DOURADO, 2011, p.56).

Por um lado, as universidades sofriam repressões políticas e ideológicas que marcavam o país naquela época e, do outro lado, a expansão, configurada pelo número crescente de vagas ofertadas pelas instituições (principalmente as privadas) de Ensino Superior no Brasil. (DOURADO, 2011).

Cunha (2007, p.180) comenta esse período:

A Lei 5.540/68, conhecida como a Lei da Reforma Universitária, determinou que a universidade fosse a forma de organização por

excelência do ensino superior, restando à instituição isolada o *status* de excepcional e transitória. No entanto, as afinidades políticas eletivas entre os governos militares e os dirigentes de instituições privadas do ensino superior fizeram com que o Conselho Federal de Educação assumisse uma feição crescentemente privatista. (CUNHA, 2007, p.180).

Pode-se dizer que os anos 1960 e 1970 o Ensino Superior no Brasil foi caracterizado pela repressão por parte dos militares e pela expansão devido ao crescente número de instituições privadas e estabelecimentos de ensino isolados.

A década de 1980 é marcada pela transição política e pela crise econômica. Com o aumento acelerado da inflação no Brasil, a redemocratização do país e a nova Constituição aprovada em 1988. Para um Ensino Superior um período de estagnação tanto para o setor público quanto para o privado (DOURADO, 2011).

A partir dos anos 1990, o País vive grandes transformações políticas que afetam diretamente o segmento das instituições de Ensino Superior no País. Essas mudanças trouxeram a educação superior para o centro de debates, no sentido da elaboração de políticas educacionais como forma de contribuir para o desenvolvimento social e econômico, bem como atender as demandas de mercado de trabalho. Em 1996, com a promulgação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ensino superior teve seu campo de atuação especificado de forma mais minuciosa, e em especial as universidades que foram caracterizadas por sua produção e seu corpo docente, tendo a opção de qualificar-se por campo do saber, prevendo-se que pelo menos 1/3 do corpo docente deveria ter pós-graduação, e 1/3 de docentes em regime integral de trabalho (CUNHA, 2007).

Ainda na década de 1990, ocorreu também reforma do Estado ou reforma gerencial no Brasil durante o Governo de FHC, que na área da educação, consistia em uma proposta para educação superior prevista no MARE, onde essa atividade não seria de responsabilidade e execução exclusiva do Estado. A proposição era implementar, por meio de critérios legais e de procedimentos, medidas que, segundo o governo, eram pautadas para resolver a crise que existia na educação superior desencadeada pela crise econômica que vinha ocorrendo no país. Algumas dessas ações acabaram resultando na redução de recursos para as IFES (ex: falta de reajuste salarial, demissão voluntária, não abertura de novos concursos, entre outros.). Silva Jr e Sguissardi destacam que:

Na proposta do Governo FHC, por iniciativa do MARE, portanto, as instituições estatais de educação superior transformar-se-iam em entidades públicas de natureza privada, pode-se dizer, *semipúblicas*. Na proposta de Bresser Pereira, as organizações sociais submeter-se-iam a três tipos de controle: estatal, comunitário e do Mercado. (SILVA JR; SGUISSARDI, 2001, p.46).

No modelo de gestão proposto pelo Estado, a educação superior não seria necessariamente responsabilidade estatal, podendo ser transferida para o setor privado. A formação profissional, as reformas curriculares dos cursos de graduação para atender à demanda do mercado, e novos procedimentos de avaliação institucional (Ex: Exame Nacional de Cursos – ENC) fazem parte da reestruturação da educação superior deste período (VIEIRA, 200-).

Em 2002, com a mudança do Governo, assumindo Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), veio à tona, novamente, o tema reforma do Ensino Superior e novas políticas educacionais foram pensadas e adotadas para que isso ocorresse. Destacam-se entre essas medidas, as Leis: nº 10.861/2004, que criou o novo modelo de avaliação Sinaes; nº 11.073/2004, da Inovação Tecnológica; nº 11.079/2004, da Parceria Público-Privada (PPP); nº 11.096/2005, do Programa Educação para Todos (PROUNI); e o Decreto nº 6.096/2007 que instituiu o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, uma das ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Neste período, observa-se que ao mesmo tempo em que as parceiras e os investimentos no setor privado continuam ocorrendo por parte do Governo, no que se refere à educação superior - dando continuidade ao que se iniciou no Governo FHC - houve também grandes mudanças voltadas para o setor público, como a ampliação da rede federal de ensino, as políticas de expansão, criação de cursos à distância pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), políticas de acesso e permanência ao Ensino Superior em instituições públicas, e a implantação de um novo modelo de avaliação de Ensino Superior (BARREYRO; ROTHEN, 2014).

2.3 Avaliação do Ensino Superior

A avaliação é o instrumento fundamental para composição e realização das reformas educacionais, verificando as dificuldades, progressos e orientando as mudanças necessárias nas configurações do sistema educativo, nas políticas

educacionais, nos modelos institucionais e também na responsabilidade social. A avaliação está inserida não apenas nas questões eminentemente didáticas, mas também na própria dinâmica e estrutura do procedimento de ensino e aprendizagem. Está relacionada com as mudanças desejadas não unicamente para a educação superior propriamente dita, mas para a sociedade como um todo, desde o presente, à posteridade (DIAS SOBRINHO, 2010).

Neste cenário de transformações na educação superior, as políticas de avaliação têm sua participação para as mudanças ocorridas neste segmento do ensino. A avaliação das instituições de educação superior, no Brasil, constitui um processo que vem se desenvolvendo desde os anos 1970. Primeiro voltado para a pós-graduação e pesquisa, e mais recente, a partir dos anos 1990, até os dias atuais, tornando-se um processo de avaliação global nas instituições.

A seguir, o Quadro 2 resume a evolução dos programas que foram surgindo no Brasil ao longo das últimas décadas, voltados à educação de Ensino Superior.

Quadro 2 - Breve Histórico de Programas de Avaliação da Educação Superior no Brasil

PROGRAMAS	CARACTERÍSTICAS	PERÍODO
Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU)	Criado durante o regime militar tinha como objetivo diagnosticar o Ensino Superior; Enfatizava a gestão das Instituições de Ensino Superior – IES, a produção e a disseminação do conhecimento.	1983 - 1986
Grupo Gestor da Reforma do Ensino Superior (CNRES)	Criado por 24 membros acadêmicos e da sociedade, com o objetivo de subsidiar uma nova proposta de Política de Educação Superior.	1985
Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES)	O começo das experiências de autoavaliação; Utilizava uma concepção regulatória, apresentava a avaliação como contraponto à autonomia das IES.	1986 - 1990
Associação das instituições Federais do Ensino Superior (ANDIFES)	Oferecer subsídios para um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária Contribuiu com a criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB);	1993 - 1994
Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB)	Pioneiro na tentativa de promover um Sistema nacional de avaliação institucional da educação superior. Tinha como princípio a adesão voluntária das universidades, concebia a autoavaliação como etapa inicial de um	1993 - 1996

	processo que, uma vez iniciado, se expandiria a toda a instituição e se completava com a avaliação externa.	
Exame Nacional de Cursos (ENC)	Popularizado como “Provão”, teve com finalidade avaliar periodicamente e anualmente as instituições e os cursos de nível superior. Tinha como função avaliar os conhecimentos e competências técnicas adquiridas pelos discentes no final da graduação; Centrava-se nos resultados, produtividade, eficiência, controle e desempenho dos estudantes; Recebeu críticas por se tornar um instrumento de classificação das instituições de Ensino Superior e de estímulo à concorrência entre ela, conhecido como Ranqueamento das instituições de Ensino Superior. Sua principal contribuição foi à concretização da avaliação nos cursos de graduação.	1996 - 2004
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)	Tem como proposta um sistema que correspondesse tanto à regulação com um sistema educativo, de responsabilidade do Estado e das instituições, como a prestação de contas a sociedade. Para atingir seus objetivos utiliza-se de diversos instrumentos de avaliação, como também agentes internos e externos, transparência e publicização de todos os procedimentos e dos resultados; Propõe a integração entre diversos instrumentos e períodos de aplicação; Trabalha com procedimentos que engloba todas as instituições de ENSINO SUPERIOR de forma padronizada e abrangente. Possui 10 dimensões específicas e obrigatórias na autoavaliação.	2004 – Dias Atuais

Fonte: Dados sistematizados pela autora a partir das obras de BARREYRO (2008); ROTHEN (2014), GUERRA (2012), TENÓRIO; ANDRADE (2009).

No presente trabalho iremos explicar um pouco mais as duas avaliações de ensino superior, mais recentes no Brasil. O Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido como provão, e a do Sinaes que é um dos instrumentos utilizados em nossa pesquisa.

2.3.1 Exame Nacional de Cursos (ENC)

Conforme indicado na Reforma do Aparelho do Estado nos anos 1990, a qualidade dos serviços públicos era um dos principais pontos da proposta do

Governo, o que não deixaria de lado a educação superior no país. Naturalmente, quando se trabalha com a preocupação de se medir a qualidade, faz-se necessário utilizar ações específicas e indicadores que norteiem este processo de avaliação.

No Governo FHC o número de vagas no Ensino Superior foi ampliado, conseqüentemente, foi desenvolvido um projeto para avaliar a qualidade do ensino ofertado, sobretudo nas instituições de Ensino Superior de natureza privada. De acordo com o que afirma Corbucci (2004, p. 681) “dois pressupostos orientavam as ações na área da educação superior: [...] i) contribuição do setor para a melhoria da qualidade do ensino; e ii) formação de recursos humanos qualificados para a modernização do país”. Nesta perspectiva, tornou-se imprescindível avaliar a qualidade do ensino em questão.

Criado no Governo FHC e popularmente conhecido como Provão, o Exame Nacional de Cursos (ENC), implantado por uma Medida Provisória, em 1995 (MP nº 1.018/1995), explicitado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, regulamentado pela Portaria nº 249/1996 e pelo Decreto nº 2.026/1996, era uma prova escrita de amplitude nacional, aplicada anualmente a alunos concluintes de áreas pré-selecionadas pelo MEC (DIAS SOBRINHO, 2010). De acordo com o referido autor, as instituições as quais os alunos participavam do referido exame, recebiam os relatórios com os resultados agregados, juntamente com relatórios acerca das visitas *in loco* realizadas por equipes de especialistas, para avaliar as condições de ensino, enfatizando a análise do currículo, qualificação docente e infraestrutura física. Os estudantes submetidos às provas recebiam o seu desempenho com a posição na escala de notas por área de conhecimento.

Embora esses resultados tivessem como proposta contribuir como ações regulatórias para credenciamento e reconhecimento das instituições, constatava-se a falta de punição do agente regulador sobre as instituições que apresentavam resultados negativos. Mas, por outro lado, o Provão apresentou certa hegemonia durante sua existência, por despertar a atenção de grupos com interesse na educação superior, sobretudo a iniciativa privada, haja vista sua ampla divulgação midiática. Segundo Dias Sobrinho (2010, p. 205):

A adequação do mercado à lógica do desempenho dos estudantes nos testes, com ajustes no currículo, redefinição do perfil dos professores a contratar e modificações nas práticas de sala de aula, deram força ao Ministério da Educação para consolidar e legitimar os

efeitos do Provão como instrumento de regulação e de informação do setor educativo de nível superior.

Só que um dos grandes questionamentos que levou ao fim do Provão, foi o fato do mesmo não avaliar aprendizagem, e sim desempenhos. Havia uma variabilidade de resultados díspares de um ano para o outro, não consolidando assim a ferramenta, e expondo a necessidade de mecanismos que verificassem para além dos números obtidos neste processo de avaliação (DIAS SOBRINHO, 2010).

O Ministério da Educação elaborou para o período de 2003 a 2010 – período do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – diretrizes para a qualidade do Ensino Superior, estruturadas em três funções: avaliação, regulação e supervisão (BRASIL, 2010). Concebendo assim, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

2.3.2 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)

O Sinaes foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, pelo então Ministro da Educação Tarso Genro, propondo a realização da avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Cada uma das avaliações pode ser executada de um modo independente, e para cada uma delas terá atribuição de conceito que equivale a cinco níveis (BARREYRO; ROTHEN, 2006). Caracteriza-se por um sistema integrador, considerando uma concepção global de avaliação e de educação superior.

Outro ponto que fortalece sua característica, é que o Sinaes se apresenta como uma política de Estado, e não como um programa de governo. “Primeiro programa de avaliação de instituições a ser apreciado e votado pelo Congresso Nacional transformando-se em política de governo a política de Estado” (OLIVEIRA, 2007, p. 34). Atuando em todas as instituições de Ensino Superior do país, públicas e privadas, respeitando a identidade e as peculiaridades de cada instituição (DIAS SOBRINHO, 2010).

De acordo com Silva e Silva (2012, p. 107) a proposta do SINAES é garantir “a integração das dimensões internas e externas, particular e global, somativo e formativo, quantitativo e qualitativo, e os diversos objetos e objetivos da avaliação”.

Neste sentido, os autores ainda acrescentam que “o sistema de avaliação deve articular, de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo”. Assim, de fato, ocorre a participação integrativa e sistêmica de toda comunidade envolvida no processo de avaliação das instituições de Ensino Superior no país.

O Sinaes veio acompanhado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), um órgão colegiado de coordenação e supervisão, que tem como objetivo constituir parâmetros gerais e procedimentos para sua instrumentalização. O Sistema estabeleceu a avaliação institucional formada por autoavaliação e avaliação externa; a avaliação de cursos, composto pelas visitas *in loco* de avaliadores externos; e a realização de uma avaliação realizada com os estudantes, pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) (BRASIL, 2004). Para a realização da autoavaliação, foi instituída por lei a criação de Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) em cada IES, as quais teriam autonomia para atuação em suas instituições com o objetivo de coordenar o processo. A Comissão deve prestar contas das informações requeridas pelo MEC e certificar seu acompanhamento e efetividade com relação a problemas identificados no decorrer do processo, descrevê-los, bem como as possíveis soluções dos mesmos (BRASIL, 2004).

No quadro a seguir apresentaremos de forma sintetizada os três instrumentos que compõem o Sinaes.

Quadro 3 - Instrumentos de avaliação que compõem o Sinaes

	Instrumentos de Avaliação	Procedimentos	Resultados
S I N A E S	Avaliação Institucional	Autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, análise das dimensões definidas pela lei que regulamentou o SINAES; Avaliação Externa – avaliação <i>in loco</i> realizada por comissões designadas pelo INEP, incluindo: - Análise da documentação institucional; - Análise do autoestudo; - Análise de informação pelos outros instrumentos; - Visita;	Elaboração de relatórios; Divulgação dos resultados; Elaboração de um balanço crítico; Relatório das comissões enviado à CONAES para parecer conclusivo que, posteriormente, deverá ser encaminhado à SESU para fins de regulação;
	Cursos de Graduação	Preenchimento de formulário eletrônico, composto por três grandes dimensões: a qualidade do corpo docente, a organização didático-pedagógica e as instalações físicas com ênfase na biblioteca; - visita <i>in loco</i> de comissão externa.	Relatórios das avaliações dos cursos de graduação. Reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos cursos de graduação representando uma média necessária para a emissão de diplomas.
	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)	Teste composto de questões de múltipla escolha e discursiva; * Questionário sobre a percepção dos alunos sobre o exame; * Questionário sócio-econômicoeducacional do aluno; * Questionário respondido pelo coordenador	Resumo técnico; Relatório do Curso; Relatório da IES; Relatório Síntese; Boletim Individual de Desempenho; Conceito Preliminar de Curso.

Fonte: Rodrigues (2008).

Os principais componentes do Sinaes fundamentam-se em dez dimensões que são chamados de indicadores, elencados abaixo:

- a) Missão e PDI;
- b) Política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão;
- c) Responsabilidade social da IES;
- d) Comunicação com a sociedade;
- e) As políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e de técnico-administrativo;
- f) Organização de gestão da IES;
- g) Infraestrutura física;
- h) Planejamento de avaliação;
- i) Políticas de atendimento aos estudantes;
- j) Sustentabilidade financeira. (INEP, 2015).

Esses indicadores fazem parte do processo de avaliação, tanto interna quanto externa, e têm como objetivo identificarem o perfil de atuação das IES ou do curso avaliado, através de atividades, programas, projetos que desenvolvem, respeitando as particularidades de cada instituição. Para Nunes (2006, p. 339), essas dimensões estão interligadas “cada uma dessas dimensões relaciona-se com as demais, estabelecendo redes entre pessoas, ideias, acontecimentos e práticas vivenciadas e veiculadas no interior da instituição”.

De acordo com os indicadores do Sinaes para avaliação dos cursos de graduação, conforme seu Artº 4, são levado em conta 3 dimensões: organização didático – pedagógica, perfil docente e instalações físicas.

No que diz respeito à biblioteca, que é o foco de nossa pesquisa, além da infraestrutura, ela participa do processo de avaliação nos itens 3.6 Bibliografia Básica, 3.7 Bibliografia Complementar e 3.8 Periódicos Especializados. Discutiremos sobre estes itens e a percepção dos gestores com relação aos mesmos no decorrer da pesquisa.

Para Dias Sobrinho (2010), o Sinaes recupera o conceito de educação superior em sua complexidade, com o objetivo essencial de formação integral de cidadãos-profissionais, tendo como referente central a sociedade, onde a educação prevalece em seu princípio como bem e direito humano e social, e não concebida como mercadoria, e o objeto da avaliação vai para além de capacitar para o mercado.

Neste capítulo propusemo-nos tratar sobre Estado, Reforma do Estado, Políticas Públicas do Ensino Superior, e mais especificamente, as Políticas de Avaliação da Educação Superior no Brasil.

Verificamos as relações do Estado com a sociedade civil e como os movimentos de determinados grupos sociais podem interferir nas tomadas de decisão e nas criações de políticas e ações para salvaguardar os direitos individuais e sociais. Ressaltamos ainda como o Estado, muitas vezes, busca responder as reivindicações de empresas e atender a demanda de mercado que interferem direta e indiretamente, não apenas na economia do país, mas em outras áreas, a exemplo da educação, que é impactada diretamente por essas ações, que muitas vezes são desenvolvidas com o intuito de responder a interesses privados.

Observamos que as políticas públicas do ensino superior tiveram seu desenvolvimento em consonância com o progresso do ensino superior no país, e, assim como esse, que ao longo do tempo passou por: repressões, estagnações e expansões, o mesmo ocorreu com as políticas desenvolvidas para esse segmento da educação. Percebemos ainda que nos últimos anos, houve uma dualidade na educação superior, pois ocorreu uma grande expansão na educação superior pública, ao mesmo tempo em que, se continuou com os investimentos no ensino superior privado.

Constatamos como os programas de avaliação do ensino superior foram se desenvolvendo aos longos dos anos. Algumas vezes a avaliação foi vista e utilizada de forma negativa, quando aplicada como ranqueamento, gerando competitividade entre as IES e buscando muitas vezes atender interesses mercadológicos, mas também tem sua ação positiva, que foi trazer a avaliação para dentro das IES, procurando ser transparente e participativa.

Ressalta-se que o processo de avaliação é uma técnica primordial para aferir a realidade, seja de um determinado curso, ou de forma macro na instituição como um todo. Sendo posteriormente o caminho norteador para proporcionar uma melhor qualidade da educação ofertada pelas IES.

Assim, no capítulo a seguir trabalharemos com as políticas avaliativas do ensino superior dentro do contexto das bibliotecas universitárias, tendo como foco de análise a Universidade Federal da Paraíba.

3 O SISTEMA DE BIBLIOTECAS NO CONTEXTO UFPB

Este capítulo tem por objetivo situar o Sistema de Bibliotecas (SISTEMOTECA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no contexto do Sistema de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) tendo como marco temporal o período Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Faremos um breve histórico do surgimento da instituição biblioteca, desde sua formação, até seu campo de atuação dentro das universidades, bem como o papel relevante que esta desempenha no cenário acadêmico. Abordaremos o Sinaes dentro da UFPB e também com relação ao SISTEMOTECA. E por fim, explanaremos sobre implantação do REUNI, e, mais especificamente, a implementação do mesmo na UFPB.

3.1 Breve Histórico sobre a Origem das Bibliotecas

Desde o surgimento da escrita, a forma registro foi se aperfeiçoando e apareceram em vários suportes, tais como: o papiro, pergaminhos, papel, entre outros. A necessidade do homem de criar um vínculo entre o passado e o futuro através da preservação, fez com que a escrita ganhasse contornos institucionais, registros para a posterioridade, surgindo os Arquivos, Bibliotecas e Museus. (MARTINS, 2002). As Bibliotecas, sobretudo, desempenham, dentro do seu aspecto tradicional, um papel importantíssimo que é o de preservar, proteger, organizar, disponibilizar e disseminar os conhecimentos adquiridos ao longo dos séculos para as gerações futuras.

De acordo com Araújo (2001) a Biblioteca é:

(...) um organismo vivo a serviço da comunidade; nela obtemos respostas as nossas mais diversas indagações. O lugar de destaque que a biblioteca ocupa no mundo atual decorre da importância que a informação tem em todas as pessoas. Assim, a biblioteca é uma certeza de aprimoramento intelectual, humanístico, técnico e científico para todos (ARAUJO, 2001, p. 2).

As Bibliotecas sempre exerceram um valor significativo no universo sócio cultural, pois foram criadas pelo desejo de preservar as expressões da vida social,

cultural e religiosa (MARTINS, 2002). A primeira Biblioteca a qual temos conhecimento é a de Nínive, que surgiu na antiguidade e foi descoberta por arqueólogos em meados do séc. XIX, entre as ruínas do Reino de Assurbanípal, rei da Assíria e Babilônia.

Ao longo do tempo foram encontradas várias bibliotecas antigas através de descobertas arqueológicas. Na Grécia, na Itália e, uma das mais conhecidas até hoje, a de Alexandria localizada no Egito. Pesquisas indicam que ela teria sido a maior biblioteca existente em sua época, sinônimo de poder e prestígio social. As bibliotecas tinham um caráter de biblioteca-museu, visto que se preocupavam mais em guardar os manuscritos, preservando toda sua fonte informacional do que ser uma disseminadora, chegando até mesmo acorrentar os manuscritos com medo de perder seus “tesouros” e, com isso, o conhecimento, e conseqüentemente a cultura continuava sendo privilégio de poucos. (MARTINS, 2002).

A biblioteca como instituição, vem passando por transformações significativas ao longo dos séculos, em seus primórdios, muitas foram criadas devido às necessidades apresentadas dentro das universidades ou academias no final da Idade Média, (LE GOFF, 2003). Possuindo uma espécie de classificação do conhecimento existente dentro dessas instituições, destinadas a conservar os “pensamentos” que determinados estudiosos defendiam, ou seja, através dos livros esses pensamentos se materializavam. Portanto o livro seria esse produto cultural, o meio de manter os padrões e valores vivos, material da expressão humana, “mais do que um documento, o livro é um veículo de disseminação da informação, um meio de comunicação social, estando presente no cotidiano humano nas mais diversas situações” (CARTER, 2004, p.07).

A primeira Biblioteca criada no Brasil surgiu no séc. XVI, no mosteiro de São Bento, situado em Salvador, na Bahia, pelos beneditinos. A maioria das Bibliotecas públicas existentes na época foram criadas por jesuítas, com a finalidade de catequizar e reproduzir a ideologia dos colonizadores (MORAES, 2006). Somente por volta de 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa, foi criada a Biblioteca Imperial, que formou o que é atualmente a Biblioteca Nacional. Mas estas bibliotecas possuíam ainda muitas características das bibliotecas medievais, mantendo o cunho mais de preservadoras detentoras ou guardiãs dos livros do que disseminadoras do conhecimento.

Com o decorrer dos séculos, houve várias modificações no conceito e na estrutura das bibliotecas. Com o surgimento da imprensa e a explosão bibliográfica o conceito de simples guardião perdeu seu valor, e as bibliotecas passaram a fazer parte integrante do cotidiano da sociedade moderna, passando a ter mais importância como elemento social (PEREIRA, 1999), Assim:

Biblioteca é um organismo vivo a serviço da comunidade; nela obtemos respostas as nossas mais diversas indagações. O lugar de destaque que a biblioteca ocupa no mundo atual decorre da importância que a informação tem em todas as pessoas. Assim, a biblioteca é uma certeza de aprimoramento intelectual, humanístico, técnico e científico para todos. (ARAUJO, 2001, p. 12).

No contexto atual marcado pela globalização que pressupõem acesso as novas tecnologias de informação e comunicação, a biblioteca procura desenvolver projetos que ampliam seu escopo de serviços, por possuir em seu acervo uma gama de suportes e informações diversificados para o desenvolvimento intelectual. Neste momento, as bibliotecas passam a ser uma espécie de memória auxiliar onde recorreremos para recuperarmos a informação, configurando-se, além disso, uma fonte viva de construção do conhecimento. Com isso, a biblioteca pode passar a ser concebida também como instituição memória. E o que seria uma instituição memória? Local onde há registros e representações da vida humana um dos “*locus*” utilizado como fonte de resgate da informação, no qual pode ser gerado conhecimento. (LE GOFF, 2003).

É neste cenário, que estão inseridas as bibliotecas universitárias, com a finalidade de possibilitar a universidade atender às necessidades de um grupo social, ou da sociedade em geral, através da administração do seu patrimônio informacional, ao orientar os usuários na utilização da informação desejada.

3.2 O papel da Biblioteca Universitária

As primeiras Bibliotecas Universitárias estão ligadas ao surgimento das primeiras universidades na Europa.

Em fins do século XIII, as Universidades fundam suas próprias bibliotecas. A Universidade de Paris, chamada de Sorbonne, iniciou sua biblioteca com a doação dos livros de Robert de Sorbon. Outra

importante influência para a criação das bibliotecas foi à crescente onda de leigos ricos e instruídos, nobres e mercadores para quem o patrocínio do saber e a posse de belos livros eram manifestação de status social, o que, no Renascimento será uma característica primordial. (Santos, 2012, p.185).

No Brasil não foi diferente a criação das primeiras bibliotecas universitárias:

Ao longo do Século XX várias outras iniciativas surgiram visando a elevar o nível educacional brasileiro como um dos projetos da Nova República que se instala em 1889. Assim, empreendem-se reformas educacionais que visam aumentar o nível de instrução da população e para isso criam-se as primeiras universidades, a exemplo da Universidade de Manaus em 1909 e da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, a qual passa a denominar-se Universidade do Brasil em 1937, e a Universidade da Bahia em 1946, e com elas a criação das bibliotecas universitárias. (NUNES; CARVALHO, 2016, p.185).

As mudanças ocorridas nas Bibliotecas Universitárias, no cenário nacional, transcorreram de motivações decorrentes da Reforma Universitária de 1968, quando ocorreu a implantação de programas e projetos voltados para pesquisa científica e tecnologia, assim como, os movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990, nos quais as universidades passaram a configurar com mais autonomia no cenário educacional do país (SILVA, 2010).

No final do século XX as Bibliotecas Universitárias, passaram por um processo de dinamização e transição do seu papel, procurando desenvolver uma nova identidade, para se adequarem às mudanças que estão ocorrendo dentro do universo acadêmico ao qual estão inseridas (Carvalho 2004, p. 90), que seria adaptarem-se às transformações sociais, econômicas e tecnológicas que influem com a sociabilização e disseminação do conhecimento.

No contexto das Universidades, as Bibliotecas Universitárias, podem ser compreendidas como grandes fontes de conhecimento científico, desempenhando uma função essencial no apoio para o processo de ensino, pesquisa e extensão. A instância que possibilita atender às necessidades de um grupo social ou a sociedade em geral, através da administração do seu patrimônio informacional e do exercício de uma função educativa, são agências sociais e propulsoras, estimuladoras e facilitadoras do acesso ao conhecimento.

A biblioteca vem apresentando uma dinâmica para desenvolver suas atividades de trabalho, com um propósito direcionado a fornecer o acesso às diversas fontes de informação e conhecimento, com a finalidade de oferecer serviços e produtos de qualidade. No passado era vista apenas como elemento para basilar a disponibilização de suportes informacionais, atualmente passa a ser um espaço de interação com a aprendizagem, de múltipla comunicação, disponibilizando itens informacionais, dentro dos perfis necessários à geração de novos conhecimentos seguindo padrões de agilidade e adequabilidade necessários aos mesmos (CARVALHO, 2004).

Ronaldo M. Vieira em seu livro *Introdução à teoria geral da biblioteconomia* (2014, p.25), apresenta como finalidade primordial da biblioteca Universitária:

[...] atender às necessidades informacionais básicas dos alunos de acordo com a bibliografia pedida pelos professores nas áreas em que mantêm seus cursos, além de manter um verdadeiro centro de documentação com assinaturas de periódicos, acervo atualizado constantemente, abrir canal eficiente de comunicação para a divulgação da informação entre os alunos e professores e outras unidades agregadas, ou que faça parte do grupo.

Para que uma biblioteca universitária desenvolva com eficiência e eficácia suas atividades e metas pretendidas, faz-se necessário um conjunto de ações harmonicamente planejadas e estruturadas, ações estas que permeiam desde o quadro de pessoal, ao espaço físico, recursos e equipamentos, bem como políticas administrativas efetivas para o cumprimento pleno das referidas metas.

Um dos elementos que influenciam o ambiente organizacional são as competências profissionais, visto que, diante dos procedimentos atuais de gestão, é imprescindível que toda equipe de trabalho esteja envolvida neste processo, seja na contribuição de ideias e sugestões de melhoria, seja na execução plena de suas atividades, em consonância com políticas que contribuam o desenvolvimento do ambiente ao qual esteja inserido.

A Special Libraries Association – SLA (1996) elencou algumas competências que devem ser aplicadas em ambientes que desenvolvam atividades ligadas efetivamente com a informação e o conhecimento, bem como com o seu compartilhamento e disseminação, que são:

- a) Dedicar-se a excelência de seus serviços;
- b) buscar desafios e identificar novas oportunidades dentro e fora da biblioteca;
- c) reconhecer a informação útil para a criatividade dos indivíduos;
- d) reconhecer que a biblioteca é parte do processo de tomada de decisão;
- e) buscar associações e alianças;
- f) criar um ambiente de respeito mútuo e confiança;
- g) ter habilidades efetivas de comunicação;
- h) trabalhar bem em equipe;
- i) atuar como líder;
- j) planejar, definir prioridades e ter senso crítico;
- k) dedicar-se ao aprendizado permanente e ao aperfeiçoamento de sua carreira;
- l) ter habilidades comerciais e criar novas oportunidades;
- m) reconhecer o valor da comunicação e da solidariedade profissional;
- n) ser flexível e positivo em períodos de mudanças contínuas.

Nessa concepção devem ser elaboradas e implementadas políticas para bibliotecas universitárias que regulem os processos de tratamento, recuperação, uso e disseminação da informação, cruciais para que a biblioteca possa se adequar às mudanças impostas pelo avanço tecnológico, isto também se aplica, no contexto da produção do conhecimento científico, de maneira que possa atender aos anseios da comunidade acadêmica, disponibilizando produtos e serviços de qualidade. Devem ser desenvolvidos periodicamente processos de avaliação, a fim de se mensurar a qualidade dos serviços oferecidos aos usuários e se atendem necessidades informacionais dos mesmos (MACIEL; MENDONÇA, 2006).

Corroborando com o explanado acima, Almeida (2000, p.11), diz que:

A principal função da avaliação é produzir conhecimentos relativos à unidade de informação, a organização em que esta se situa e a seu ambiente, para servir de subsídio ao planejamento tanto na fase de elaboração do plano, programa ou projeto, quanto na fase de implementação das ações. A avaliação possibilita a escolha certa, ou seja, a correta definição dos objetivos no momento da concepção do plano. Na implementação do plano, produz informações que contribuem para a maior produtividade e para a melhoria da qualidade. No final do processo, permite comparar resultados esperados e conseguidos, conhecer o nível de satisfação do público-alvo e os efeitos do planejamento na unidade de informação, na organização e no ambiente.

Portanto, o papel da avaliação neste momento é crucial para atender as demandas que serão apontadas nos resultados deste processo, a saber: elaborar

novas diretrizes/metapas, traçar os perfis dos usuários, tudo isso visando à otimização das atividades que são desenvolvidas pela biblioteca, com o sentido de potencializar a qualidade do serviço ofertado, bem como orientar o direcionamento das tomadas de decisão.

3.3 O Sistema de Bibliotecas da UFPB

Esta pesquisa tem como campo de atuação o Sistema de Bibliotecas da UFPB. A fim de contextualizar o tema em pauta faremos um breve relato da origem da Universidade Federal da Paraíba, bem como o surgimento do Sistema de Bibliotecas no âmbito da instituição.

A UFPB foi constituída pela Lei Estadual nº 1.366, de 2 de dezembro de 1955, formando-se através da junção das faculdades e escolas existentes no Estado, tendo como o primeiro Reitor o Professor Durmeval Bartolomeu Trigueiro Mendes, foi federalizada pela Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, através da proposta do Ministro Abelardo Jurema. Com a intenção de contemplar todo o estado da Paraíba. Foram criados além do campus de João Pessoa, mais seis *campi*, nas cidades de Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras. Em 2002, ocorreu um desmembramento e os *campi* de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras passaram a forma e compor a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). (Sousa Junior, 2010).

A formação do Sistema de Bibliotecas da UFPB inicia-se com a concepção da Biblioteca Central (BC) da UFPB em 1961 no Regimento da UFPB. Contudo, só em agosto de 1967 surgiram as primeiras iniciativas para de fato efetivar sua criação, quando assim, estabeleceu-se a construção do prédio no Campus I (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2011).

A primeira propositura de formação da Biblioteca Central foi planejada pelo Bibliotecário e Professor Universitário Edson Nery da Fonseca. No final de 1976 teve início todo o processo de estruturação e implantação da Biblioteca Central, reuniu em um só local o acervo das treze Bibliotecas Setoriais que existiam de modo informal, dentro da UFPB. Em seguida, houve a contratação de profissionais Bibliotecários, a atualização do acervo de livros e periódicos, a construção e aprovação do regulamento do Sistema de Bibliotecas e, por fim, a culminância com a edificação do prédio definitivo da Biblioteca Central com uma área de 8.500m².

Em 1980 foi aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) o regulamento do Sistema de Bibliotecas, no qual foi instituído a formação da Biblioteca Central como órgão suplementar, e com as seguintes formações em sua estrutura organizacional: Diretoria, Vice-Diretoria, Secretaria Administrativa, Setor de Contabilidade e por 3 (três) Divisões, que subdividem-se em 13 (treze) Seções (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2011).

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba (SISTEMOTECA) é composto por um conjunto de bibliotecas integradas funcional e operacionalmente. Tem a finalidade de unir e harmonizar as atividades educacionais, científicas e culturais da instituição, direcionadas à coleta, tratamento, armazenagem recuperação e disseminação de informações, apoiando os programas de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente o SISTEMOTECA é composto pela Biblioteca Central, e vinte e uma bibliotecas setoriais, tendo como principais atividades:

- a) Seleção e aquisição de material documental direcionado ao ensino, a pesquisa e a extensão;
- b) Registros que assegurem o controle e a avaliação do material documental;
- c) Tratamento do material documental em consonância com os processos técnicos adotados;
- d) Circulação das coleções bibliográficas e audiovisuais, com o objetivo de disseminar as informações junto ao usuário;
- e) Disponibilização de serviços de documentação e informação que auxiliem os programas de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão;
- f) Suprimir permanentemente às atividades de ensino, pesquisa e extensão, com informações necessárias e disponíveis;
- g) Servir à comunidade paraibana no que concerne à educação, cultura e pesquisa. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2009).

O SISTEMOTECA tem grande parte do seu acervo informatizado e utiliza o sistema de automação SIGAA, tem um acervo geral no qual abrange todas as áreas do conhecimento, e está disponibilizado online. Possui um acervo composto de livros, periódicos nacionais e estrangeiros, material audiovisual e materiais especiais. Oferece vários serviços aos seus usuários, entre eles estão: levantamento bibliográfico e aquisição de trabalhos técnico-científicos através de comutação bibliográfica, orientação à normalização de trabalhos científicos, orientação na

consulta aos acervos e as bases de dados informacionais, e disponibiliza o portal de periódicos da CAPES.

A Biblioteca Central está, situada no Campus I – João Pessoa - é o órgão responsável por gerenciar as atividades técnicas do Sistema de Bibliotecas da UFPB, sendo o(a) diretor(a) o(a) responsável por gerir o SISTEMOTECA.

De acordo com o Organograma, o Sistema é constituído pelos seguintes órgãos:

- I. Conselho Consultivo
- II. Conselho de Coordenação Executiva
- III. Biblioteca Central
- IV. Bibliotecas Setoriais (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2009).

A seguir veremos um quadro com um panorama atual com relação a atuação do Sistema de Bibliotecas em toda UFPB.

Quadro 4 - Sistema de Biblioteca da UFPB – Área de atuação

CAMPI	CENTROS COM BIBLIOTECAS
CAMPUS I	- Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); - Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHLA); - Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA); - Centro de Ciências Médicas (CCM); - Centro de Ciências da Saúde (CCS); - Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); - Centro de Educação (CE); - Centro de Tecnologia (CT); - Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); - Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR); - Centro de Informática (CI).
CAMPUS II	- Centro de Ciências Agrárias (CCA).
CAMPUS III	- Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA).
CAMPUS IV	- Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE)

Fonte: Dados Sistematizados pela autora a partir de Informações extraídas do site da Biblioteca Central da UFPB.

Com relação ao Sistema de Bibliotecas da UFPB, todos os Campi possuem pelo menos uma biblioteca para atender a comunidade acadêmica de cada campus. Dentro do Campus I além da Biblioteca Central, quase todos os Centros possuem

bibliotecas setoriais, com exceção dos Centros: Centro de Energias e Alternativas Renováveis (CEAR) e o Centro de Biotecnologia (CBiotec). O Sistemoteca conta ainda com duas bibliotecas setoriais pertencentes aos núcleos de pesquisa a Biblioteca do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e a Biblioteca de Direitos Humanos (DH), além de duas bibliotecas específicas da área de saúde, a Biblioteca da Escola Técnica de Saúde, no qual o acervo é voltado para os cursos técnicos na área de saúde ofertados pela UFPB, e a Biblioteca do HU utilizada pelos residentes do Hospital Universitário Lauro Wanderley.

A BC, como já foi dito anteriormente, dentro da estrutura organizacional da UFPB, é um órgão suplementar, e assim, para fins de planejamento institucional, participa do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB, bem como as bibliotecas setoriais, que devem constar no PDI, dentro do planejamento de seus referidos Centros de Ensino.

A UFPB desenvolveu o seu primeiro PDI em 2004, tendo como período de vigência 2005-2008, e no final de 2007, ainda com o plano vigente aderiu ao REUNI, o que garantiu investimentos para o ano de 2008 e favoreceu uma perspectiva de mudança no cenário precário de recursos, existente dentro das instituições públicas de ensino, remanescente desde a reforma gerencial ocorrida na década de 1990.

Este estudo pesquisa foi feito com base em informações dos PDIs de 2009 – 2012 e 2014 – 2018 (atualmente em vigência), alusivas ao Sistema de Bibliotecas da UFPB, apresentadas no item infraestrutura e instalações acadêmicas. No que concerne a Biblioteca Central e as demais bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas, em relação ao PDIs, em um panorama geral, constatou-se que os dois documentos concentraram-se principalmente, nas informações a respeito da projeção do quantitativo de livros a serem adquiridos por Centro de Ensino.

Especificamente no PDI em vigência, foram abordadas algumas ações, direcionadas à Biblioteca, voltadas especialmente, ao Projeto da Pinacoteca,⁴ desenvolvido em parceria com o Departamento de Artes, que envolvem algumas metas como: continuar com o trabalho de catalogação das obras contidas no referido acervo; dar continuidade nas atividades de fotografar as obras deste acervo; criação de uma página na internet para divulgação ações envolvendo a Pinacoteca; disponibilizar o acesso ao acervo; produção de um catálogo das obras contidas no

⁴ Segundo Ferreira (2017), entende-se por: “Coleção de quadros de pintura”.

acervo, entre outras. E, como dito anteriormente, à projeção da estimativa orçamentária para aquisição dos livros, que ficou em torno de mais de Seis milhões de reais, meta proposta a ser atingida até o final de 2018 (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2014).

Com a expansão da UFPB a partir do programa Reuni, houve também um incremento de novos cursos, matrículas e, conseqüentemente de implementação novas bibliotecas setoriais, e ampliação de algumas já existentes. Trataremos dessa expansão no item a seguir.

3.4 Reuni no Contexto da UFPB

Em um panorama geral, pode-se dizer que implantar um ensino de qualidade e igualitário é fundamental e prioritário para o crescimento de qualquer país. As pressões vindas através de algumas mobilizações sociais, movidas por correntes neoliberais, seguindo alguns modelos educacionais de países desenvolvidos, levaram o país a pensar em uma expansão na educação brasileira. Assim, foi criado o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (CARVALHO, 2015).

O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, tendo como objetivo ampliar o acesso e a permanência no Ensino Superior e minimizar a desigualdade social no país (BRASIL, 2007). Ou seja, o Programa tinha como uma de suas principais metas, dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos a partir de 2008 e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação, além de criar condições para que as universidades promovessem sua expansão física, acadêmica e pedagógica, subsidiando o acesso dos estudantes ao Ensino Superior, às condições necessárias para a sua permanência nas instituições (Brasil, 2007). Para alcançar o objetivo previsto, o programa se apoiou em 6 diretrizes:

- a) a diminuição da taxa de evasão, ocupação das vagas ociosas além do aumento da vaga de ingresso, principalmente no período noturno;
- b) aumento da mobilidade estudantil;
- c) revisão de toda estrutura acadêmica;
- d) variação das modalidades de graduação;
- e) acréscimo de políticas de inclusão e assistência estudantil;

f) trabalho conjunto entre a graduação e a pós-graduação e entre a educação superior e a educação básica. (BRASIL, 2007).

Todas as Universidades Federais aderiram ao Programa, e apresentaram ao Ministério planos de reestruturação, de acordo com a orientação do Reuni. A partir dos investimentos realizados pelo Programa nas Universidades elas precisariam melhorar em vários aspectos, como nos recursos humanos, estrutura física e, principalmente, na qualidade dos cursos de graduação ofertados. Com esse programa o governo pretendeu alcançar uma taxa de conclusão média de 90% na graduação presencial, uma correspondência de 18 alunos para cada professor nas salas de aula e um aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação (BRASIL, 2007).

Na UFPB, o Reuni foi implantado de fato em 2009, objetivando cumprir as metas básicas propostas pelo programa:

Aumentar gradativamente a taxa média institucional de conclusão de cursos presenciais de graduação de 68,5%, (2007) para 90%, (2012), bem como a relação média de alunos dos cursos presenciais de graduação por professor de 13,2, para 18,0. Ampliar acesso, que teria de ser ocasionado pela elevação de graduados anualmente em cursos presenciais de 2.160 (2007), para 4.963 (em 2012) e pela ampliação do número de matrícula de 20.594 para 35.225 (UFPB - Projeto REUNI, 2007)

Com base no projeto Reuni, a UFPB iniciou uma fase de melhoria em sua infraestrutura, com a reforma e construção de prédios, além da ampliação do seu quadro funcional de servidores ativos permanentes, através da realização de concursos para técnicos administrativos e docentes. Houve também, investimentos tanto por parte da União, como por emendas parlamentares, e também de parcerias com empresas privadas. Com relação aos recursos orçamentários da UFPB, entre, 2004 a 2010, obteve-se um crescimento considerável, com um incremento em mais de 80,9% ao final deste período. (Sousa Junior, 2011).

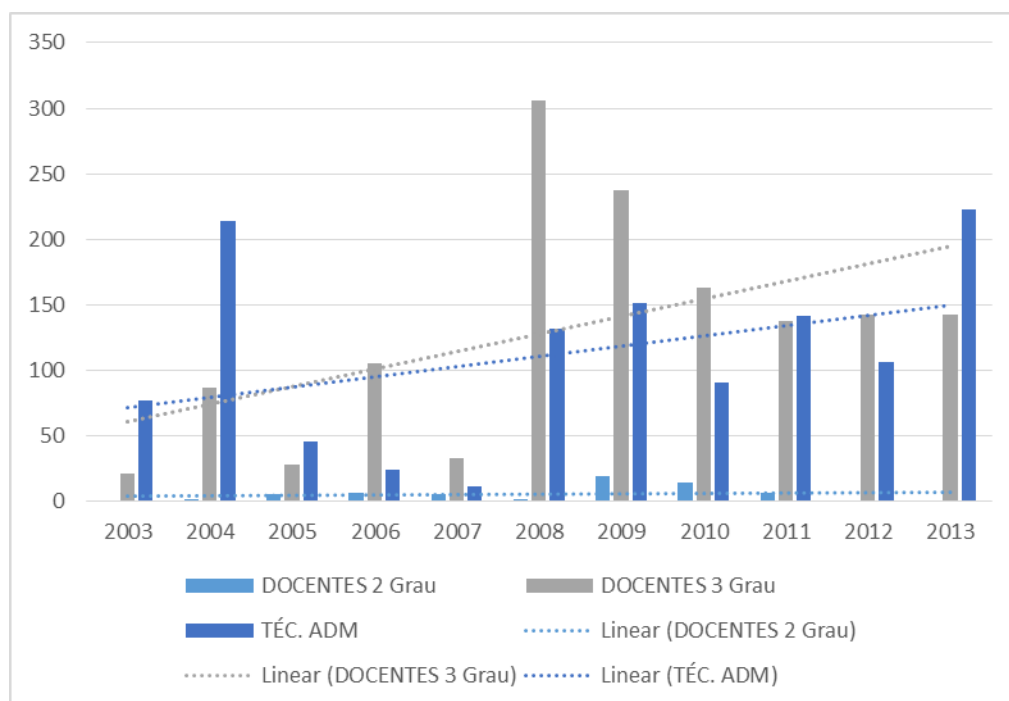
É notório que o REUNI acarretou transformações significativas para a comunidade acadêmica da UFPB. Prestes; Jezine e Scocuglia (2012, p.210) exemplificam essas modificações no artigo intitulado de *Democratização do Ensino Superior Brasileiro*, quando trazem os seguintes dados:

Em três anos de implantação do REUNI, a UFPB criou e implantou trinta e dois novos cursos presenciais de graduação, ampliou a sua oferta de acesso em quase 18,%, subindo de uma oferta de 5.820 vagas (2009), para 7.055 (2010) através de diversos processos seletivos como PSS, PROESP, MSC, PEC14 e 1.067 através de outras formas de ingresso, totalizando 26.242 alunos matriculados em cursos de graduação novos e ampliação de vagas em 2010. (Relatório de Autoavaliação Institucional 2010, 14-5). Estas medidas expansionistas oportunizaram a instituição, já no início de 2011, alcança a cifra de 33.209 de alunos. [...] A expansão com qualidade não se alcança apenas com programas e cursos inovadores ou mesmo com a ampliação do acesso, sem professores/servidores capazes de materializar as propostas expansionistas, tornam-se inviável, de modo que o aumento no número de servidor tem sido uma meta do Reuni.

As mudanças foram perceptíveis não só no tocante à parte estrutural/ predial, visíveis na quantidade de prédios novos em todos os campi, como também no que tange a criação de novos cursos, no aumento da comunidade acadêmica como um todo.

No Gráfico a seguir apresentaremos um panorama com relação ao ingresso de servidores: técnicos administrativos e docentes, na instituição, antes, durante e um ano após o término do Reuni.

Gráfico 1 – Ingresso de Servidores na UFPB (2003 – 2013)



Fonte: Informações compiladas pela autora, a partir de dados extraídos de relatório disponibilizado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFPB.

De acordo com os resultados apresentado no Gráfico 1, baseado no Anexo B, observamos, que nos anos que antecederam o Reuni, houve apenas um pico de aumento no ingresso de servidores na UFPB no ano de 2004, mais especificamente, de técnicos administrativos. Já a partir de 2008, durante a vigência do programa, as taxas de ingresso na Instituição aumentaram consideravelmente em todas as categorias, e principalmente, com relação aos docentes de 3 grau.

Analisamos tanto no Gráfico acima, relativo ao crescimento do corpo de servidores (técnicos administrativos e docentes), quanto nas informações trazidas pela citação de Prestes; Jezine e Scocuglia (2012), com relação ao número de matrículas e de discentes, que o Reuni de fato mudou o cenário de todos os *campi* que compõem a UFPB, tanto em níveis estruturais/prediais, quanto com relação aos indivíduos que compõem a comunidade acadêmica.

No item a seguir abordamos o papel do SISTEMOTECA da UFPB relacionando aos cursos de graduação (presencial) criados no período do Reuni no que se refere aos resultados da avaliação no componente biblioteca.

3.5 A relação do Sistema de Bibliotecas da UFPB com os Resultados do Sinaes referentes aos Cursos criados no Reuni

Seguindo os princípios estabelecidos na LDB/96 e fundamentando-se também na Constituição Federal (1988), a Biblioteca Universitária (BU), está integrada como um dos requisitos para qualidade referente ao processo de avaliação do Ministério da Educação (MEC) das IES, que atualmente é o Sinaes. Além das bibliotecas, o sistema de avaliação do Sinaes, inclui também os alunos, através do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), corpo docente, estrutura, corpo de técnicos administrativos, entre outros pontos. As Bibliotecas Universitárias são um dos setores avaliados em duas, das três modalidades do Sinaes, a saber: Avaliação Institucional e na Avaliação dos Cursos de Graduação, presenciais e à distância.

Com relação à avaliação dos cursos de graduação, as Bibliotecas, possuem três itens que impactam no processo de avaliação com relação a estes, são: o 3.6

Bibliografia básica, o 3.7 Bibliografia complementar e o 3.8 Periódicos especializados (BRASIL; 2015).

Apesar da ênfase com relação às atividades acadêmicas, a Biblioteca ainda está inserida na avaliação institucional e possui duas etapas: a autoavaliação e a avaliação externa *in loco*.

Sobre a autoavaliação institucional no Sinaes, as orientações sobre a avaliação das Bibliotecas aparecem dentro da Infraestrutura física (dimensão.7) das instituições relacionadas às atividades pesquisa, ensino e extensão. Alguns dos exemplos relacionados a Biblioteca, são: acústica, mobiliário, estrutura física, climatização, instalações adequadas, acessibilidade, equipamentos para o uso de novas tecnologias, entre outros (BRASIL, CONAES, 2004).

Com relação às Avaliações Institucionais Externas, conferem-se novamente, aos dados das Bibliotecas com relação à atualização do acervo, estrutura física, informatização, acessibilidade, etc. (BRASIL, 2015), tendo os resultados obtidos na autoavaliação como instrumentos informacionais para contribuir com a Avaliação Externa *In loco*.

Assim as Bibliotecas Universitárias no contexto da avaliação do Sinaes são de grande importância, pois elas não se resumem apenas em quantificar os serviços oferecidos. É preciso mensurar os dados quantificados, fazer uso dos relatórios das avaliações como documentos que possam fortalecer a importância da Biblioteca Universitária para a comunidade acadêmica, bem como ter embasamento a partir dos relatórios de avaliação, para reivindicar as melhorias as quais se façam necessárias, visando um atendimento que prime pela excelência, e qualidade nos serviços ofertados pela BU.

Como vimos, a biblioteca é um dos componentes submetido à avaliação do MEC no que se refere aos cursos de graduação. Com relação ao Sistema de Bibliotecas da UFPB, deve ser dada uma atenção especial na participação do mesmo nas discussões dentro dos ambientes de gestão que envolva as tomadas de decisão, para construir e viabilizar um planejamento que ocorra desde o preparo, que antecede avaliação, até o pós-avaliação, com os resultados obtidos. A fim de se estabelecer novas estratégias para solucionar as dificuldades apontadas e atingir melhores resultados nas próximas avaliações.

Durante o período do Reuni, quando 29 novos cursos foram criados⁵, o SISTEMOTECA-UFPB passou por algumas modificações devido aos investimentos oriundos deste Programa de expansão. Algumas bibliotecas foram ampliadas e outras criadas para atender as demandas destes cursos, novas contratações no quadro de servidores como vimos anteriormente no Gráfico 1, e também recursos destinados à ampliação do acervo.

Neste processo de formação dos novos cursos de graduação, ocorreram também as validações e avaliações dos mesmos, nas quais o SISTEMOTECA-UFPB foi acionado a participar. Vale salientar que apesar de não está vinculada a nenhuma direção de centro especificamente, e por ser um órgão suplementar, portanto ligado diretamente à reitoria, à BC deu suporte a vários cursos, quando submetidos à avaliação, devido aos mesmos não possuírem bibliotecas setoriais e seus acervos terem sido alocados nela, até a construção do prédio correspondente à biblioteca setorial do centro ao qual o curso está inserido.

O SISTEMOTECA-UFPB normalmente é acionado a participar da avaliação pelo coordenador do curso que está sendo avaliado. Geralmente, no que cabe a biblioteca no processo de avaliação, é um confronto dos dados preenchidos na plataforma do INEP pelo coordenador do curso de graduação a ser avaliado, seguindo o Plano Pedagógico de Curso (PPC)⁶ do mesmo, com as informações obtidas pelo avaliador *in loco* durante visita agendada previamente.

Nos quadros a seguir apresentamos, de forma sintetizada, informações sobre a Autoavaliação Institucional realizada no ano de 2013 na Dimensão 7, que trata do item infraestrutura, e nos mostra o componente “biblioteca” fazendo parte do processo de avaliação.

Os dados foram compilados do relatório disponibilizado na página da CPA / UFPB. Enfatizamos que os quadros contêm apenas, os centros e cursos instituídos no período do Reuni. Por conta disso, o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE), criado no período anterior ao do Reuni, não foi contemplado nesta análise.

⁵ Para esta pesquisa, foi considerado o número de 29 cursos, referente ao curso em si, e não o somatório do mesmo curso repetido por turnos diferentes.

⁶ É o documento orientador de um curso que traduz as políticas acadêmicas institucionais com base nas diretrizes curriculares nacionais (DCNs), sendo composto pela estrutura e conteúdo curricular, ementário, bibliografia básica e complementar, recursos materiais, laboratório e infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso. INEP (BRASIL, 2012)

Quadro 5 – Bibliotecas Setoriais – Autoavaliação Institucional (Dimensão 7)

CENTRO	AVALIAÇÃO
CCA	A biblioteca setorial aparece com avaliação regular em todos os seus indicadores, exceto no acesso à rede de comunicação, que foi considerada insuficiente. Os títulos da bibliografia básica e complementar foram contados em quantidade insuficiente e não atualizados. O horário de atendimento da Biblioteca, o sistema de empréstimo e a quantidade de servidores técnico-administrativos transitam entre os conceitos bom e regular.
CCHLA	A biblioteca setorial, vista como insuficiente, foi classificada como regular nas condições térmicas, acústicas, de iluminação, de mobiliário e equipamentos. O acesso à rede de comunicação foi considerado péssimo. Os títulos da bibliografia básica e complementar foram registrados em quantidades insuficientes e não atualizados. Consideraram entre regular e insuficiente o horário e o sistema de empréstimo. A quantidade de servidores técnico-administrativos foi informada como regular ou insuficiente
CCHSA	A biblioteca setorial foi considerada regular em todos os indicadores. Os títulos da bibliografia básica e complementar foram reportados como insuficientes em quantidade e atualização do acervo. O horário e o sistema de empréstimo foram mencionados como bons, mas a quantidade de servidores técnico-administrativos foi vista como insuficiente
CCJ	A biblioteca setorial foi avaliada entre boa e regular em todos os aspectos, exceto no acesso à rede de comunicação, que recebeu conceito péssimo. Os títulos da bibliografia básica e complementar estão em quantidades insuficientes. Considerados bons o horário, o sistema de empréstimo e a quantidade de servidores técnico-administrativos.
CCS	A biblioteca setorial mereceu avaliação regular em todos os indicadores. Os títulos da bibliografia básica e complementar estão em quantidades insuficientes e não atualizados. Foram considerados bons o horário, o sistema de empréstimo e a quantidade de servidores técnico-administrativos.
CCSA	A biblioteca setorial foi vista como insuficiente em quantidade. As condições de iluminação, acústica e de conservação foram consideradas regulares, e as condições térmicas, de mobiliário e equipamentos foram consideradas péssimas. O acesso à rede de comunicação foi considerado péssimo. Os títulos da bibliografia básica e complementar obtiveram conceito insuficiente em quantidade e não estão atualizados. O horário, o sistema de empréstimo e a quantidade de servidores técnico-administrativos da biblioteca foram pontuados com o conceito regular.
CCTA	A biblioteca setorial foi avaliada como insuficiente. As suas condições de iluminação, térmicas, de mobiliário e equipamentos foram vistas como insuficientes, e as condições acústicas e o acesso à rede de comunicação foram consideradas péssimas pelos entrevistados. Os títulos da bibliografia básica e complementar estão em quantidades insuficientes e não atualizados. O horário e o sistema de empréstimo constaram como regulares e a quantidades

	de servidores técnico-administrativos revelou-se insuficiente.
CE	A biblioteca setorial, embora insuficiente em quantidade, foi pontuada com o conceito regular nos outros indicadores de infraestrutura, exceção feita ao acesso à rede de comunicação que foi considerado insuficiente. Os títulos da bibliografia básica e complementar estão em quantidades insuficientes e não atualizados.
CEAR	Com relação à biblioteca setorial, mais de 37,0% dos entrevistados não sabia dizer se havia ou afirmou não haver este setor no Centro. Entre os que confirmaram a existência de biblioteca setorial nesse Centro, a maioria avaliou seus indicadores entre regular e insuficiente. A disponibilidade e atualização de títulos da bibliografia básica e complementar foram consideradas insuficientes e/ou péssimas. A quantidade de postos de estudos e de pessoal técnico-administrativo foi considerada de regular a insuficiente pela maioria dos entrevistados
CI	A biblioteca setorial foi avaliada com o conceito regular em todos os indicadores. Os títulos da bibliografia básica e complementar estão em quantidades regulares ou boas, mas insuficientes ou regulares quanto à atualização. A disponibilidade de postos de estudos e de pessoal técnico-administrativos é regular para a maioria dos entrevistados.
CT	A biblioteca setorial existe em quantidade e dimensões insuficientes para o número de usuários e com condições de iluminação, acústica, de mobiliário e equipamentos em condições regulares. A limpeza e as condições térmicas foram consideradas boas. O acesso à rede de comunicação foi considerado péssimo. Os títulos da bibliografia básica e complementar estão em quantidades insuficientes e não atualizados
CTDR	As dimensões da biblioteca setorial foram consideradas boas para o número de usuários, e boas com relação às condições de iluminação, acústica, mobiliário, equipamentos e limpeza, assim como em relação ao acesso à rede de comunicação. Os títulos da bibliografia básica estão em boa quantidade e os da bibliografia complementar estão em quantidades apenas regulares, porém, atualizados. O horário de funcionamento da biblioteca foi considerado bom e o sistema de empréstimo muito bom. A quantidade de técnicos foi considerada boa e com qualificação muito boa.

Fonte: Dados extraídos pela autora do Relatório de Auto avaliação da UFPB – 2013.

Quadro 6 – Biblioteca Central – Autoavaliação Institucional (Dimensão 7)

AVALIAÇÃO BIBLIOTECA CENTRAL
<p>O atual corpo de servidores técnico-administrativos que realizam os serviços de atendimento aos usuários é insuficiente para as demandas do trabalho;</p> <p>- A qualidade de acesso Wi-Fi, cuja disponibilidade é normalmente ocorrente, é ruim, não oferecendo adequadas condições de navegação – aspecto esse, aliás, motivador do maior percentual de insatisfação. Segundo a direção da BC, este serviço foi implantado recentemente e ainda se encontra em fase de testes.</p>

- O acervo de obras foi considerado de regular a bom, destacando-se o bom acervo da bibliografia básica para atendimento da demanda dos cursos, assim como a coleção de títulos em Braille;

- O serviço de audiolivros ainda não é oferecido;

- Às áreas de consulta/estudo foram atribuídos conceitos diferentes, dependendo da modalidade a que se referiam: bom, para a área comum; regular, para as ilhas de estudo individual; precário, para as salas coletivas. Para as ilhas individuais, sugere-se um maior espaçamento entre as mesas, que são muito próximas e dificultam a privacidade. Quanto às salas para estudo coletivo (salas de aula e auditório), ao observar-se que sua utilização depende de prévio agendamento, é razoável supor que a baixa avaliação decorra do desconhecimento, por parte dos usuários, desse procedimento.

As instalações gerais da BC foram consideradas insatisfatórias nos seguintes aspectos: conforto térmico, condições acústicas, acesso a tomadas, pontos de internet e iluminação. O conforto térmico foi o aspecto que registrou a maior insatisfação geral, destacando-se a precariedade da climatização natural aliada à inoperância do sistema de ventilação mecânica - com vários aparelhos quebrados. As condições acústicas, não são boas, não só pelos amplos espaços livres, mas, principalmente, pela ausência de revestimentos absorvedores sonoros. - A qualidade da iluminação da BC também foi considerada insuficiente por uma boa parte dos entrevistados. Apesar de não ser essa a opinião da maioria, há que se dar atenção ao fato. - O acesso a tomadas elétricas é precário: muitos desses dispositivos encontram-se sem condições de uso (quebrados/desligados), e ainda não foram substituídos pelos novos modelos recomendados pela NBR 14136/2002. - Os pontos de acesso à internet, via cabo, não estão disponíveis para os usuários. - As instalações sanitárias foram avaliadas como regulares ou boas, sendo que a única insatisfação, registrada por uma parte dos usuários (particularmente discentes), referiu-se à baixa disponibilidade de material de higiene pessoal. - Os recursos de acessibilidade disponibilizados no ambiente da BC foram considerados insuficientes ou precários, nos seguintes itens: condições dos elevadores, telefones públicos adaptados, condições dos sanitários adaptados e condições dos pisos táteis. No caso dos elevadores, estão mal sinalizados. Quanto aos pisos táteis, o recurso é disponibilizado só externamente: chegam até à entrada da biblioteca, porém, não continuam no interior do prédio, sequer até a seção de Braille. - Com relação à segurança, os conceitos variaram entre precário e regular. Segundo alguns entrevistados, faltam agentes de segurança no horário da noite, ficando sem vigilância áreas críticas como a região dos banheiros do 1º e 2º andares e áreas dos estacionamentos próximos à mata.

Fonte: Dados extraídos pela autora do Relatório de Autoavaliação da UFPB – 2013.

Os quadros 5 e 6 retratam a percepção dos avaliadores, de acordo com as respostas obtidas pela comunidade acadêmica com relação ao Sistema de Bibliotecas da UFPB e, apontam diversas dificuldades identificadas com relação ao item infraestrutura. De acordo com (CARVALHO, 200-, p.91) “É assim que a avaliação participativa permite fazer aflorar as diversas “verdades” sobre os propósitos e resultados do programa ou ação institucional”.

O próximo quadro foi elaborado através dos relatórios da CPA/UFPB. Nele estão disponibilizados os conceitos⁷ relacionados aos itens 3.6, 3.7 e 3.8, relacionados ao componente Biblioteca na Avaliação dos cursos de Graduação. As informações destacadas em amarelo no quadro são referentes aos cursos que não conseguimos encontrar os relatórios de avaliação na CPA/UFPB ou possuem dados incompletos.

Quadro 7- Avaliação dos cursos no Componente Biblioteca - Sinaes

CENTRO	RELATÓRIOS/ CURSOS	ITENS/ CONCEITOS		
		BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS
CCA	Medicina Veterinária	4	3	5
CE	Ciências das Religiões	4	4	4
	Pedagogia (educação do Campo)	2	2	3
	Psicopedagogia	3	3	1
CCS	Fonoaudiologia	1	2	5
	Educação Física	3	3	4
	Terapia Ocupacional	3	3	3
CCSA	Relações Internacionais	4	3	5
	Arquivologia	3	2	4
	Ciências Atuariais	3	3	5
	Gestão Pública	3	3	5
CT	Engenharia de Materiais	3	3	5
	Engenharia de Produção	1	1	5
	Engenharia	2	3	5

⁷ Os conceitos são atribuídos pelos avaliados durante a visita do Mec, a cada item relacionado a avaliação dos cursos de graduação. Abaixo descrevemos o significado da numeração de cada conceito.

Conceito 1 Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito NÃO EXISTENTE.

Conceito 2 Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito INSUFICIENTE.

Conceito 3 Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito SUFICIENTE/REGULAR

Conceito 4 Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito MUITO BOM/MUITO BEM.

Conceito 5 Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito EXCELENTE.

	Ambiental			
	Engenharia Química	3	3	5
CCHLA	Língua Estrangeira Aplicada a Negócios Internacionais	2	3	5
	Tradução	Não apresenta relatório na CPA		
	Ciências Sociais	2	2	2
	Letras Clássicas (Grego e Latim)	3	3	3
CCTA	Regência de Bandas e Fanfarras	1	1	5
	Música Popular	1	1	5
CCTA	Comunicação	Relatório de Relações Públicas incompleto		
CTDR	Tecnologia em Produção Sucroalcoleira	3	3	5
	Tecnologia de Alimentos	1	1	5
CCHSA	Agroecologia	3	3	2
	Pedagogia	1	1	1
CEAR	Engenharia Elétrica	Não apresenta relatório no site da CPA/UFPB		
CCJ	Direito – Santa Rita	O Relatório não atribui notas por cada item avaliado. Apresenta descrições sobre cada item, atribuindo no fim da avaliação um conceito geral para todos os itens		
CI	Engenharia de Computação	1	1	5

Fonte: Dados sistematizados pela autora a partir dos relatórios de avaliação dos cursos disponíveis na página da CPA.

O quadro anterior foi elaborado com base nas informações do anexo B, referente à implementação dos cursos no período do Reuni. Vale salientar que no transcorrer dos últimos anos ocorreram algumas mudanças dos cursos entre os Centros de Ensino. Em outras palavras, alguns cursos que inicialmente pertenciam a um determinado Centro, posteriormente acabaram por serem transferidos para outros. Em alguns casos, Centros novos que surgiram, acabaram absorvendo cursos de Centros mais antigos, nestes casos, ocorreram desmembramentos dos Centros. Ocorreram também a mudança da nomenclatura de um dos cursos do CTDR, quando no surgimento, chamava-se **Tecnologias de Produtos de Origem Animal**, passando depois para **Tecnologia de Alimentos**.

Ainda, com relação ao quadro acima, apresentaremos, a seguir, três quadros desdobrando os dados compostos nele, com o objetivo de destacar os conceitos que cada curso obteve nos três itens que competem à biblioteca na avaliação dos cursos de graduação.

Quadro 8 - Bibliografia Básica

Conceitos	Quantitativo Por Cursos	Percentual %
1	7	28
2	4	16
3	11	44
4	3	12
5	0	0
Total	25	100

Fonte: Dados sistematizados pela autora a partir dos relatórios de avaliação dos cursos disponíveis na página da CPA.

Neste quadro observamos que 28% dos 25 cursos apresentados obtiveram Conceito 1 no item bibliográfica básica, 16% receberam Conceito 2; 44% Conceito 3; 12% tiveram Conceito 4; e nenhum deles alcançou o Conceito 5.

Quadro 9 - Bibliografia Complementar

Nota	Quantitativo por cursos	Percentual %
1	6	24
2	4	16
3	14	56
4	1	4
5	0	0
Total	25	100

Fonte: Dados sistematizados pela autora a partir dos relatórios de avaliação dos cursos disponíveis na página da CPA.

Com relação a bibliografia complementar, 24% dos cursos apresentaram Conceito 1, enquanto que, 16% conceito 2; 56% obtiveram conceito 3; 4% atingiram Conceito 4; e nenhum obteve Conceito 5.

Quadro 10 - Periódico Especializado

Conceito	Quantitativo por Cursos	Percentual %
1	2	8
2	2	8
3	3	12
4	3	12
5	15	60
Total	25	100

Fonte: Dados sistematizados pela autora a partir dos relatórios de avaliação dos cursos disponíveis na página da CPA.

Já no item sobre periódicos especializados, 8% dos cursos obtiveram Conceito 1, o mesmo percentual para o Conceito 2; 12% dos cursos obtiveram Conceitos 3, enquanto 12% conceito 4. Este foi o único item em que os cursos conseguiram atingir o Conceito 5, com um excelente percentual: 60%.

Desta forma foi possível verificar o *déficit* considerável com aspectos relacionados à Biblioteca, especialmente no que concerne à Bibliográfica Básica e Complementar. Os melhores conceitos são atribuídos aos Periódicos Especializados, o que, provavelmente, auxiliou para que a maioria dos cursos obtivessem um aumento do conceito geral no componente biblioteca.

Com base nas discussões feitas em nossa fundamentação teórica, juntamente com a tabulação dos questionários desenvolvidos e aplicados com os sujeitos de nosso estudo, no capítulo a seguir apresentaremos a análise dos dados da nossa pesquisa.

4 A PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DE CURSO E GESTORES DE BIBLIOTECAS ACERCA DOS INDICADORES DOS SINAES NO COMPONENTE BIBLIOTECA

Neste capítulo será desenvolvida uma análise a respeito da percepção dos gestores das bibliotecas setoriais e dos coordenadores de cursos de graduação implementados no período de 2007 a 2012, na vigência do Reuni, conforme vimos nos capítulos anteriores. Os dados foram estudados conforme a metodologia proposta que foi de uma análise estatística descritiva, e em consonância com os relatórios da avaliação institucional referentes aos indicadores do Sinaes no que concerne ao componente Biblioteca, disponibilizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição.

Para obtenção das informações que norteiam nossa análise, elaboramos um questionário aplicado com os coordenadores de cursos e outro que foi aplicado aos gestores de bibliotecas setoriais. Optamos por aplicar cada questionário presencialmente, a fim de minimizar qualquer dúvida que surgisse por parte da elaboração dos questionamentos. Fazemos uma ressalva para os dois cursos participantes da pesquisa que são situados em *campi* do interior, onde enviamos por malote, mas mantivemos um contato via telefone e disponibilizamos o nosso e-mail para sanar possíveis dúvidas com relação ao entendimento das questões apresentadas. Apontamos algumas dificuldades durante a aplicação do referido questionários, pois foi executado durante o período de recesso natalino e férias dos docentes, de forma que não foi possível encontrar todos os coordenadores de cursos em suas respectivas coordenações, ainda buscamos solicitar a participação deste através do e-mail institucional, mas não obtivemos êxito.

Embora tenha sido previsto a aplicação do questionário com 29 coordenadores de curso, foram obtidas respostas de 24 coordenadores, do total de participantes nesta categoria, perfazendo um percentual de 82,7% de respondentes. Com relação aos Gestores de Bibliotecas previa-se aplicar com 11 gestores de bibliotecas setoriais, mas um dos gestores não demonstrou interesse em participar da pesquisa, ficando assim um total de 10 gestores de bibliotecas participantes no questionário, obtendo um percentual de 90% de responde nessa categoria de sujeito participante. Totalizando os dois grupos de sujeitos envolvidos em nossa análise,

pretendia-se aplicar os questionários com 40 participantes, mas obtivemos um total de 34 sujeitos envolvidos em nossa pesquisa, ou seja, 85% de respondentes, valor considerado alto.

4.1 Apresentação dos Dados

Para realizar a análise dos dados coletados com os questionários, bem como com a análise documental dos relatórios da CPA, utilizaram-se quadros e gráficos.

Os dados coletados com os questionários foram avaliados descritivamente, e as frequências calculadas por porcentagem, dispostos em gráficos

Os dados referentes aos indicadores do Sinaes foram sistematizados a partir da análise documental realizada nos relatórios de Autoavaliação Institucional da CPA, e apresentados em forma de quadro, contendo as notas dos indicadores Bibliografia Básica, Bibliografia Complementar e Periódicos Especializados, com os seus referidos cursos e centros de ensino.

Buscou-se verificar como as respostas dos coordenadores de cursos e gestores de bibliotecas se relacionam com os resultados apresentados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) na Avaliação Institucional e na Avaliação dos Cursos de Graduação.

4.2 Sistematização dos Dados

No primeiro momento da análise dos dados, foi realizado uma descrição dos dados coletados através dos questionários aplicados tanto com os gestores de cursos, quanto com os gestores de bibliotecas, explicando cada gráfico referente às questões que foram tabuladas, e em seguida foi realizada uma análise geral, com base nos dados extraídos dos questionários, dos documentos institucionais que ancoraram o referido estudo, bem como a literatura abordada em nossa fundamentação teórica.

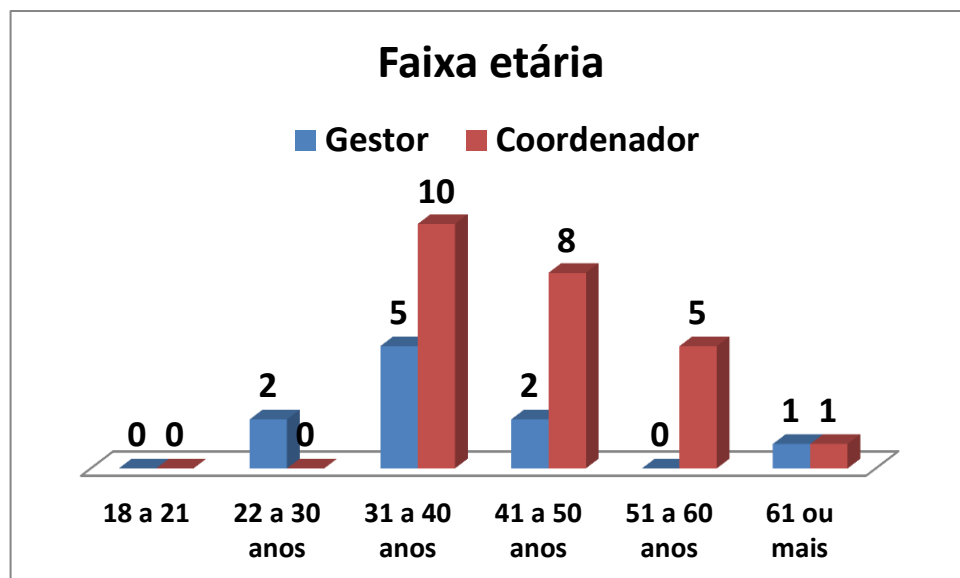
Os questionários aplicados junto aos coordenadores de curso de graduação e aos gestores das bibliotecas setoriais tinham por objetivo entender a percepção dos participantes com relação ao uso, relevância e pertinência das bibliotecas setoriais e central para os cursos de graduação, tendo em vista o processo de avaliação que

esses cursos são submetidos para reconhecimento e revalidação pelo MEC. Nesse sentido foram abordadas questões com relação ao conhecimento que os coordenadores e gestores, tinham sobre a participação e visibilidade do sistema de bibliotecas da UFPB no âmbito institucional, sua importância dentro do processo de avaliação dos cursos. A percepção dos coordenadores e gestores a cerca dos itens que são avaliados no componente biblioteca e, se os resultados obtidos com essa avaliação colaboram de na aplicação de tomadas de decisão por parte da gestão superior da instituição para com o sistema de bibliotecas da UFPB.

4.3 Caracterização dos Sujeitos

Iniciamos a apresentação dos resultados e análise com a caracterização sócio demográficas dos sujeitos objetos da pesquisa, isto é, coordenadores de cursos e gestores de bibliotecas. A seguir no Gráfico 1, apresentamos a faixa etária dos participantes da pesquisa.

Gráfico 2 – Faixa etária



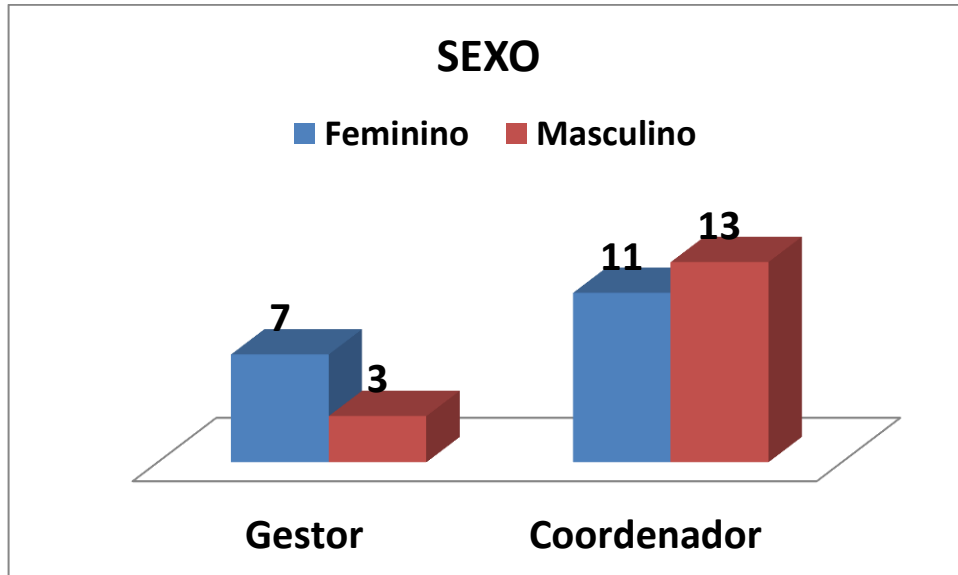
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Verificamos que os gestores de bibliotecas, em média, são mais jovens em média que os coordenadores de curso, na faixa etária de 22 a 30 anos não há nenhum coordenador de curso, e com relação aos intervalos etático de 51 a 60 anos ou de 61 anos ou mais, só é apontado um gestor de bibliotecas. Provavelmente, em decorrência das novas contratações ocorridas nestes últimos anos, como já

apresentamos em nossa fundamentação teórica, tenha levado a renovação no quadro de servidores técnicos administrativos dentro da instituição.

Dando continuidade apresentaremos dados relacionados ao sexo dos participantes da pesquisa.

Gráfico 3 – Sexo

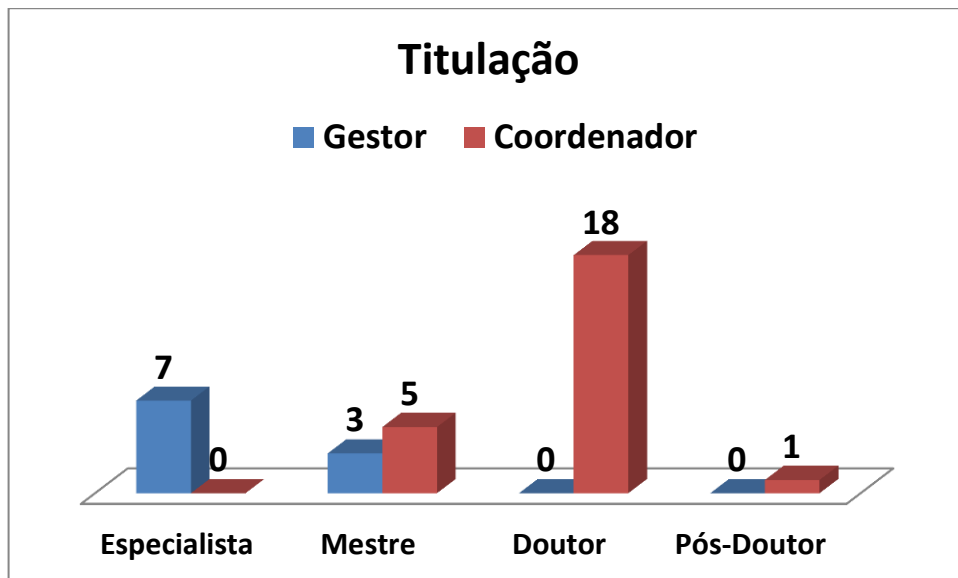


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Com relação ao gênero relacionado aos coordenadores de curso, percebe-se uma leve diferença entre masculino e feminino, prevalecendo em sua maioria os homens na função de coordenadores. Já quando observamos os gestores de bibliotecas há uma predominância do sexo feminino ocupando a gestão das bibliotecas. De forma empírica atribuímos essa característica dos gestores de biblioteca ao curso de biblioteconomia ser um curso que por muitos anos tinha um público predominantemente feminino.

Feita a exposição do gênero, mostraremos a seguir os dados sobre titulação dos sujeitos.

Gráfico 4 – Titulação



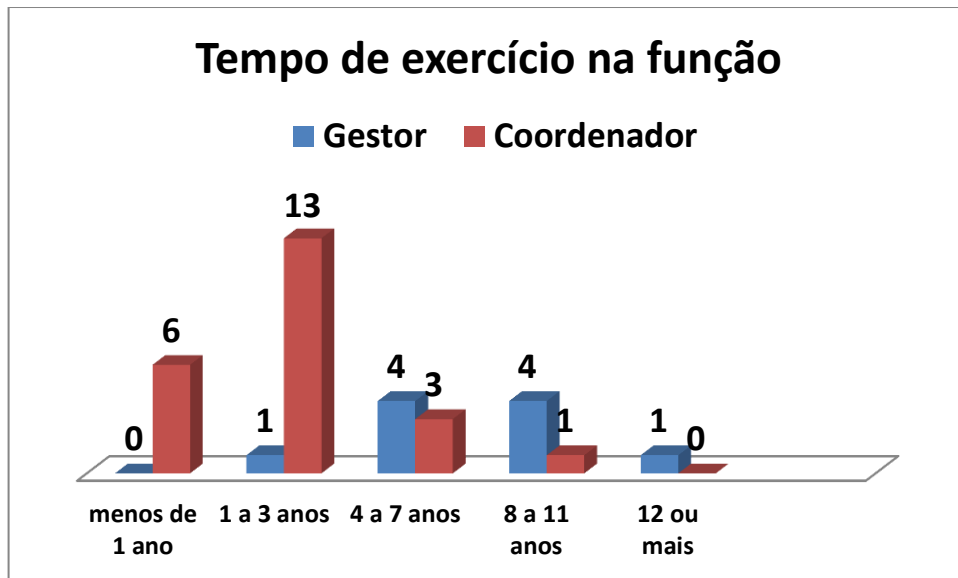
Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Sobre a titulação aponta-se que os coordenadores em sua maioria são doutores, e com relação aos gestores de bibliotecas predomina-se a titulação de especialista.

Sendo assim os coordenadores apresentam um grau de titulação maior que dos gestores de bibliotecas, essa diferença apontada claramente no gráfico, muito provavelmente ocorra tanto pelas questões das funções exercidas dentro da instituição, exigindo para ingresso no quadro funcional, uma maior titulação para os cargos de docentes, do que para os de técnicos administrativos. Quanto pelo que supomos no Gráfico 2, que seria a renovação do quadro de técnicos administrativos, inserindo pessoas que ainda estão percorrendo esse percurso acadêmico.

A seguir mostraremos o Gráfico relacionado ao tempo de serviços dos grupos analisado.

Gráfico 5 – Tempo em Exercício



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Sobre o tempo de exercício observa-se que os coordenadores de cursos têm em sua maioria, de um ano a três anos na função de coordenação. Já os gestores de bibliotecas dividem-se entre quatro a sete anos e de oito a onze anos.

A diferença desse item entre os grupos analisados pode ter como motivo o fato de que, para ocupar a função de coordenador de curso, o corpo docente se submete a um processo eletivo para um mandato de dois anos, com a possibilidade de reeleição para renovação do mandato, por mais um período de dois anos. Portanto, é provável que ocorra certa rotatividade na função. O mesmo não ocorre com tanta frequência com os gestores de bibliotecas, pois é uma função que normalmente é indicada pelos diretores de Centro Ensino, com base nos bibliotecários com lotação em seus respectivos Centros, portanto uma tendência de maior estabilidade na função ao longo dos anos.

Feita a análise com relação à caracterização dos grupos envolvidos em nossa pesquisa, a seguir começaremos a realizar a análise dos questionários com relação à percepção dos gestores acerca dos itens avaliados no Sinaes no componente biblioteca.

4.4 Análise dos Questionários

Cabe explicar, inicialmente, que foi realizado um pré-teste com alguns coordenadores e gestores de cursos e bibliotecas setoriais que não fazem parte da amostra de nossa pesquisa, e assim verificar a compreensão de todos com relação às perguntas contidas no questionário.

Para realização da análise, tabulamos nos gráficos apenas das questões que foram respondidas nos questionários pelos sujeitos da pesquisa.

Explicitamos que para um melhor entendimento e contextualização das perguntas abordadas nos questionários, dividimos a análise dos mesmos em cinco subitens: Atendimento, Acervo, Serviços, Infraestrutura e Percepção.

A seguir trataremos dos gráficos relacionados ao subitem atendimento.

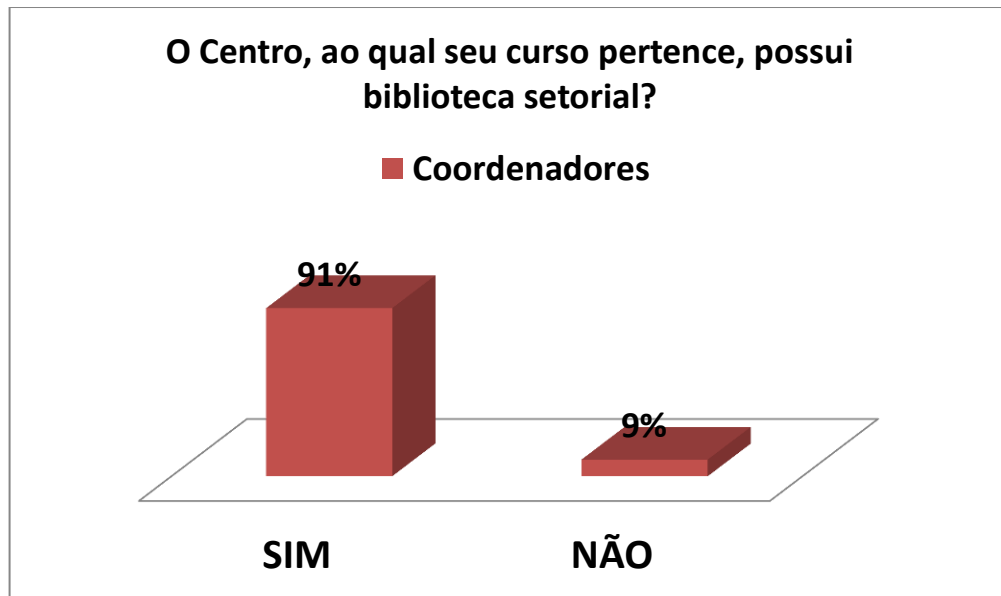
4.4.1 – Atendimento

Neste item como foi dito anteriormente, abordaremos as questões referentes ao atendimento das bibliotecas setoriais e central, para cursos de graduação participantes de nossa pesquisa.

Os questionários foram elaborados com as mesmas perguntas dirigidas a ambos os segmentos. Com exceção apenas da explicitada no Gráfico 6, posto que, ela não foi feita aos gestores de bibliotecas setoriais, tendo em vista, que evidentemente o fato deles gerirem uma biblioteca de um Centro de Ensino, deixa explícito que esse centro possui biblioteca setorial.

Apresentaremos na sequência as respostas dos coordenadores com relação aos seus centros disporem ou não de bibliotecas setoriais.

Gráfico 6 – Centros que possuem Biblioteca Setorial

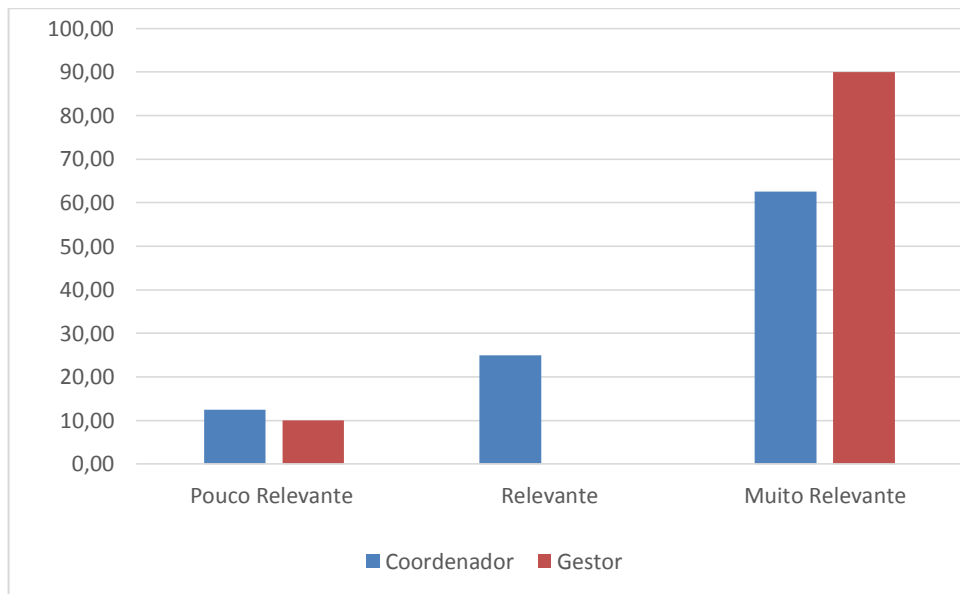


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Como apresentamos anteriormente em nossa fundamentação teórica, a grande maioria dos Centros de Ensino possuem bibliotecas setoriais, com exceção do CEAR. Achamos pertinente averiguar, se os coordenadores de cursos conhecem a existência ou ausência de biblioteca setorial em seu Centro. Verificamos que grande parte dos respondentes afirmou ter conhecimento da existência de uma ou mais bibliotecas em seu Centro. A minoria, 9%, respondeu não possuir biblioteca setorial. Fazemos uma ressalva nessa questão considerando que, alguns participantes não souberam responder se o seu respectivo Centro possui biblioteca setorial, optando por deixar em branco, o que nos causou certa estranheza, mas como foi dito anteriormente, só foram incluídas na análise respostas contidas no questionário, portanto, elas não foram consideradas para fins de análise.

Dando prosseguimento, trataremos sobre grau de relevância atribuído as bibliotecas setoriais e central, para fins da avaliação dos cursos de graduação.

Gráfico 7 - Grau de relevância da biblioteca setorial / central para a avaliação de desempenho do curso

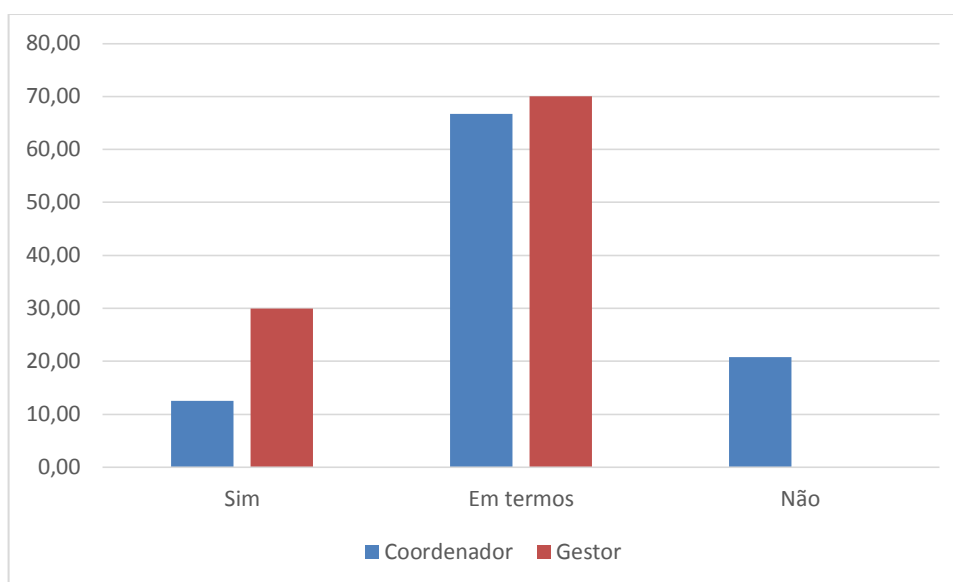


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Constatamos, que ambas as categorias, majoritariamente consideram as bibliotecas setoriais e central, muito relevante para o desempenho dos cursos de graduação na avaliação do MEC. Alguns coordenadores consideraram apenas relevante, e uma pequena parcela de coordenadores de cursos e gestores de bibliotecas afirmam ser pouco relevante.

A seguir, apontaremos o entendimento dos sujeitos da pesquisa com relação à biblioteca setorial/ central atender as necessidades dos cursos de graduação.

Gráfico 8 – Atendimento às necessidades do curso pela Biblioteca setorial / central



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

O dado mais importante constante dessa resposta, é que tantos os coordenadores, quanto os gestores em ampla maioria, entendem que a biblioteca setorial / central, não atende de forma desejável seus cursos, apenas em termos. Contrariando umas das finalidades a que se propõe a biblioteca universitária que, segundo (VIEIRA, 2014), é de servir e dar suporte informacional de excelência para o ensino pesquisa e extensão.

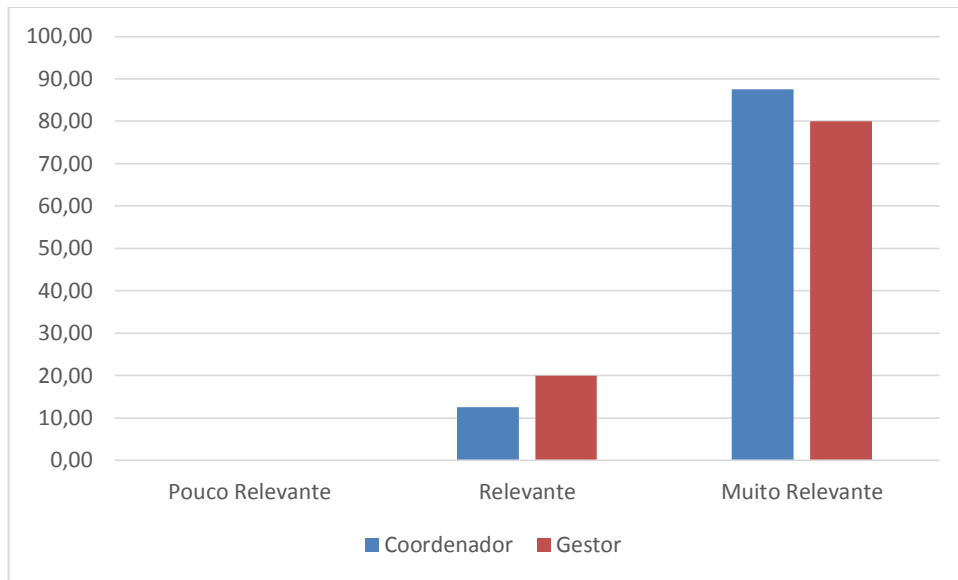
Prosseguindo com análise, abordaremos agora o subitem acervo.

4.4.2 – Acervo

Trataremos agora sobre as questões relacionadas as bibliografias dos cursos, periódicos especializados, atualização do acervo, políticas de aquisição, sistemas de consulta e empréstimo, entre outros.

No gráfico a seguir, apresentaremos os resultados com relação a Bibliografia Básica.

Gráfico 9 - Bibliografia básica do curso avaliado



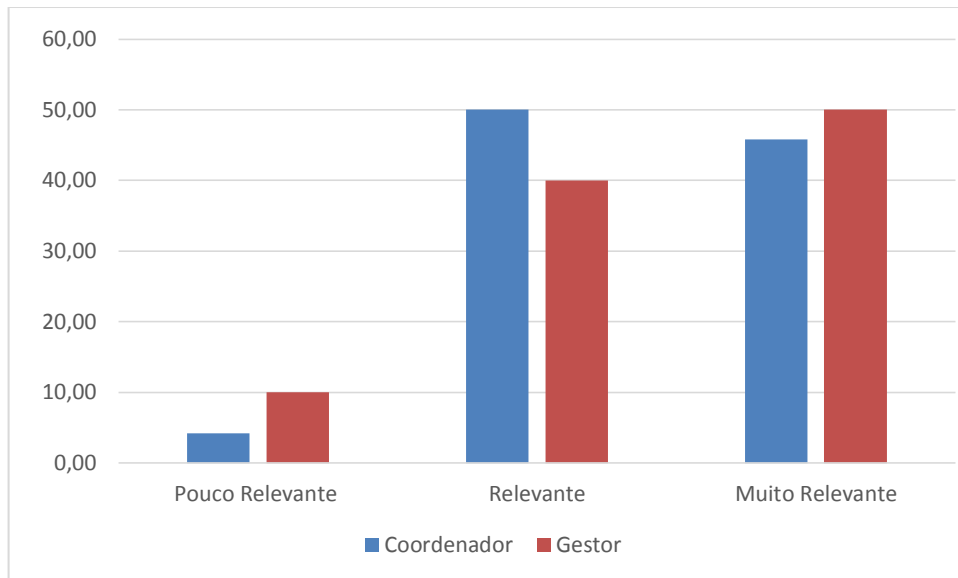
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Tanto os coordenadores, quanto gestores se afinam nessa questão, prevalecendo, em sua maioria, a resposta muito relevante para ambos. Nenhum dos respondentes acredita na pouca relevância desta bibliografia para o curso.

Essa questão permite um diálogo muito interessante com os dados relacionados pela CPA, no Quadro 7 e desdobrado no Quadro 8 em nossa fundamentação teórica. Verificamos que no que se refere à bibliografia básica 28% dos cursos recebem entre Conceito 1, 16% Conceito 2, 44% Conceito 3, 12% Conceito 4, e nenhum recebeu Conceito 5. Portanto o conceito é regular ou abaixo da média, na maioria dos cursos avaliados, ou seja, ao tempo que os sujeitos da pesquisa julgam muito relevante à bibliografia básica, seus cursos recebem notas baixas, muito provavelmente, por não dispor desse material no acervo de suas bibliotecas. Vários fatores podem ser apontados como causa: ementa não condizente com o que foi cadastrado nas informações na base de dados do INEP, processo de compra de livros com morosidade, PPC dos cursos desatualizados, entre outros.

Na sequência, apresentaremos os resultados com relação à bibliografia complementar dos cursos de graduação.

Gráfico 10 - Bibliografia complementar do curso avaliado



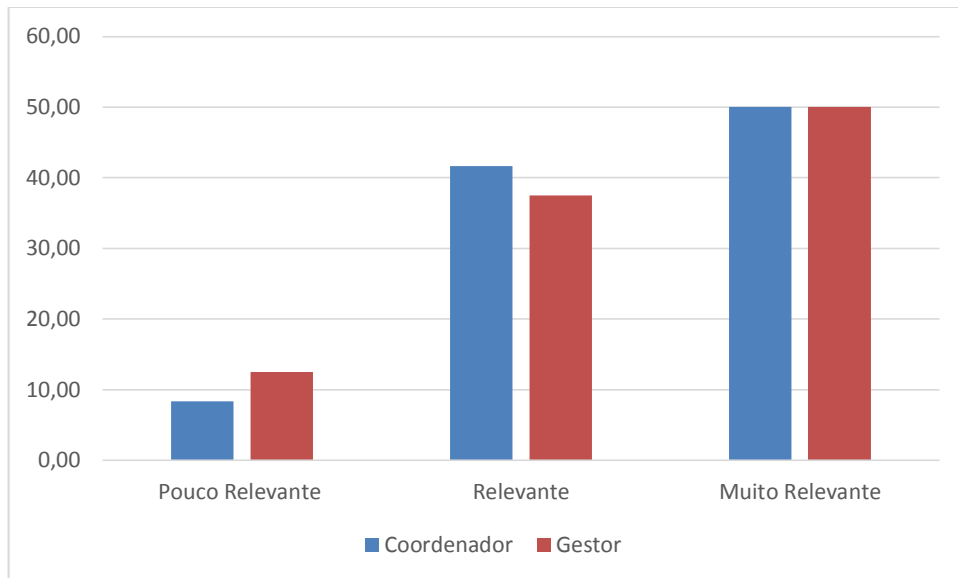
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Em sua maioria, os sujeitos da pesquisa compreendem que o item bibliografia complementar é muito relevante para avaliação dos cursos de graduação.

Novamente, traremos os dados extraídos do relatório da CPA para dialogar com os resultados obtidos no Gráfico 10. Com relação à Bibliografia Complementar, 24% dos cursos receberam conceitos 1; enquanto 16% Conceito 2; 56% dos cursos receberam conceito 3; apenas 4%, recebeu conceito 4, e nenhum dos cursos recebeu Conceito 5 na avaliação. Ou seja, por mais que os coordenadores e gestores tenham ciência da relevância deste item dentro do processo de avaliação, existem fatores que interferem para o atendimento pleno da Bibliografia Complementar, conforme apontado pela avaliação do MEC em relação aos acervos das bibliotecas no tocante a este item.

A seguir apresentaremos o quesito relacionado aos periódicos nacionais e/ou estrangeiros.

Gráfico 11 - Presença de periódicos nacionais e/ou estrangeiros



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

As respostas demonstram que ambas as categorias tem opiniões similares, com relação à presença de periódicos nacionais e estrangeiros, e que apesar da maioria considerar muito relevante, uma boa parte dos respondentes acreditam ser apenas relevante, e, um número pequeno respondeu ser pouco relevante. Isto causa certa estranheza, tendo em vista que é um dos componentes avaliados diretamente na avaliação dos cursos de graduação.

Quando comparamos as respostas dos sujeitos da pesquisa, com os conceitos atribuídos a esse item na avaliação do MEC, observamos uma melhor *performance* com relação à satisfação por parte dos avaliados. No quadro 10, no qual apresentamos de forma sintetizada os dados do relatório da CPA, sobre os periódicos nacionais e estrangeiros, apenas 8% dos cursos receberam Conceitos entre 1 e 2 respectivamente; 12% cursos receberam Conceito 3; e 12% cursos receberam Conceito 4; 60% cursos receberam conceito 5. Em um dos relatórios o avaliador exemplifica bem o que elencamos acima da seguinte forma:

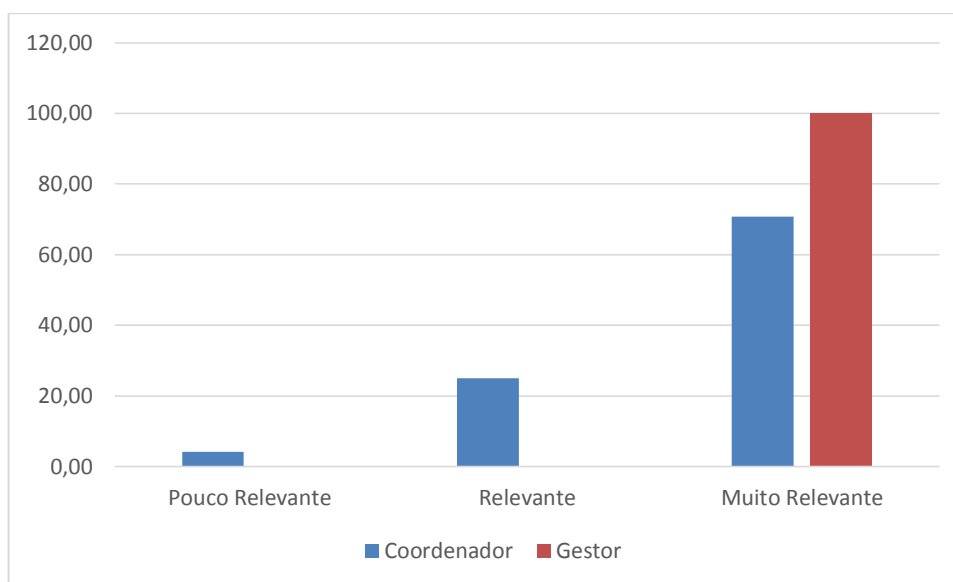
Com relação à consulta ao acervo do Curso, na Biblioteca Central, na Biblioteca Setorial e no sistema informatizado da UFPB permitiu constatar que a grande maioria dos títulos indicados pelos professores não estão disponíveis nas bibliotecas e os poucos títulos disponíveis não atendem minimamente a demanda prevista pelo número de vagas ofertadas anualmente. A UFPB dispõe de acesso

ao Portal de Periódicos da Capes, o que garante aos alunos o acesso aos principais periódicos nacionais e internacionais da área. (Relatório CPA – UFPB, 2014).

Inferimos, que a disponibilidade do Portal da Capes com diversas bases de periódicos científicos é de extrema importância na composição do acervo das bibliotecas do SISTEMOTECA, não só no que se refere à avaliação do MEC, mas por trazer produções científicas atualizadas e auxiliar de modo rápido e acessível a todos que fazem uso de suas bases.

Dando continuidade apresentaremos os resultados com relação à informatização do acervo.

Gráfico 12 - Informatização do acervo

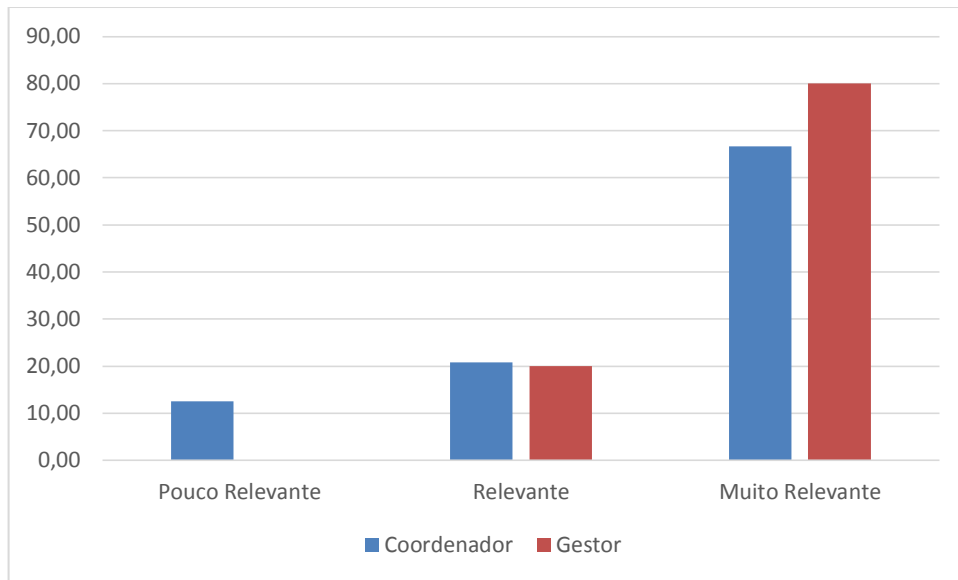


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Percebe-se de início que ambas as categorias elencam a informatização muito relevante para o desempenho das bibliotecas na avaliação dos cursos de graduação. Contudo são os gestores que tem essa dimensão em sua maior completez, por tanto 100%, enquanto os coordenadores de cursos ainda possuem algumas ressalvas em relação a esse quesito.

Em seguida apresentaremos as respostas com relação aos sistemas de consulta e de empréstimo.

Gráfico 13 - Sistema de consulta e de empréstimo

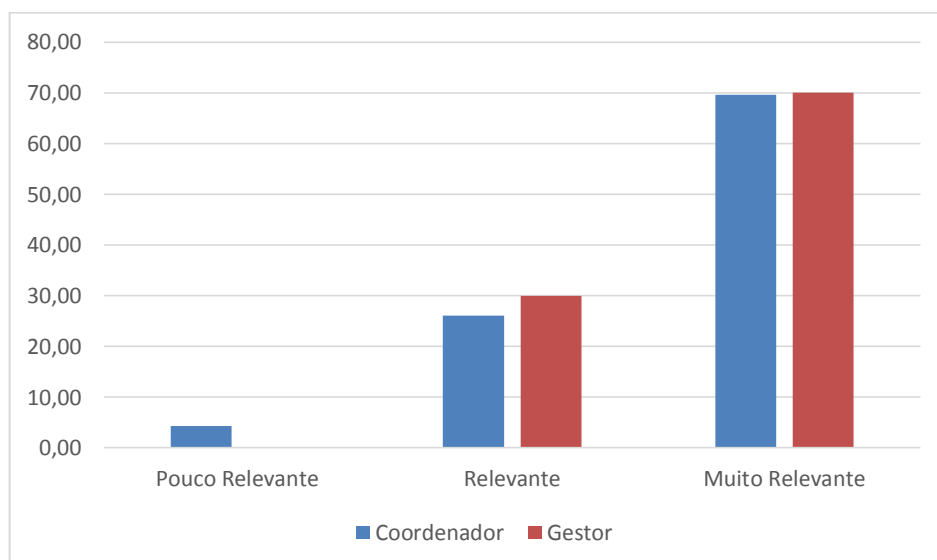


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Segundo os dados colhidos em nossa pesquisa, verifica-se que ambos os segmentos, coordenadores e gestores consideram o sistema de consulta e de empréstimo, muito relevante para avaliação dos cursos de graduação, no componente biblioteca, a uma similitude nas respostas. Apenas 12% dos coordenadores responderam ser pouco relevante.

A seguir mostraremos o Gráfico relacionado às formas de acesso online a biblioteca.

Gráfico 14 - Formas de acesso online a biblioteca

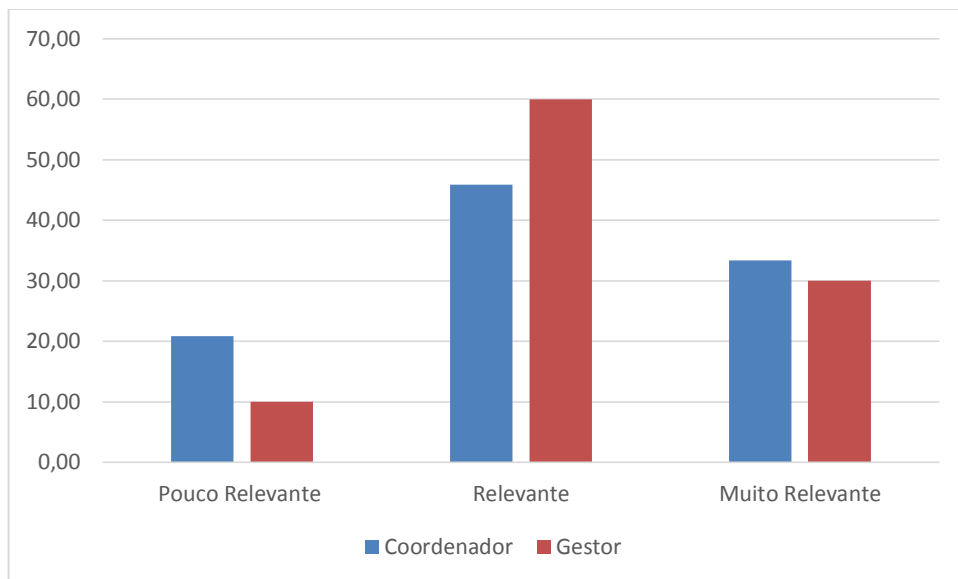


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Nesse quesito, a maioria dos coordenadores e gestores manifestou uma concordância acerca da relevância e, particularmente, da muito relevância do acesso online, apenas uma minoria dos coordenadores demonstrou uma posição diferente, um valor ínfimo de 4,35% com relação a essa questão, ou seja, a percepção de ambos é proporcional para essa questão de disponibilização do acesso online dos serviços e produtos ofertados pelo SISTEMOTECA.

Na sequência, apresentaremos os resultados a respeito da cooperação de serviços e informação especializada.

Gráfico 15 - Cooperação de serviços e informação especializada. (Ex: Programa de Comutação Bibliográfica)



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

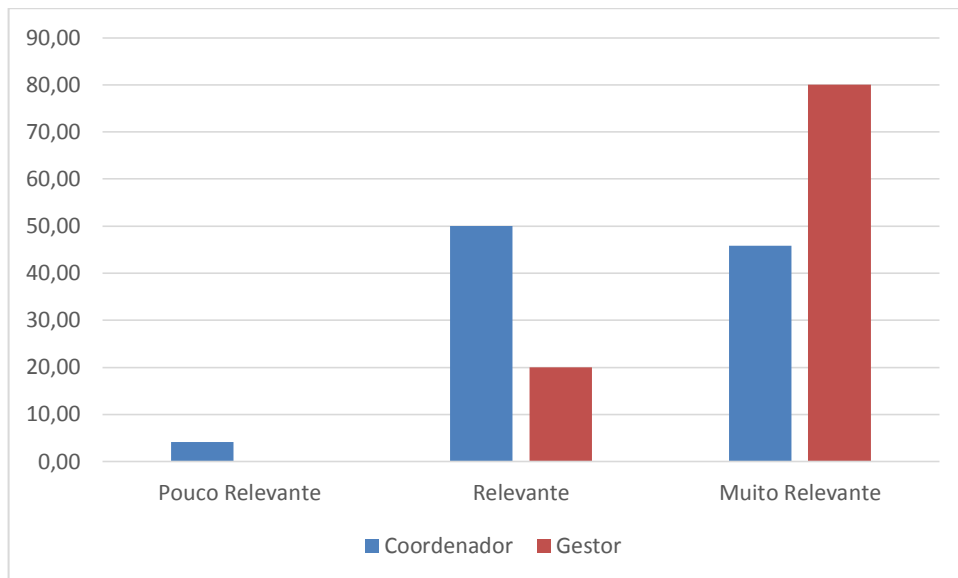
Nesse caso verifica-se também muita concordância nos dois grupos de pesquisa tanto nas respostas: relevante quanto na muito relevante.

Fazemos uma ressalva para a proporção da resposta pouco relevante com relação aos sujeitos da pesquisa. O percentual dos coordenadores nesta resposta é o dobro do percentual de gestores. Por ser um serviço muito utilizado por pesquisadores, este índice mesmo que inferior à maioria das respostas atribuídas a esta questão nos causou certa inquietude. É provável que isso ocorra pelo fato que do olhar dos coordenadores de cursos, esteja direcionado à graduação. Ademais este serviço, é utilizado com mais frequência por docentes e alunos de pós-graduação, ou quando utilizado por alunos de graduação, os mesmos em sua

maioria estão envolvidos em algum grupo de pesquisa, ou sob orientação de professores pesquisadores.

Mostraremos a seguir os dados sobre política de aquisição de materiais informacionais.

Gráfico 16 - Política de aquisição de materiais informacionais (desenvolvimento de coleções)



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Nessa questão, há certa divergência de opiniões. Enquanto os gestores de bibliotecas, majoritariamente, apontam que o desenvolvimento das coleções é muito relevante no que se refere à avaliação dos cursos de graduação, os coordenadores de curso, consideram apenas relevante.

Apontamos ainda que nenhum gestor de biblioteca, respondeu pouco relevante para essa questão. O que nos faz presumir que nesse quesito os gestores de bibliotecas demonstram ter uma visão mais direcionada aos processos que são percorridos até a obtenção dos resultados da avaliação, pois para desenvolver as coleções de uma biblioteca, é essencial que a mesma componha um acervo de qualidade, que atenda de forma eficaz, as demandas dos usuários que utilizam esse material informacional.

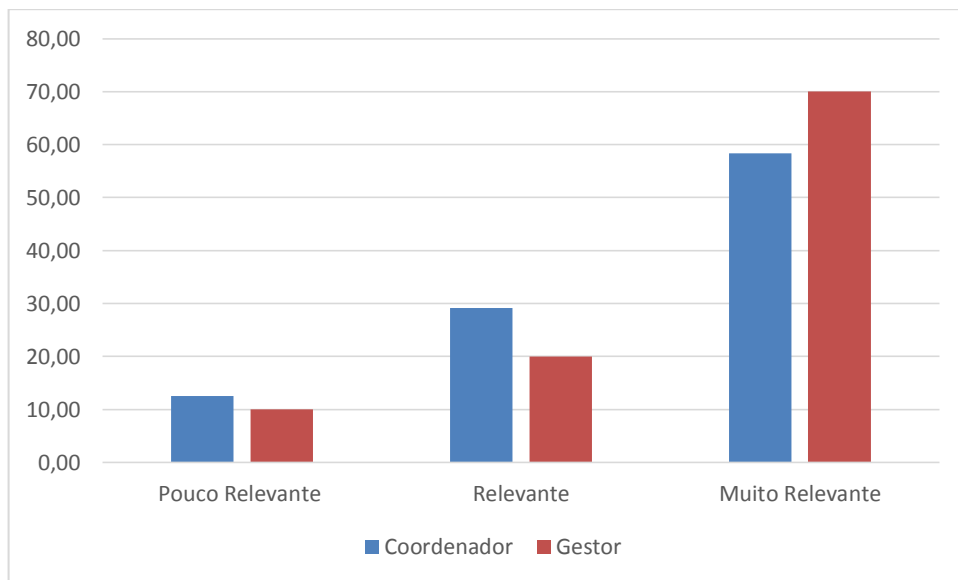
Prosseguindo com nossa análise, abordaremos a seguir, o subitem que trata das questões relacionadas aos serviços desenvolvidos e oferecidos pelas bibliotecas.

4.4.3 – Infraestrutura

Neste subitem, abordaremos os quesitos relacionados à parte de infraestrutura das bibliotecas, desde seu corpo técnico, até as questões, como: equipamentos, mobiliários, acessibilidade, e etc.

Dando sequência apresentaremos os resultados com relação ao corpo técnico da biblioteca.

Gráfico 17 - Corpo técnico da biblioteca

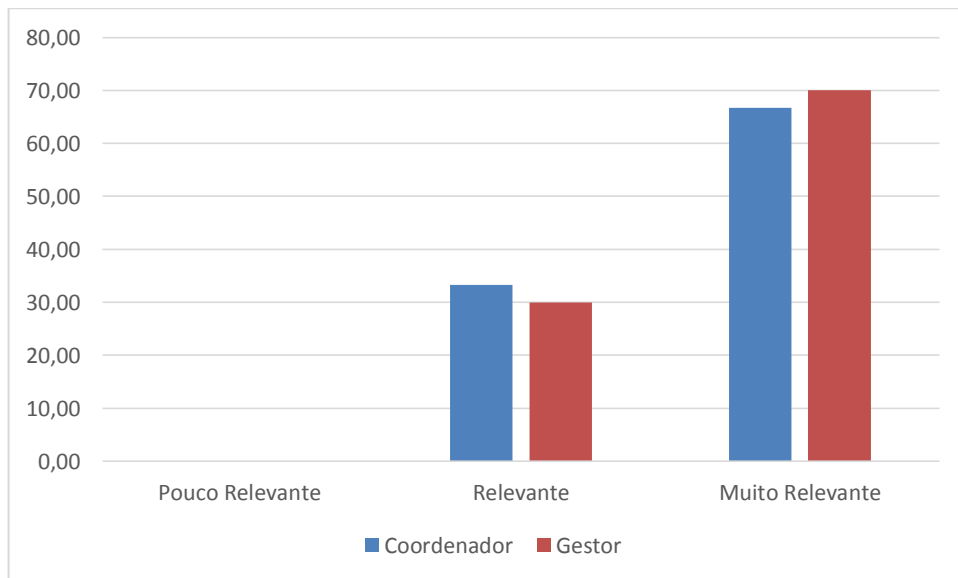


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Neste gráfico todos os sujeitos da pesquisa apresentam em sua maioria conformidade nas respostas, compreendendo a importância de possuir um corpo técnico com profissionais atuando dentro de seu campo de trabalho. Apenas três coordenadores e um gestor divergem dessa afirmativa optando por responder que o corpo técnico com relação à avaliação do MEC seria pouco relevante.

Continuando no próximo gráfico trataremos dos resultados com relação aos equipamentos da biblioteca.

Gráfico 18 - Equipamentos (Mobiliário, mesas e cabines de estudo, computadores de consulta do acervo, internet etc.)

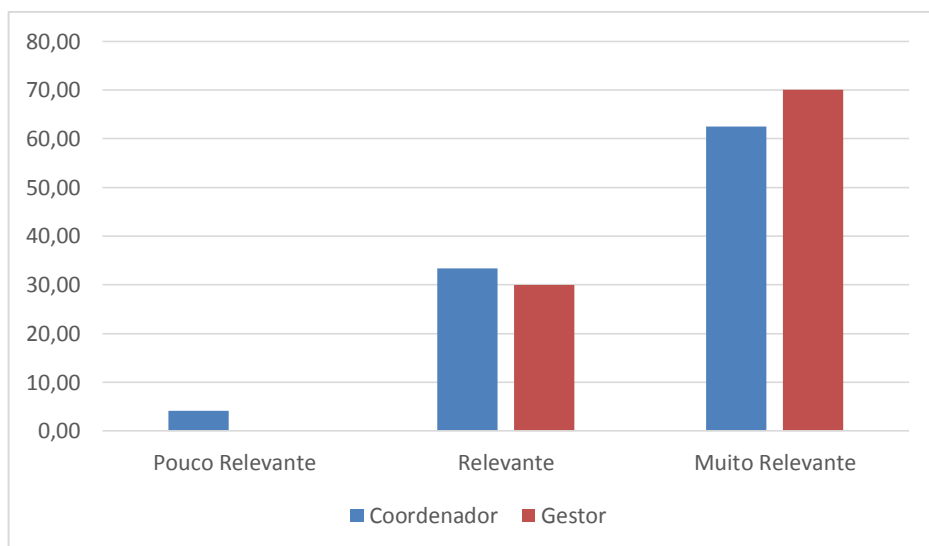


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Não há divergências de opiniões com relação a está questão por parte dos sujeitos da pesquisa, todos compreendem a relevância e a muito relevância deste quesito para a avaliação dos cursos de graduação. Nenhuma das categorias considera o referido item pouco relevante.

A seguir trataremos sobre o item horário de funcionamento das bibliotecas.

Gráfico 19 - Horário de funcionamento

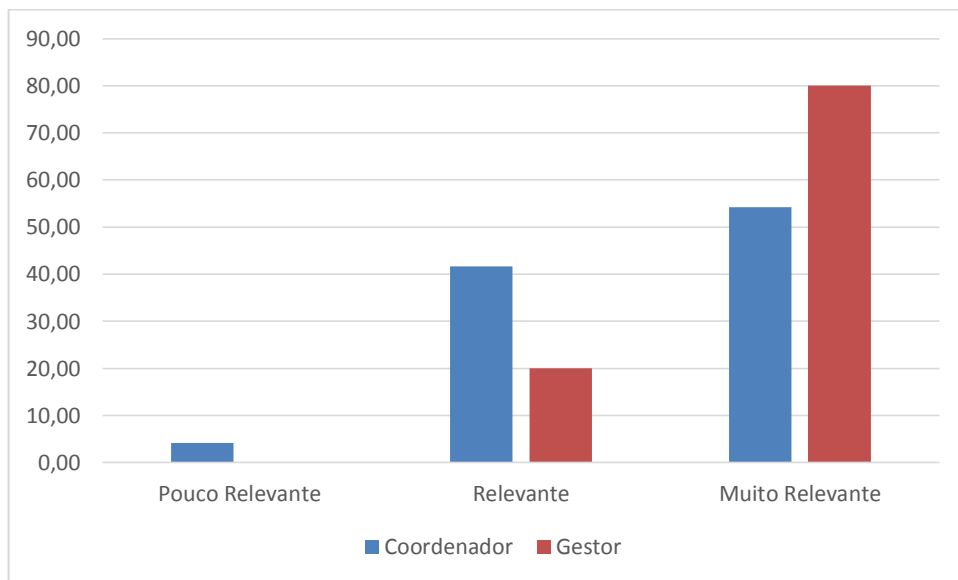


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Sobre o horário de funcionamento das bibliotecas, mais uma vez grande parte dos participantes responderam ser relevante e muito relevante, demonstrando um entendimento uniforme com relação a esse item, apenas um coordenador de curso respondeu ser pouco relevante.

Na sequência, abordaremos os resultados com relação a infraestrutura predial.

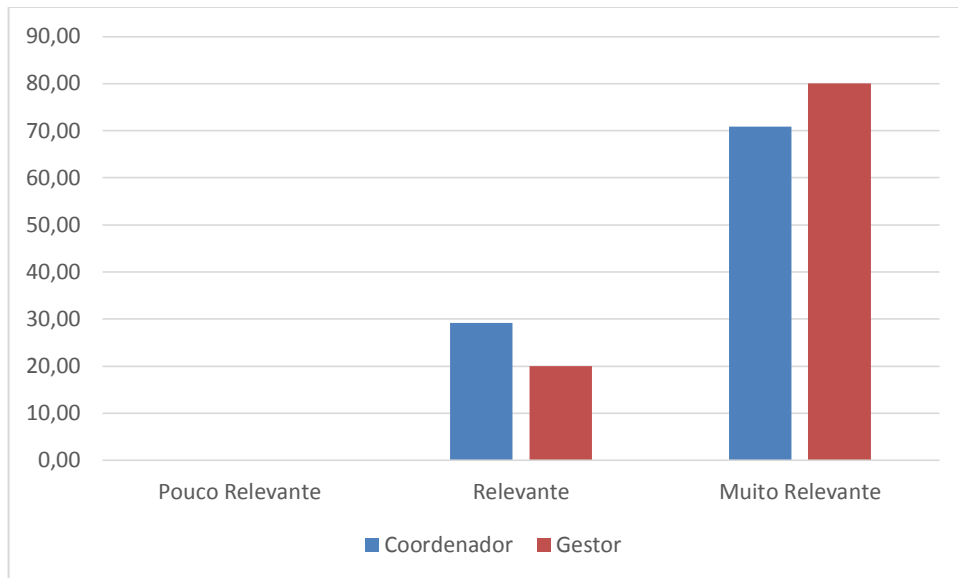
Gráfico 20 – Infraestrutura predial



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Inicialmente, verificou-se que tanto os coordenadores de cursos e gestores de bibliotecas, consideram a infraestrutura predial, muito relevante para o desempenho da biblioteca, e, portanto da avaliação, mas uma parcela significativa, sobre tudo, de coordenadores, considera apenas relevante. Somente um coordenador de curso respondeu ser pouco relevante.

Gráfico 21 – Acessibilidade



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Sobre a Acessibilidade, todos os participantes demonstraram uniformidade nas respostas, considerando esse item muito relevante, na avaliação do curso, no componente biblioteca. Apenas uma pequena parcela colocou ser relevante e nenhum dos respondentes achou esse item pouco relevante para avaliação dos cursos de graduação.

Dialogando com os itens que trouxemos nos gráficos relacionados às questões de infraestrutura como: mobiliário, acessibilidade, ambiente climatizados, uso de tecnologias (internet, base de dados, etc), no qual temos conhecimento, que não são citados de forma direta na avaliação dos cursos de graduação, mas que são avaliados na autoavaliação institucional dentro de infraestrutura, e as bibliotecas, assim como os laboratórios fazem parte deste contexto. Confrontamos as respostas com os resultados da autoavaliação relacionados à Dimensão 7 (infraestrutura). As informações trazidas pelos avaliadores do MEC, tendo como base as respostas da comunidade acadêmica: discente, docentes e técnicos, apontadas nos Quadros 5 e 6 em nossa fundamentação teórica, retrata como as bibliotecas setoriais e biblioteca central foram avaliadas com relação a toda sua parte de infraestrutura desde mobiliário, acústica, climatização, acessibilidade, entre outros. Foram quase, unânimes as deficiências apontadas tanto nas bibliotecas setoriais, quanto na central quanto a estes aspectos.

O relatório de autoavaliação aponta que a maioria dos espaços não possui conforto, nem condições de iluminação, térmicas, de mobiliário e equipamentos, tendo sido estas apontadas como insuficientes. As condições de acústica e o acesso à rede de comunicação foram considerados regulares ou péssimos. Com exceção da Biblioteca Setorial do CTDR onde a avaliação foi praticamente toda favorável com relação à Infraestrutura dentro da autoavaliação.

A percepção dos coordenadores e gestores com relação à infraestrutura é bem congruente, quando analisamos com relação aos pontos negativos apontados pelos avaliadores do MEC, no relatório de autoavaliação institucional. Observaremos que, de uma forma implícita, corroboram sim, com os resultados apresentados pelos coordenadores de cursos e gestores de bibliotecas, porque provavelmente grande parte da comunidade acadêmica envolvida na autoavaliação institucional, acredita que os itens julgados, estão aquém do que deveria ter como esperado e ou desejável, e desta forma avaliam o item apontando as falhas e pontos negativos, objetivando demonstrar o grau de insatisfação da comunidade acadêmica como forma de que estes resultados viabilizem a melhoria dos referidos itens avaliados.

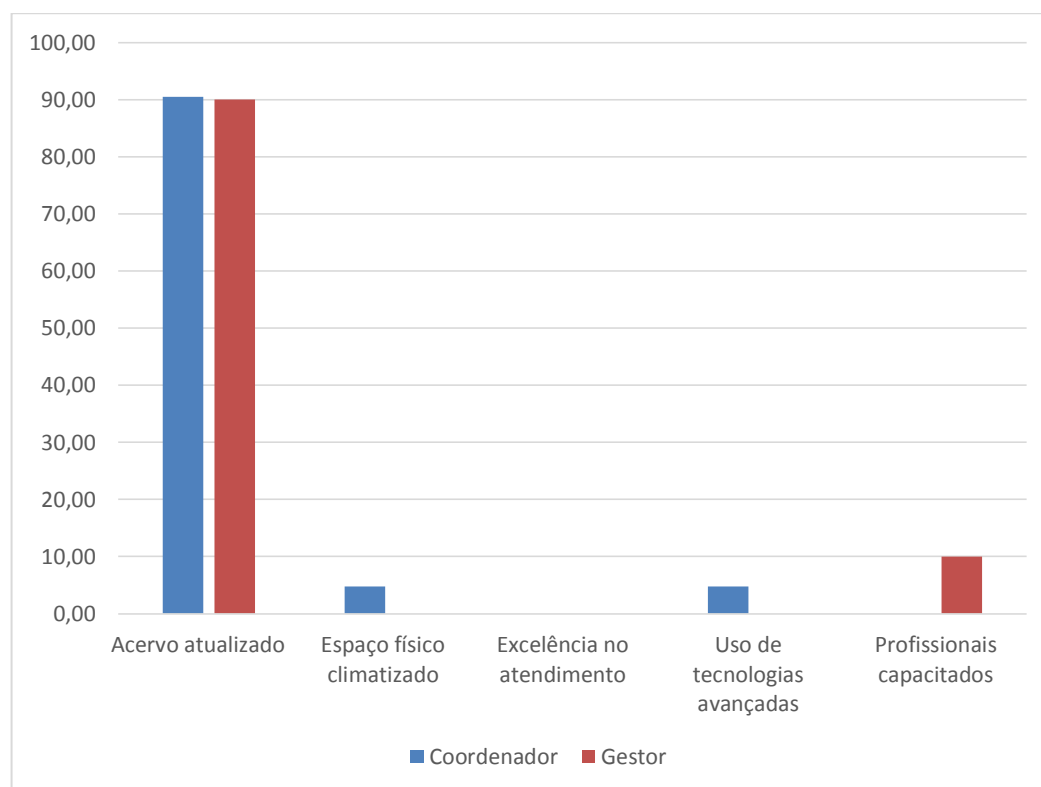
A seguir, apresentaremos o subitem concernente à percepção dos sujeitos da pesquisa.

4.4.4 – Percepção dos Sujeitos da Pesquisa

Neste subitem, abordaremos as percepções dos coordenadores de cursos e gestores de bibliotecas, com relação a questionamentos, sobre: a importância da biblioteca no desempenho dos cursos, conhecimento de políticas, e contribuição dos resultados da avaliação.

Dando prosseguimento, trataremos no próximo gráfico sobre a importância da biblioteca no desempenho dos cursos de graduação.

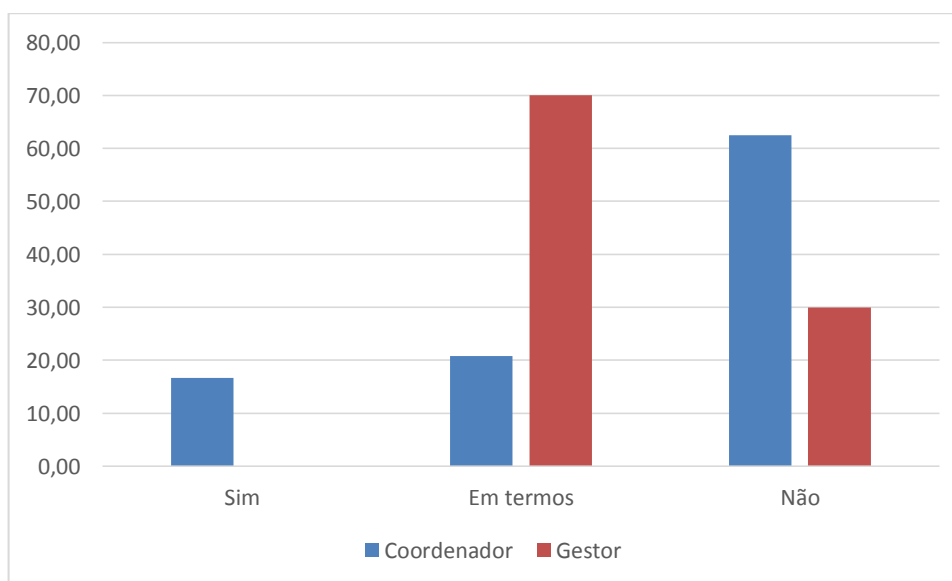
Gráfico 22 - Relevância da biblioteca no desempenho dos cursos presenciais oferecidos pela UFPB



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Essa questão poderia ser de múltipla escolha, optou-se por fazê-la apenas, com escolha única, para aferirmos o grau de importância, que coordenadores e gestores dão em determinados aspectos da biblioteca na avaliação, ou seja, se fosse de múltipla escolha, provavelmente, todas as opções seriam indicadas. Nessas circunstâncias concretas, chamamos atenção que a grande maioria, tanto os coordenadores, quanto os gestores, avaliaram que é o acervo atualizado, o principal item de importância da biblioteca. Muito provavelmente, porque se entende a biblioteca, como lugar que dispõem de livros, periódicos, documentos, mapas e outros materiais informacionais, que são fontes de conhecimento científico, e dá suporte a toda comunidade acadêmica no processo de ensino-aprendizado.

Gráfico 23 – Conhecimento sobre política, programa, projeto, plano e/ou atividades desenvolvidas pela instituição visando atender o Sistema de Bibliotecas da UFPB



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Identificamos que há certa divergência de opiniões. A maioria dos coordenadores afirma desconhecer de políticas, programas, projetos que contemplem o Sistema de bibliotecas da UFPB ou conhecer apenas em termos, e uma pequena parte diz conhecer algum tipo de ação, plano, etc. Agora os gestores de bibliotecas, predominantemente, afirmam conhecer em termo ou desconhecer de políticas, programas, projetos dentro da Instituição, que contemplem SISTEMOTECA. Muito provavelmente os gestores de biblioteca conheçam ações mesmo que pontuais, no âmbito do ambiente organizacional do Sistema de Bibliotecas, e visualizar algumas intervenções desenvolvidas pelo próprio SISTEMOTECA, e dessa forma sentirem-se contemplados “em termos”.

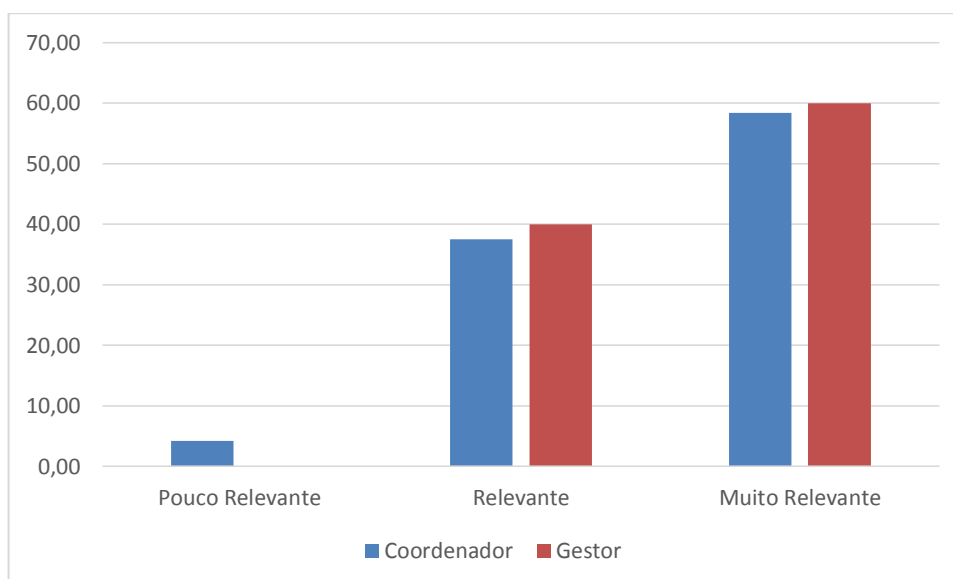
Observou-se pelas respostas que de uma forma geral, ambos apontam uma deficiência no que refere ao conhecimento de ações de planejamento envolvendo o Sistema de Bibliotecas dentro da UFPB.

Conforme mencionamos no Capítulo 3, no item 3.3, no qual abordamos o Sistema de Bibliotecas da UFPB, e quando pesquisado o PDI da instituição 2007 – 2018, em vigência atualmente, as ações para o Sistema de Bibliotecas são quase inexistentes, se detendo apenas, as informações a respeito da projeção do quantitativo de livros a serem adquiridos por Centro de Ensino, e às ações envolvendo Pinacoteca.

Voltando aos resultados de nossa análise, talvez o desconhecimento da maioria deva-se ao fato de que, organizacionalmente, a pouca visibilidade no que compete a documentos oficiais envolvendo o SISTEMOTECA, o que diverge da literatura científica que, segundo (MACIEL; MENDONÇA, 2006) para que a biblioteca universitária se desenvolva de forma eficaz e eficiente, faz-se necessário implementação de políticas, planejamento e ações para atingir as metas desejadas.

Prosseguindo com nossa análise, apontaremos os resultados com relação à relevância dos resultados dos Sinaes, no que compete a biblioteca para a avaliação do curso de graduação.

Gráfico 24 – Relevância dos resultados apresentados no Sinaes, referente ao componente biblioteca para o curso

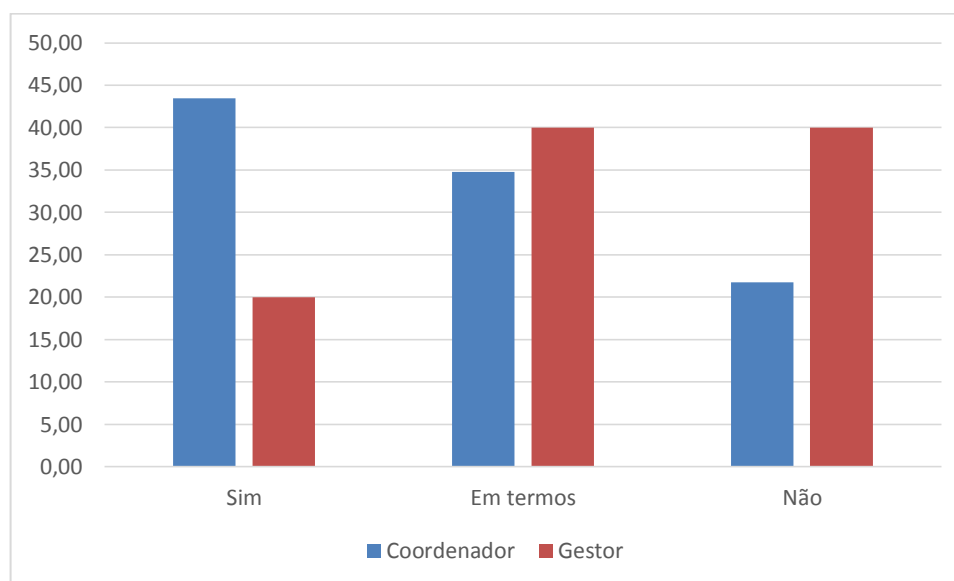


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

As duas categorias consideram que os resultados dos Sinaes no que compete ao item biblioteca são importantes para avaliação dos cursos de graduação existentes na UFPB, ou seja, entendem da relevância e repercussão que esse item avaliado pode trazer para avaliação geral dos cursos durante o processo de avaliação do MEC. Apenas um coordenador do curso acha os resultados obtidos no componente biblioteca pouco relevante para a avaliação do seu curso.

A seguir, apresentaremos a percepção dos sujeitos da pesquisa com relação à contribuição dos resultados do Sinaes, no que se refere à biblioteca, para auxiliar na tomadas de decisão, por parte da Gestão Superior da UFPB.

Gráfico 25 - Contribuição dos resultados da avaliação do Sinaes relacionados ao componente Biblioteca, na tomada de decisão, no âmbito da administração superior da UFPB



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Observa-se no resultado da pesquisa, Gráfico 25, que há entendimento com direcionamentos extremos entre os coordenadores de curso e os gestores de bibliotecas, pois, enquanto os primeiros declaram positivamente percepção de contribuição dos resultados da avaliação do Sinaes, os gestores de bibliotecas declaram negativamente. Bem Vejamos: os coordenadores de curso em sua maioria 43,48% afirmam que os resultados da avaliação contribuem para as tomadas de decisão, já 40% dos gestores de bibliotecas responderam que não, e outros 40% responderam que em termos.

O que nos chama atenção no resultado deste gráfico é que em uma das questões anterior, no Gráfico 23, foi perguntado aos coordenadores de curso se eles tinham algum conhecimento com relação a políticas, programas ou algum tipo de ação que envolvesse o sistema de bibliotecas, e grande parte destes afirmaram desconhecer ou conhecer apenas em termos, porém em seguida no resultado do gráfico 25, sobre a utilização destes resultados para embasar as tomadas de decisão pela Gestão Superior eles respondem em sua maioria que sim. Ocorrendo aparente conflito no entendimento registrado, pois se os coordenadores acreditam que os resultados são utilizados como mecanismos para auxiliar nas tomadas de

decisão, entende-se que sejam conhecedores de tais ações, resultantes de políticas ou programas que envolvessem o sistema de bibliotecas.

Verifica-se que os resultados obtidos nos Gráfico 23 e 25, referente aos gestores de bibliotecas apresentam maior conexão entre as duas respostas, pois ao mesmo tempo em que eles disseram desconhecer ou, em sua maioria conhecer em termos, políticas, programas, ações, entre outros, voltadas para bibliotecas, proporcionalmente, afirmam que os resultados não são utilizados para contribuir ou utilizam-se da resposta “em termos”, subentendendo que a contribuição é insuficiente ou insatisfatória para tomadas de decisão referente ao Sistema de Bibliotecas da UFPB.

Conforme identificamos anteriormente, a ausência de políticas, programas, ações, etc, ou o desconhecimento destas, repercute nas dimensões que são objetos da avaliação do Sinaes, que, segundo Nunes (2006), relacionam-se entre si, gerando ligações, entre os indivíduos, ideologias, situações e vivências difundidas dentro da instituição, por conseguinte, torna imperceptível a identificação da relação entre ambos: políticas, programas, etc, e resultados do Sinaes para retroalimentar essas ações.

Com base no que o estudo nos apresentou, foi percebido que a maioria dos coordenadores dos cursos de graduação e os gestores de bibliotecas comungam das mesmas percepções e entendem a importância e relevância do sistema de bibliotecas para avaliação dos cursos de graduação da UFPB.

Outro ponto que podemos destacar é com relação às percepções distintas por parte dos coordenadores e gestores em algumas questões como as que tratamos sobre o conhecimento de alguma política ou programas que envolvesse o sistema de bibliotecas, ou ainda sobre a questão dos resultados da avaliação auxiliar a Gestão superior no processo de tomada de decisão.

Deduzimos, de forma empírica, que os coordenadores de cursos estão mais focados nos resultados, e na repercussão final da avaliação dos seus cursos. Uma das maiores preocupações de um coordenador de curso com relação à avaliação do MEC é obter conceitos de excelência para os seus cursos, o que é muito coerente e não deixa de corresponder com um dos objetivos pretendido por todos que estão envolvidos nesse processo avaliativo, mas não é algo que ocorre de forma isolada, e no tocante a essa questão os gestores de biblioteca conseguem ter uma visão muito

mais sistêmica do processo de avaliação como um todo, e no papel que compete à biblioteca neste íterim, a um olhar mais amplo por todo processo que deve ser percorrido até a obtenção do resultado final, pois não há resultados positivos se não houver todo um planejamento e execução coeso e focado na realização das metas previstas e estabelecidas pela instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro momento a pesquisa constitui-se em formar seu alicerce nas questões envolvendo Estado, reforma do Estado, Educação Superior, Avaliação do Ensino Superior, para então adentrar no cerne de nosso estudo que foi bibliotecas universitárias, mas especificamente o Sistema de Bibliotecas da UFPB, onde discutimos a percepção dos coordenadores de cursos e os gestores de bibliotecas com relação aos resultados da avaliação do Sinaes no componente biblioteca para os cursos de graduação da UFPB, tendo como marco temporal os cursos criados no Reuni. O ato de avaliar na expectativa de poder melhorar as atividades que são desenvolvidas não só pelo Sistema de Bibliotecas da UFPB, mas por todos os que fazem parte do corpo técnicos da instituição.

Para isso aplicamos questionários com os dois sujeitos da pesquisa citados acima e nos balizamos também em documentos institucionais, como o PDI, relatórios da CPA, além de utilizarmos de teóricos que são referências nos conceitos que utilizamos em nossa pesquisa.

Acreditamos que alcançamos o objetivo proposto, que foi entender as percepções dos coordenadores e gestores que estão diretamente ligados no processo de avaliação do curso no que se refere ao componente biblioteca. A partir do questionário aplicado com os coordenadores de curso e gestores de bibliotecas, foi possível analisar a percepção das categorias acerca do processo de avaliação. Também foram abordados pontos muito importantes, quando se fala em avaliação das bibliotecas, e que esses pontos podem ser trabalhados institucionalmente para uma melhor avaliação das mesmas visando a atender melhor o que é solicitado no instrumento de avaliação do MEC. O estudo permitiu também observar, de perto e detalhadamente, todos os aspectos do processo avaliativo, no contexto da biblioteca e como isso pode se estender para a Universidade como um todo. Espera-se mostrar, com os resultados desta pesquisa, que os critérios de avaliação do MEC devem servir não apenas para identificar problemas, mas para ir além, possibilitando que os gestores das IES e os profissionais envolvidos neste processo de avaliação, possam elaborar estratégias visando dispor de serviços e produtos de excelente qualidade, e que atenda efetivamente aos projetos pedagógicos e às necessidades informacionais de toda a comunidade acadêmica.

Observamos também alguns pontos de vista distintos sobre um mesmo objeto, mas que podem ser trabalhados, a fim de buscar um denominador comum em prol da comunidade acadêmica. Tendo em vista que a avaliação nada mais é que um suporte utilizado para mensurar a qualidade dos serviços oferecidos, a fim de minimizar os pontos fracos e fortalecer e melhorar ainda mais os que estão coesos com as metas planejadas.

Constatamos que coordenadores e Gestores, percebem claramente a importância do papel da biblioteca para avaliação dos cursos de graduação e dos itens que são avaliados, mas há divergência em alguns pontos quando relacionados a utilização desses resultados da avaliação pela Gestão Superior da UFPB. Os resultados também apontam para o desconhecimento por parte dos respondentes, de políticas direcionadas para o desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas da UFPB, certamente em decorrência da ausência de ações efetivas que evidenciem o SISTEMOTECA junto à comunidade acadêmica. Este fator pode ser enxergado sob alguns pontos de vista, um deles seria justamente a necessidade de direcionamento de um olhar mais amplo e efetivo sobre o Sistema de Bibliotecas, por meio do planejamento e execução de ações que promovam o seu crescimento, não somente no que concerne à aquisição de livros, mas ações que atinjam o sistema como um todo, como melhoria nas instalações prediais, nas tecnologias utilizadas para o funcionamento pleno do Sistema, desenvolvimento de recursos humanos, dentre outros fatores que viabilizam o objetivo principal da biblioteca, que é de subsidiar o desenvolvimento dos cursos de graduação e pós-graduação da instituição.

Por outro viés, há também a necessidade do próprio Sistema de Bibliotecas fazer-se conhecido, buscando firmar sua representatividade junto a reuniões de planejamento e tomadas de decisão nos Centros de Ensino, e na instituição como um todo. Também que desenvolva ações junto à comunidade acadêmica que fortaleçam sua imagem, disponibilizando serviços de qualidade, com responsabilidade e compromisso, viabilizando assim a sua credibilidade.

Observamos como é importante a realização de um planejamento que envolva todo o Sistema de Bibliotecas com relação ao seu papel diante da avaliação do Sinaes, e é imprescindível a participação efetiva das bibliotecas setoriais, das coordenações de cursos e das direções de centro. É imprescindível o engajamento dos gestores de bibliotecas setoriais, bem como da direção do Sistema de

Bibliotecas nas tomadas de decisão e na formulação do planejamento estratégico, sua participação efetiva em reuniões de Centros e demais locais onde o SISTEMOTECA tenha atuação. Desenvolver plano de trabalho por meio do estabelecimento de metas, processos, atribuições de cada servidor em seu respectivo setor de trabalho são formas de planejamento que refletem diretamente nos resultados da instituição. É recomendável que o Sistema de Biblioteca firme parceria (gestão compartilhada) com os docentes visando a obtenção da excelência (conceito 5) nos indicadores 3.6 (bibliografia básica), 3.7 (bibliografia complementar e 3.8 (periódicos especializados). Outra recomendação é que sejam realizadas reuniões periódicas nas unidades acadêmicas, no intuito de firmar, onde houver, ou fortalecer a parceria entre os atores do processo de avaliação.

A pesquisa apresentou a existência de pontos fortes e outros que precisam ser trabalhados a fim de melhorar e atingir as metas almejadas por todos. Um dos pontos fortes detectado foi à disponibilização do Portal de Periódicos da CAPES para toda comunidade acadêmica. Outro aspecto favorável foi relacionado à conscientização por parte da maioria dos sujeitos da pesquisa com relação à importância dos itens que são avaliados pelo Sinaes com relação ao componente Biblioteca, bem como a postura dos mesmos quando se trata da usabilidade dos recursos oferecidos pelo Sistema de bibliotecas da UFPB.

No decorrer de nossa pesquisa além das dificuldades encontradas com relação à aplicação do questionário já mencionados neste trabalho, uma outra dificuldade foi com relação a forma de disponibilização dos dados dos relatórios de avaliação na CPA, uma vez que nem todos os relatórios estão disponíveis na página e alguns que são apresentados faltando dados. Com relação aos relatórios propriamente ditos a também uma subjetividade por parte dos avaliadores na exposição dos itens avaliados, o que demanda um tempo maior para ler e interpretar os relatórios tendo em vista que não há uma padronização. Uma sugestão seria a indexação dessas informações, e a criação de um catálogo, onde as informações pudessem ser recuperadas, por assunto, título, cursos avaliados etc. Assim o processo ficaria mais compreensível e a recuperação da informação ficaria mais célere.

Como este trabalho não é um fim em si mesmo, e não tem a intenção de dar a palavra final em nenhum dos assuntos abordados, sugere-se ainda que o estudo

aqui proposto seja ampliado. Ou seja, que uma nova pesquisa seja realizada também nos demais cursos de graduação da UFPB, com outros sujeitos pertencentes à instituição, que também estejam envolvidos no processo de avaliação dos cursos de graduação; e em outras universidades públicas da região com a finalidade de verificar as práticas e estratégias adotadas por elas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação:** para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. Cortez, São Paulo, 2009.

AFONSO, Almerindo Janela. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 53, p. 271, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n53/02.pdf>>.

ALMEIDA, M. C. B. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação.** Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2000.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. **Apostila de sala de aula oferecida na Disciplina de Introdução a Biblioteconomia pelo departamento de Biblioteconomia e Documentação CSSA** ano 2001. Turma 2001.1.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **A política das políticas públicas:** um progresso econômico e social na América Latina: relatório 2006. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. SINAES contraditórios: considerações sobre a elaboração implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n.96 especial, p. 955-977, out. 2006.

_____; _____. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES E PAIUB. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 131-152, mar. 2008.

_____; _____. Percurso da avaliação da educação superior nos Governos Lula. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 61-76, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n1/05.pdf>> Acesso em: 8 jul. 2017.

BERNHARDT, Cristiane Otilia Colossi. **Implicações do sistema nacional de avaliação da educação superior (sinaes) na qualidade dos cursos de graduação de uma instituição privada.** 2015. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Mato Grosso, Cáceres – MT, 2015.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Coleção Pensamento Crítico, v. 69.

BRASIL. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841> 28>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação dos Cursos de Graduação**. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao>>. Acesso em: 5 jul 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SINAES — Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação. 2. ed. Brasília: INEP, 2004.

_____. Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação. 5. ed. rev. amp. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Senado Federal, 1996.

_____. Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=121>>. Acesso em: 29 maio 2017.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 10.861**, de 14 de Abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>. Acesso em: 5 jun. 2017

_____. Ministério da Educação. **Qualidade da educação superior**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4316-livretoqualidadeducacao&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 3 abr. 2017.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – DAES – **SINAES. Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/instrumentos/manuais>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Seminário Reuni, 8**, 27 a 29 de janeiro de 2010: Universidades Federais: Consolidação e Expansão – 2011 – 2020: Subsídios para o Plano Nacional de Educação. 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841/219-noticias/2047343203/14950-8o-seminario-reuni-27-a-29-de-janeiro-de-2010-universidades-federais-consolidacao-e-expansao-2011-2020-subsidios-para-o-plano-nacional-de-educacao>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Avaliação participativa: uma escolha metodológica. In: RICO, E. M. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2007.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

NUNES, Lima C. **As dimensões da auto-avaliação institucional: tecendo redes de redes**. Revista Ensaio, Rio de Janeiro, v.14, n.52, jul. set. 2006.

NUNES Martha Suzana Cabral; CARVALHO Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.21, n.1, p.173-193, jan./mar 2016.

_____. **Portaria nº 2.051**, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação Superior – SINAES. Brasília, DF, 12 jul. 2004. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf> Acesso em: 20 jul. 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. Reforma do Estado. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.15-19.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A política pública de expansão para educação superior entre 1995 e 2010: uma abordagem neoinstitucionalista histórica. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.10, n.60, jan-mar. 2015.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHARLES, Christophe e VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.1996.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701, out. 2004. (Número Especial).

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil, In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2007, p.151 – 204.
DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v.15, n.1, p. 195-224, mar. 2010.

_____. Avaliação institucional: integração e ação integradora. **Revista da Avaliação da Educação Superior**. Sorocaba, v. 2, n. 2, p.19-29, 1997.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **RBP AE**, v. 27, n. 1, p. 53-65, jan./abr. 2011

FACHIN, Odília. **Fundamentos da metodologia**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro. UFRJ/COMPED/INEP, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/pinacoteca>>. Acesso em: 04 out. 2017.

FIORI, José Luís. **Estado do bem-estar social: padrões e crises**. 2013. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fioribemestarsocial.pdf>>. Acesso em: 2 de jun. 2017.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

GELFAND, M. A. **University libraries for developing countries**. Paris: UNESCO, 1968.

GENTILI, Plabo. **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 12. ed. Rio de Janeiro: 2011.

GUERRA, Maria Áurea Montenegro Albuquerque. **A mediação do Sinaes no processo de avaliação das bibliotecas universitárias em Fortaleza**. 116f, 2012. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas)– Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2012.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov. 2001.

HOLCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

MANCEBO, Deise; LÉDA, Denise Bessa. A privatização da educação superior no Brasil: impasses e desafios das políticas educacionais no Estado neoliberal. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís, 2009. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/a-privatizacao-da-educacao-superior-no-brasil-impasses-e-desafios-das-politicas-educacionais-n.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Wilson. **A Palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da Biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002. 519p.

MORAES, R. B. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 22, out. 1988.

OLIVEIRA, J.F., LIBÂNEO, J.C. **A Educação Escolar**: sociedade contemporânea. In: Revista Fragmentos de Cultura, v. 8, n.3, p.597-612, Goiânia: IFITEG, 1998.

OLIVEIRA, K. R. B. **A consciência de Sísifo**: trajetórias da avaliação institucional na UFC. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza-CE, 2007.

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica. **Revista Urutagua-UEM**. Maringá, n.24, 132-146, maio/jun/jul/ago. 2011. Disponível em: <eduem.uem.br/ojs/index.php/urutagua/article/viewfile/10698/7171>. Acesso em: 20 nov. 2017.

PRESTES, Emília Maria da Trindade; JEZINE, Edineide; SCOCUGLIA, Afonso Celso. Democratização do ensino superior brasileiro: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Revista lusófona de educação**. [s.l.], 199-218, v.21, n. 21, 2012.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A coisa pública. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Articles/1995/761.A_Coisa_Publica.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (Org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Democracia, estado social e reformar gerencial. Rev. adm. empres.vol.50 n.1 São Paulo Jan./Mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902010000100009>. Acesso em: 20 jun. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá. Avaliação de Políticas Sociais. In: RICO, E.M. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais**: uma questão de debate. 5. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2007.

REZENDE, F. C. **Porque falham as reformas administrativas?** Rio de Janeiro, FGV, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Josiel Machado. O Processo Evolutivo das Bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.8, n.2, p. 175-189, jul./dez. 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análises e casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Ângela Maria Moreira. A construção das bibliotecas universitárias no Brasil. **RevIU. Revista Informação & Universidade**, v. 2, n.1, p. 3-23, 2010. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf/article/viewArticle/159>>. Acesso em: 26 out. 2017.

SILVA, Gustavo Javier Castro da; SILVA, Cléa de Lima e. Avaliação do ensino superior no Brasil: o SINAES sob holofotes!. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, [S.l.], [S.v.], n.7, 2012, p. 97-119. ISSN 2178-2008.

,SILVA, I G . A reforma do Estado Brasileiro nos anos 90: processos e contradições. **Lutas Sociais** (PUCSP), São Paulo, v. 7, p. 81-94, 2001. Disponível em:
<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v7_ilse_gomes.pdf>. Acesso em: 5 jul 2017.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI , V. **Novas faces da educação superior no Brasil**: reformas do Estado e mudanças na produção. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUSA JUNIOR, Luiz. **A expansão da universidade pública: uma experiência de democratização**. 2011. Disponível em
<<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0310.pdf>>do ensino superior. > Acesso em 22 dez 2017.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Working paper**, 2002. Disponível em:
http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf. Acesso em: 10 jun de 2017.

TENÓRIO Robinson Moreira; ANDRADE Maria Antonia Brandão de. A avaliação da educação superior no Brasil: desafios e perspectivas. In: LORDÊLO, José Albertino Carvalho, DAZZANI, Maria Virgínia (Org.). **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/wd/pdf/lordelo-9788523209315.pdf#page=32>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

TOLEDO, Enrique de La Garza. Neoliberalismo e Estado. In. LAURELL, Asa Cristina (org.), **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997.

UNESCO. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para próxima década - 2011-2020**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf>>. Acesso em: 5 de jul. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Biblioteca Central. **Histórico**. João Pessoa, 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufpb.br/>>. Acesso 20 nov 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional, 2014-2018**. João Pessoa, 2014. 131p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Regulamento do Sistema de Bibliotecas da UFPB**, anexo da Resolução 31/2009, do Conselho Universitário. João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufpb.br/biblioteca/contents/documentos/reg_res.pdf>. Acesso em: 30 out 2017.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; MACIEL, Carina Elizabeth. Acesso e permanência na educação superior: análise da legislação e indicadores educacionais. Natal, **Revista Educação em questão**, v.51, n.37, p.224-250, jan./abr. 2015.

VIEIRA, Regina Beatriz Bevilacqua. **Educação Superior no contexto nacional: políticas, tensões e desafios**. [200-]. Disponível em: <https://cavi.prodirh.ufg.br/up/65/o/politicas_ppgfe.pdf>.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política (s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **RBPAE** – v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

YANNOULAS, Sílvia Cristina; SOUZA, Camila Rosa Fernandes de; ASSIS, Samuel Gabriel. Políticas educacionais e o estado avaliador: uma relação conflitante. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 15, n. 2, p. 55-67, jul./dez. 2009.

VIEIRA, Ronaldo da Mota. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

APÊNDICE A**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA****Coordenadores dos Cursos de Graduação**

Idade:

Sexo:

Titulação:

Tempo de exercício na coordenação:

1- O Centro, ao qual seu curso pertence, possui biblioteca setorial?

Sim Não

2- Qual o grau de relevância da biblioteca setorial / central para a avaliação de desempenho do curso que você coordena?

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

3- A biblioteca setorial / central atende as necessidades do seu curso?

Sim Em termos Não

4- Sobre o componente “Biblioteca”, na avaliação do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), como você compreende o grau de relevância dos itens abaixo para avaliação do seu curso?

a) Bibliografia básica do curso avaliado:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

b) Bibliografia complementar do curso avaliado:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

c) Presença de periódicos nacionais e/ou estrangeiros:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

d) Informatização do acervo:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

e) Sistemas de consulta e de empréstimo:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

f) Formas de acesso online a biblioteca:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

g) Cooperação de serviços e informação especializada. (Ex: Programa de Comutação Bibliográfica):

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

h) Política de aquisição de materiais informacionais (desenvolvimento de coleções):

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

i) Corpo técnico da biblioteca:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

j) Equipamentos (Mobiliário, mesas e cabines de estudo, computadores de consulta do acervo, internet etc.):

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

k) Horário de funcionamento:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

l) Infraestrutura:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

m) Acessibilidade:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

5- Em sua opinião, qual das alternativas abaixo você considera indispensável para a biblioteca demonstrar sua relevância no desempenho dos cursos presenciais oferecidos pela UFPB? (Marque apenas uma das alternativas).

- Acervo atualizado
 - Espaço físico climatizado
 - Excelência no atendimento
 - Uso de tecnologias avançadas
 - Profissionais capacitados
-

6- Você conhece alguma política, programa, projeto, plano e/ou atividades em geral, que sejam desenvolvidas pela instituição que contemplem ao Sistema de Bibliotecas da UFPB?

- Sim Em Termo Não
-

7- Em sua opinião, os resultados apresentados no Sinaes referentes ao componente biblioteca são relevantes para avaliação do seu curso?

- Pouco Relevante Relevante Muito Relevante
-

8- Em sua opinião, no âmbito da Administração Superior da UFPB os resultados da avaliação do Sinaes, relacionados ao componente biblioteca, são utilizados como contribuição no processo de tomadas de decisão, com relação a biblioteca setorial, do seu curso?

- Sim Em Termos Não

APÊNDICE B**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA****Gestores de Bibliotecas Setoriais****Idade:****Sexo:****Titulação:****Tempo de exercício na função:**
_____**1- Qual o grau de relevância que a biblioteca universitária tem no desempenho dos cursos oferecidos pela instituição?**

() Pouco Relevante () Relevante () Muito Relevante

_____**2- A biblioteca que você trabalha atende às necessidades dos cursos do centro ao qual está inserida?**

() Sim () Em Termos () Não

_____**3- - Sobre o componente “Biblioteca”, na avaliação do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), como você compreende o grau de relevância dos itens abaixo para avaliação do seu curso?****a) Bibliografia básica do curso avaliado:**

() Pouco Relevante () Relevante () Muito Relevante

b) Bibliografia complementar do curso avaliado:

() Pouco Relevante () Relevante () Muito Relevante

c) Presença de periódicos nacionais e/ou estrangeiros:

() Pouco Relevante () Relevante () Muito Relevante

d) Informatização do acervo:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

e) Sistemas de consulta e de empréstimo:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

f) Formas de acesso online a biblioteca:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

g) Cooperação de serviços e informação especializada. (Ex: Programa de Comutação Bibliográfica):

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

h) Política de aquisição de materiais informacionais (desenvolvimento de coleções):

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

i) Corpo técnico da biblioteca:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

j) Equipamentos (Mobiliário, mesas e cabines de estudo, computadores de consulta do acervo, internet etc.):

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

k) Horário de funcionamento:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

l) Infraestrutura:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

m) Acessibilidade:

Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

4- Em sua opinião, qual das alternativas abaixo você considera indispensável para a biblioteca demonstrar sua relevância no desempenho dos cursos presenciais oferecidos pela UFPB? (Marque apenas uma das alternativas).

Acervo atualizado

Espaço físico climatizado

- Excelência no atendimento
 - Uso de tecnologias avançadas
 - Profissionais capacitados
-

5- Você conhece alguma política, programa, projeto, plano e/ou atividades em geral, que sejam desenvolvidas pela instituição que contemplem ao Sistema de Bibliotecas da UFPB?

- Sim Em Termos Não
-

6- Em sua opinião, os resultados apresentados no Sinaes referentes ao componente biblioteca são relevantes para avaliação dos cursos de graduação da UFPB?

- Pouco Relevante Relevante Muito Relevante

7- Em sua opinião, no âmbito da Administração Superior da UFPB os resultados da avaliação do Sinaes, relacionados ao componente biblioteca, são utilizados como contribuição no processo de tomadas de decisão, com relação ao Sistema de Bibliotecas.

- Sim Em Termos Não

ANEXO A – RELATÓRIO DO COMITÉ DE ÉTICA

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO SINAES E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE DECISÃO DA GESTÃO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFPB

Pesquisador: ANNA REGINA DA SILVA RIBEIRO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 80083417.2.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.397.346

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MESTRADO PROFISSIONAL do CENTRO DE EDUCAÇÃO, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, da aluna ANNA REGINA DA SILVA RIBEIRO, sob orientação do Prof. Dr. Luiz de Souza Junior.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar como os resultados da avaliação dos Sinaes podem influenciar no processo de decisão dentro do Sistema de Bibliotecas da UFPB.

Objetivos Secundários:

- a) Analisar os instrumentos e critérios utilizados para avaliação do Sinaes, no componente curso de graduação, nas Bibliotecas Universitárias;
- b) Identificar como o SIBI-UFPB participa e/ou colabora nesse processo de avaliação dos Sinaes;
- c) Verificar de que forma são trabalhadas as informações dos resultados da avaliação do Sinaes no âmbito do SIBI-UFPB;

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticoccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.397.346

d) Averiguar como os resultados da avaliação dos Sinaes podem provocar mudanças no Sistema de Bibliotecas, no sentido de proporcionar-lhe visibilidade, e otimização de recursos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Considerando a resolução CNS nº 466/2012, a pesquisa em tela oferece riscos ou desconforto considerados mínimos aos participantes.

Benefícios:

Utilização dos resultados da avaliação dos Sinaes com relação ao componente biblioteca para as tomadas de decisões na gestão do Sistema de Bibliotecas da UFPB.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente estudo apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, investigar como os resultados da avaliação dos Sinaes podem influenciar no processo de decisão dentro do Sistema de Bibliotecas da UFPB.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os Termos de Apresentação Obrigatória foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

RECOMENDAMOS QUE A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENVIE EMENDA SOLICITANDO A INCLUSÃO DO NOME DO ORIENTADOR NA EQUIPE DE PESQUISA.

TODOS OS RESULTADOS DE UMA PESQUISA DEVERÃO SER DIVULGADOS JUNTO AOS PARTICIPANTES DA MESMA, ASSIM COMO NA(S) INSTITUIÇÃO(ÕES) ONDE OS DADOS FORAM OBTIDOS, PARA TANTO, DEVERÁ SER ANEXADO DOCUMENTO DEVOLUTIVO, APÓS A CONCLUSÃO DO ESTUDO.

RECOMENDAMOS QUE AO TÉRMINO DO ESTUDO, A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA RELATÓRIO FINAL, DISSERTAÇÃO NA ÍNTEGRA E DOCUMENTO DEVOLUTIVO DA INSTITUIÇÃO ONDE DADOS FORAM COLETADOS, COMPROVANDO

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccsu@ufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.397.345

DIVULGADOS JUNTO À REFERIDA INSTITUIÇÃO, TODOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista o cumprimento das formalidades éticas e legais, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO DA FORMA COMO SE APRESENTA, SALVO MELHOR JULZO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, Informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO_1035032.pdf	17/11/2017 20:55:52		Aceito
Outros	certidao_aprovacao.PDF	17/11/2017 20:35:47	ANNA REGINA DA SILVA RIBEIRO	Aceito
Outros	anuenciabiblioteca.pdf	17/11/2017 20:34:48	ANNA REGINA DA SILVA RIBEIRO	Aceito
Outros	anunedareitoria.pdf	17/11/2017 20:33:47	ANNA REGINA DA SILVA RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	17/11/2017 20:32:24	ANNA REGINA DA SILVA RIBEIRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetomestradoAnna.pdf	17/11/2017 20:32:04	ANNA REGINA DA SILVA RIBEIRO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	17/11/2017 20:31:12	ANNA REGINA DA SILVA RIBEIRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-000
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Processo 2.087.340

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 24 de Novembro de 2017

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticosccsufpb@hotmail.com

ANEXO B – TOTAIS DE INGRESSOS 2003 A 2013 NA UFPB

01/03/2018

https://webmail.ufpb.br/servico/home/~/?auth=co&loc=pt_BR&id=7761&part=2

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA Emitida em: 01/03/2018 11:12:51
PROGEP Pro-Reitoria de Gestao de Pessoas Página: 1

TOTAIS DE INGRESSOS 2003 A 2013 NA UFPB-----
GRP INGRES.SPF QUANT.

DOC2G 2003	1
DOC2G 2004	2
DOC2G 2005	5
DOC2G 2006	6
DOC2G 2007	5
DOC2G 2008	2
DOC2G 2009	19
DOC2G 2010	14
DOC2G 2011	6
DOC2G 2012	1
DOC2G 2013	1
DOC3G 2003	21
DOC3G 2004	87
DOC3G 2005	28
DOC3G 2006	105
DOC3G 2007	33
DOC3G 2008	306
DOC3G 2009	237
DOC3G 2010	163
DOC3G 2011	138
DOC3G 2012	142
DOC3G 2013	142
T-ADM 2003	77
T-ADM 2004	214
T-ADM 2005	46
T-ADM 2006	24
T-ADM 2007	11
T-ADM 2008	132
T-ADM 2009	151
T-ADM 2010	91
T-ADM 2011	141
T-ADM 2012	106
T-ADM 2013	223

----- NUM. DE SERVIDORES/REGISTROS 2680 ----- FIM DO RELATÓRIO -----

ANEXO C - CURSOS DA UFPB CRIADOS PELO REUNI

Quadro 5 Cursos criados pelo REUNI

CENTRO	CURSO/CAMPUS	TURNO	ANO DE CRIAÇÃO	PERÍODO	VAGAS OFERTADAS ATÉ 2011.1 *	VAGAS OFERTADAS ATÉ 2011.2 *	INGRESSANTES ATÉ 2011.1**	MATRICULA ATIVA **
CCA	Medicina Veterinária = AR	M/T	2008	2º	207	240	239	186
CCHLA	Tradução (Duch.) = JP	T	2009	2º	151	151	104	50
CCHLA	Letras – L. Clássicas (Grego e Latim) = JP	N	2009	1º	153	181	187	97
CCHLA	Língua Estrangeira apl. Next. Internacionais (Bach.) = JP	T	2009	2º	106	106	114	83
CCHLA	Ciências Sociais (Lic.) = JP	N	2009	1º	160	160	225	170
CCHLA	Comunicação (Bach.) = JP	T	2010	2º	60	121	60	50
CCHLA	Música Popular (seqüencial) = JP	T/N	2009	2º	40	70	41	36
CCHLA	Regência de Bandas e Fanfarras (seqüencial) = JP	T/N	2009	2º	20	40	9	9
CCHSA	Pedagogia (Lic.) = BN	M/T	2009	1º	90	130	205	171
CCHSA	Agroecologia - BN	M/T	2011	1º	50	50	43	43
CUJ	Direito = Sta. Rita	M	2009	2º	202	251	216	172
CUJ	Direito = Sta. Rita	N	2009	2º	202	251	202	165
CCS	Fonoaudiologia = JP	M/T	2009	2º	137	170	148	124
CCS	Educação Física (Bach.) = JP	M	2009	1º	267	300	181	155
CCS	Terapia Ocupacional (Bach.) = JP	M/T	2010	2º	63	91	64	59
CCSA	Relações Internacionais (Bach.) = JP	N	2010	1º	101	101	103	84
CCSA	Relações Internacionais (Bach.) = JP	M	2010	1º	101	101	103	85
CCSA	Arquivologia (Bach.) = JP	N	2008	2º	231	270	249	218
CCSA	Ciências Atuariais	T	2011	1º	55	55	52	49
CCSA	Ciências Atuariais	N	2011	1º	55	55	55	54
CE	Ciências das Religiões (Lic.) = JP	T	2010	2º	200	200	82	50
CE	Pedagogia = Área Educação do Campo (Lic.) = JP	N	2009	2º	202	251	213	150
CE	Ciências das Religiões (Lic.) = JP	N	2009	1º	50	100	229	169
CE	Psicopedagogia (Bach.) = JP	M	2009	2º	150	200	216	172
CE	Psicopedagogia (Duch.) = JP	T	2011	2º	50	50	0	0
CI	Engenharia de Computação = JP	M/T	2011	1º	41	80	42	39
CT	Engenharia de Materiais =	M/T	2008	2º	197	230	233	156

	JP							
CT	Engenharia Elétrica – JP	M/T	2008	2º	197	230	212	144
CT	Engenharia Química – JP	M/T	2008	2º	197	230	206	150
CT	Engenharia de Produção – JP	N	2009	2º	67	80	77	61
CT	Engenharia Ambiental – JP	M/T	2008	2º	197	230	203	167
CTDR	Tecnologia em Gestão Pública – JP	T	2010	2º	50	100	51	36
CTDR	Tecnologia em Prod. Sucroalcooleira – JP	T	2011	1º	50	50	48	41
CTDR	Tecnologia em Gestão Pública – JP	N	2010	2º	100	100	102	92
CTDR	Tecnologia de Produtos de Origem Animal – JP	T	2011	1º	50	50	51	47
CTDR	Tecnologia de Produtos de Origem Animal – JP	N	2011	2º	0	50	0	0
CTDR	Tecnologia em Prod. Sucroalcooleira – JP	N	2011	2º	0	50	0	0